



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
***CAMPUS CERRO LARGO***  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS - PPGDPP**

**TATIANE FENNER DE BARROS**

**O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO DOS PRODUTORES DE**  
**ALFAFA: UMA ANÁLISE NO MUNICÍPIO DE DEZESSEIS DE NOVEMBRO/RS**

**CERRO LARGO/RS**

**2020**

**TATIANE FENNER DE BARROS**

**O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO DOS PRODUTORES DE ALFAFA:  
UMA ANÁLISE NO MUNICÍPIO DE DEZESSEIS DE NOVEMBRO/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Cerro Largo-RS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Orientador: Prof.<sup>o</sup>. Dr. Carlos Eduardo Ruschel Anes

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dionéia Dalcin

**CERRO LARGO/RS**

**2020**

### **Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Barros, Tatiane Fenner de

O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO DOS PRODUTORES DE ALFAFA: UMA ANÁLISE NO MUNICÍPIO DE DEZESSEIS DE NOVEMBRO/RS. / Tatiane Fenner de Barros. -- 2020. 117 f.

Orientador: Doutor Carlos Eduardo Ruschel Anes

Co-orientadora: Doutora Dionéia Dalcin

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Cerro Largo, RS, 2020.

1. Desenvolvimento. 2 Agricultura. 3 Tomada de Decisão. 4 Racionalidades. 5 Produtores de Alfafa. I. Anes, Carlos Eduardo Ruschel, orient. II. Dalcin, Dionéia, co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

**TATIANE FENNER DE BARROS**

**O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO DOS PRODUTORES DE ALFAFA:  
UMA ANÁLISE NO MUNICÍPIO DE DEZESSEIS DE NOVEMBRO – RS**

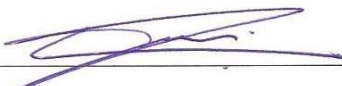
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strict Sensu* – Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas


Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Ruschel Anes


Coorientadora: Dionéia Dalcin

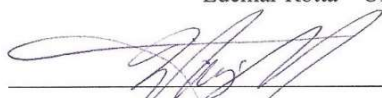
Esta dissertação de mestrado foi defendida e aprovada pela banca em: 03/03/2020.

BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Carlos Eduardo Ruschel Anes – UFFS

  
\_\_\_\_\_  
Dionéia Dalcin – UFFS

  
\_\_\_\_\_  
Edemar Rotta – UFFS

  
\_\_\_\_\_  
Vilmar Boff - URI

Dedico este trabalho a todos os produtores de alfafa do município de Dezesseis de Novembro/RS, em especial àqueles que gentilmente me receberam em suas unidades de produção familiar para que fosse possível realizar essa pesquisa

## AGRADECIMENTOS

A conclusão desta dissertação só foi possível devido à compreensão, auxílio e dedicação de muitas pessoas, e a gratidão é a melhor recompensa àqueles que nos ajudam tornar possível nossos sonhos. Assim sendo, agradeço de forma especial cada uma dessas pessoas.

Agradeço inicialmente, pela fé que carrego em meu coração, a Deus, que sempre está ao meu lado, protegendo-me de todo o mal, inclusive dos pensamentos negativos que permeavam minha cabeça nos momentos de angustia, dificuldade e ansiedade durante a escrita desse trabalho.

À Universidade Federal da Fronteira Sul, que por ser pública e de qualidade, possibilitou a minha formação como mestre. Agradeço gentilmente ao quadro de professores do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas. Aos professores que participaram das bancas de qualificação e defesa Prof. Dr. Edemar Rotta e ao Prof. Dr. Vilmar Boff.

Ao meu orientador, Professor Dr. Carlos Eduardo Ruschel Anes, por toda a compreensão, paciência e dedicação com que conduziu e contribuiu para a realização deste trabalho, do início ao fim. Obrigado professor por ter acreditado que seria possível essa pesquisa, apesar de tantas dificuldades. Professor Carlos se tornou para mim um exemplo de profissional íntegro, ético e competente.

À minha coorientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Dionéia Dalcin, pela paciência e colaboração, pessoa a qual teve participação indispensável no desenvolvimento deste trabalho.

Aos produtores de alfafa, agricultores familiares, de Dezesseis de Novembro/RS que gentilmente me receberam em suas propriedades, aceitando e colaborando com a pesquisa.

Ao Secretário Municipal de Agricultura Sr. Darci Colbek, pelo seu apoio, atenção e colaboração através de informações e dados referente aos produtores de alfafa no município de Dezesseis de Novembro/RS.

À minha família, em especial ao meu esposo Itabirá que por tantas vezes foi porto seguro para as minhas angustias e por tantas outras que cuidou da nossa filha para que eu pudesse me dedicar à pesquisa, leitura e escrita. À minha filha, Isabella, que foi acalento e ternura, que com seu jeito meigo ofereceu-me carinho e alegria. A minha mãe Marlene, pelo incentivo e ajuda quando precisei.

Aos meus colegas, que juntos nessa caminhada, compartilharam conhecimento nas diversas áreas. Em especial àqueles que além de colegas se tornaram grandes amigos, que me

deram força constantemente e que deixarão lembranças como um tesouro guardado em minha memória e coração. Contudo, o que fica, é principalmente o sentimento compartilhado de que ainda há esperanças de um mundo mais justo e menos desigual.

## RESUMO

A temática do desenvolvimento tem suas raízes históricas no pós-guerra, e é nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial que o desenvolvimento passa a ser pauta da agenda de discussões e interesse das economias modernas. Aos poucos, a noção de desenvolvimento é compreendida em uma esfera mais ampla e complexa, para além do crescimento econômico. O desenvolvimento rural surge na perspectiva de dirimir as desigualdades sociais no meio rural, e a agricultura é um dos segmentos essenciais na promoção de políticas que visam promover o desenvolvimento rural. Esta apresenta-se como um segmento de relevância para o crescimento socioeconômico em diferentes países do mundo, destacando-se como fonte de trabalho e sobrevivência para parte da população. Desse modo, torna-se relevante estudar o processo de tomada de decisão do agricultor, o qual é influenciado por diferentes orientações, as quais podem explicar sua permanência e atuação no meio rural. As racionalidades são compreendidas como o modo de pensar e compreender a realidade, as percepções que o agricultor tem de si mesmo e do mundo que o cerca. Diante deste contexto, esta pesquisa traçou como objetivo geral compreender o processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa, no município de Dezesseis de Novembro/RS. O estudo adotou como recorte teórico-metodológico a abordagem fenomenológica e quanto à natureza do problema, é uma pesquisa qualitativa. Já, referente aos objetivos propostos, é um estudo explicativo. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista com produtores de alfafa em suas Unidades de Produção Familiar, e os dados foram analisados através da análise de conteúdo. A análise de dados possibilitou explicar as principais características das famílias de produtores de alfafa, como a gestão nas propriedades, a escolaridade, a idade e a ocupação dos entrevistados e demais membros do núcleo familiar, traçando um perfil explicativo dessas famílias. Os dados permitiram compreender como ocorre o processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa, identificando que os mesmos são influenciados por fatores econômicos e não-econômicos, explicados pelas orientações instrumental, social, expressiva e intrínseca. Foi possível analisar como as racionalidades, instrumental e substantiva, se manifestam em relação as orientações que influenciam o processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa. Os achados deste estudo contribuem para o aprofundamento teórico das racionalidades no processo da tomada de decisão dos produtores de alfafa, integrados ao desenvolvimento socioeconômico do município de Dezesseis de Novembro/RS, bem como a importância do estudo da temática do desenvolvimento rural, da agricultura familiar, das orientações e das racionalidades presentes no processo de tomada de decisão dos agricultores, como perspectiva de desenvolvimento local e regional. Ainda, se evidencia a necessidade de novos estudos que surjam a partir desta dissertação, como a saída dos jovens do meio rural em Dezesseis de Novembro/RS e o conseqüente envelhecimento da população, bem como um estudo que tenha como objetivo compreender a importância do trabalho feminino nas famílias de produtores de alfafa deste município.

Palavras- Chave: Desenvolvimento. Agricultura. Produtores de Alfafa. Tomada de Decisão. Racionalidades.



## ABSTRACT

The subject of development has its origins on post-war period, and it was on the years following Second World War that development turns to be an agenda of modern economics discussions and interests. Slowly, the notion of development was comprehend on a vast and complex sphere, beyond economic growth. Rural development emerges from the perspective of rectifying social inequalities on countryside, and agriculture is one of the essential segments on political promotion that aims to promote rural development. Also, presents itself as a relevant segment to the social economic growth on diferente countries around the world, outstanding as a source of work and survival for part of the population. Therefore, it is relevant to study the producer's process of decision-making, who's influenced by diferente orientations, which can explain his stability and performance on countryside. Rationalities are perceived as the way of thinking and understand reality, perceptions that the producer has of himself and the world around him. In view of this context, the following research delineated as general objective to comprehend the process of decision-making of alfalfa producer, on the municipality of Dezesseis de Novembro/ RS. Study adopted as theoretical-methodologic the phenomenological approach and as for the nature of the issue, it is a qualitative research. Besides, as for the proposed objectives, it is an explanatory study. The data collection was hold by interviewing alfalfa producers on their Familiar Production Units, and therefore analyzed through content analysis. Data analysis enable to explain the main characteristics of alfalfa producers families, as for property managing, scholarship, age and occupation of the interviewed and other members of the family nucleus, establishing an explanatory profile of those families. Data allowed to comprehend how the decision-making process occurs for alfalfa producers, identifying that they are influenced by economic and non-economic factors, explained by the instrumental, social, expressive and intrinsic orientations. It was possible to analyzed how the rationalities, instrumental and substantive, are manifest regarding the orientations that influence the alfalfa producers' decision-making process. Study finding contributes for the theoretical reinforcement of rationalities on alfalfa producers' decision-making process, unified with socioeconomic development of the Dezesseis de Novembro/RS municipality, as well as for the importance of the study theme on rural development, familiar agriculture, orientations and rationalities presents on the decision-making process of producers, as a perspective of local and regional development. Thus, it is noticed the necessity of new studies that arise through this dissertation, as for the rural exodus of young people on Dezesseis de Novembro/RS resulting on elderly, also, the need of a study that aims to comprehend the importance of female work on alfalfa producers families of this municipality.

Keywords: Development. Agriculture. Alfalfa Producers. Decision Making. Rationalities.

## LISTA DE GRÁFICOS

|  |    |
|--|----|
| Gráfico 1 – Localidades da Coleta de Dados .....   | 62 |
| Gráfico 2 – Atividades produtivas desenvolvidas em cada UPF em nível de importância financeira. ....               | 64 |
| Gráfico 3 – Comercialização dos produtos produzidos em cada UPF. ....  | 65 |
| Gráfico 4 – Área total de cada UPF.....  | 66 |
| Gráfico 5 – Forma de Posse das Terras de cada UPF.....   | 67 |
| Gráfico 6 – Renda bruta mensal das UPFs, em média, no primeiro semestre de 2019, baseada em salários mínimos. .... | 68 |
| Gráfico 7 – Mão de obra utilizada em cada UPF. ....  | 69 |
| Gráfico 8– Assistência Técnica nas UPFs.....   | 70 |
| Gráfico 9 – Para qual finalidade que os produtores de alfafa acessam a internet. ....                              | 71 |
| Gráfico 10 – Gestão Masculina e Gestão Masculina e Feminina.....   | 74 |
| Gráfico 11 – Membros em cada Unidade de Produção Familiar .....  | 75 |
| Gráfico 12 – Presença de Filhos no Núcleo Familiar em cada UPF .....   | 75 |
| Gráfico 13 – Ocupação dos Entrevistados.....   | 77 |
| Gráfico 14 – Escolaridade dos Entrevistados .....  | 79 |
| Gráfico 15 – Ocupação das Mulheres.....  | 81 |
| Gráfico 16 – Escolaridade das Mulheres .....   | 82 |

## LISTA DE TABELAS

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1 – PIB e PIB per capita dos municípios do COREDE Missões / 2012.....                           | 45 |
| Tabela 2 – IDESE- Municípios do COREDE Missões .....   | 46 |
| Tabela 3 – Lista de Produtores de Alfafa conforme Localidade e quantidade em hectares produzidos ..... | 55 |
| Tabela 4 – Produtores de alfafa entrevistados e quantidade de hectares de alfafa plantados...          | 72 |

## **LISTA DE FIGURAS**

|   |    |
|---|----|
| Figura 1 – Desenho do aporte teórico e da dimensão empírica da pesquisa ..... | 59 |
|---|----|

## LISTA DE QUADROS

|  |    |
|--|----|
| Quadro 1 – Orientações para a Tomada de Decisão segundo Gasson (1973)..... | 43 |
| Quadro 2 – Objetivos, Categorias e Subcategorias .....                     | 58 |
| Quadro 3 – Idade dos Entrevistados .....                                   | 78 |
| Quadro 4 – Idade das Mulheres .....  | 80 |
| Quadro 5 – Evidências Teórico-Empírico da Pesquisa .....                   | 94 |

## LISTA DE SIGLAS

|         |   |
|---------|---|
| CONTAG  | Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura            |
| CUT     | Central Única dos Trabalhadores                                   |
| EMBRAPA | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária                       |
| EMATER  | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural                   |
| FAO     | Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação    |
| FEE     | Fundação de Economia e Estatística                                |
| IBGE    | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                   |
| INCRA   | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária               |
| PPGDPP  | Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas |
| PRONAF  | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar       |
| UFFS    | Universidade Federal da Fronteira Sul                             |
| UPF     | Unidade de Produção Familiar                                      |

## SUMÁRIO

|              |  |    |
|--------------|--|----|
| <b>1.</b>    | <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 17 |
| <b>2.</b>    | <b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....   | 24 |
| 2.1          | DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA .....  | 24 |
| <b>2.1.1</b> | <b>Desenvolvimento Rural</b> .....   | 24 |
| <b>2.1.1</b> | <b>Agricultura: Importância e Transformações</b> .....                           | 29 |
| 2.2          | O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO .....  | 35 |
| <b>2.2.1</b> | <b>Racionalidades: contextualização</b> .....                                    | 38 |
| <b>2.2.2</b> | <b>Racionalidade e tomada de decisão na agricultura</b> .....                    | 42 |
| 2.3          | MUNICÍPIO DE DEZESSEIS DE NOVEMBRO/RS E A PRODUÇÃO DE ALFAFA.....                | 44 |
| <b>2.3.1</b> | <b>Caracterização e histórico do município de Dezesseis de Novembro/RS</b> ..... | 44 |
| <b>2.3.2</b> | <b>A produção de Alfafa em Dezesseis de Novembro/RS</b> .....                    | 49 |
| <b>3</b>     | <b>METODOLOGIA</b> .....   | 52 |
| 3.1          | CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA .....  | 52 |
| 3.2          | CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO, DA POPULAÇÃO DO ESTUDO E DA AMOSTRA .....      | 53 |
| 3.3          | A COLETA DE DADOS .....  | 55 |
| 3.4          | ANÁLISE DOS DADOS .....  | 57 |
| 3.5          | ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA .....  | 60 |
| <b>4</b>     | <b>A TOMADA DE DECISÃO DOS PRODUTORES DE ALFAFA</b> .....                        | 62 |
| 4.1          | CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR.....                            | 62 |
| 4.2          | OS PRODUTORES DE ALFAFA E SUAS UNIDADES DE PRODUÇÃO .....                        | 73 |
| 4.3          | O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO DOS PRODUTORES DE ALFAFA .....                   | 84 |
| <b>4.3.1</b> | <b>Orientação Instrumental</b> .....   | 84 |

|              |   |            |
|--------------|---|------------|
| <b>4.3.2</b> | <b>Orientação Social.....</b>   | <b>86</b>  |
| <b>4.3.3</b> | <b>Orientação Expressiva .....</b>  | <b>88</b>  |
| <b>4.3.4</b> | <b>Orientação Intrínseca.....</b>   | <b>89</b>  |
| <b>4.4.</b>  | <b>AS RACIONALIDADES E AS ORIENTAÇÕES PRESENTES NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO DOS PRODUTORES DE ALFAFA. ....</b>               | <b>90</b>  |
| <b>5</b>     | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>96</b>  |
|              | <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>99</b>  |
|              | <b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA UTILIZADA COM OS PRODUTORES DE ALFAFA DE DEZESSEIS DE NOVEMBRO/ RS.....</b> | <b>108</b> |
|              | <b>APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) .....</b>   | <b>112</b> |
|              | <b>ANEXO A – RELAÇÃO DOS PRODUTORES DE ALFAFA DE DEZESSEIS DE NOVEMBRO E ÁREA PLANTADA.....</b>                                   | <b>115</b> |



## 1. INTRODUÇÃO

A prerrogativa do desenvolvimento inicialmente foi compreendida partindo de um ponto de vista homogeneizante, o qual almejava um conjunto de ações visando a substituição de sociedades consideradas atrasadas por sociedades modernas (LITTLE, 2002). Contudo, posterior a essa conceituação, vieram os questionamentos, envolvendo aquelas regiões às quais o “desenvolvimento” ainda não havia atingido sequer níveis que atendessem às necessidades básicas da população (SEN, 2000).

Após as primeiras interpretações acerca do desenvolvimento, pensado sob a égide econômica, a temática passou a integrar as agendas governamentais e as discussões intelectuais. Ademais, em uma esfera mais ampla e complexa, para além do crescimento econômico. Sen (2000) é enfático ao dispor que o desenvolvimento venha a contemplar desde as necessidades mais básicas de saúde, educação, alimentação, e demais dispositivos capazes de gerar qualidade de vida, os quais ele denomina liberdades substanciais.

O debate em torno do desenvolvimento rural nasce em decorrência de novas perspectivas de desenvolvimento, estando associado a um conjunto de ações do Estado e dos organismos internacionais. Inicialmente, esteve a serviço de intervenções nas regiões rurais pobres que não conseguiam se integrar ao processo de modernização da agricultura por meio da substituição dos fatores de produção considerados atrasados (NAVARRO, 2001). No Brasil, as ações governamentais para o desenvolvimento rural implantadas nos anos de 1970, tinham caráter compensatório como forma de dirimir as desigualdades e pobreza territorial (SCHNEIDER, 2007).

O interesse na temática do desenvolvimento rural se intensificou no cenário brasileiro adquirindo uma nova face com a redemocratização do país no final da década de 1980, início de 1990. No período, a articulação de movimentos sociais liderados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e pela Central única dos Trabalhadores-CONTAG/CUT lutavam pelo reconhecimento da categoria de agricultores familiares. A resposta do Estado a esses movimentos foi a criação de políticas públicas para o desenvolvimento rural e seguridade social para aqueles trabalhadores do campo com poucas condições de capitalização e que vinham alijados pela exclusão do mercado e das políticas de modernização (CAZELLA; MATTEI; SCHNEIDER, 2004).

A agricultura apresenta-se como um segmento de relevância para o crescimento socioeconômico em diferentes países do mundo (BRUM; TRENNEPOHL, 2004; LOPES, *et*

*al.*, 2016), destacando-se como fonte de trabalho e sobrevivência para parte da população (WANDERLEY, 1996). A atividade tem passado ao longo do tempo por transformações, levando ao entendimento de diferentes conceitos em torno dela, como o de agricultura para a subsistência (WANDERLEY, 1996), campesinato (WANDERLEY, 2015; CARNEIRO; MALUF, 2015), agricultura patronal (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018) e agricultura familiar (WANDERLEY, 2003; ALTAFIN, 2007). Cada uma dessas interpretações envolve diversas bases do conhecimento, tanto em aspectos econômicos quanto sociais, ambientais e culturais. O referencial teórico deste estudo discute brevemente cada uma dessas abordagens da agricultura.

O surgimento e consolidação do sistema capitalista incorporou na agricultura outra dimensão predominante, reduzindo-a a uma abordagem setorial clássica, inspirada na lógica econômica (CARNEIRO; MALUF, 2005). Exemplo disso foi a adoção do projeto modernizador da agricultura, denominado “Revolução Verde”, o qual visava inserir novas tecnologias no campo, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento através do aumento da produtividade, orientado por um viés capitalista industrial (NAVARRO, 2001).

Após esse projeto modernizador da agricultura embasado no viés capitalista, foram criadas as políticas públicas para o meio rural e valorização da agricultura familiar. Tais políticas públicas apontam para o importante papel dos atores nas suas unidades de produção, que além da própria mão de obra têm a função de gestão da unidade, que é uma estrutura complexa envolvendo diversas variáveis e um dos fatores determinantes é o processo de tomada de decisão que sofre influência de diversos outros fatores. Desse modo, o estudo do processo decisório na agricultura também se torna fundamental como alternativa viável para o desenvolvimento rural (LOURENZANI, 2006).

O processo de tomada de decisão é um tema recorrente em muitos estudos científicos (DALCIN, 2013). A tomada de decisão compreende as escolhas de alternativas acertadas que ocorrem, na maioria das vezes, por tentativa ou erro (DALCIN, 2013) e, neste sentido, muito mais que um cálculo matemático, a tomada de decisão deveria ser resultado de uma atitude racional (DUTRA; MACHADO; RATHMANN, 2008).

Sobre a tomada de decisão ser uma atitude racional, Simon (1979) avalia que não há como a decisão chegar à perfeição mesmo partindo de uma postura racional, uma vez que os indivíduos possuem uma racionalidade limitada. Estes não têm acesso a todas as informações e se as tem, não as compreendem na sua plenitude, em função de serem racionalmente limitados.

Há diferentes razões que explicam a atuação e permanência dos agricultores no meio rural, conforme Gasson (1973). Estudando a tomada de decisão na agricultura, Gasson (1973) evidencia que diversas são as orientações norteadoras no processo de tomada de decisão dos agricultores, como orientações instrumentais, sociais, expressivas e intrínsecas. Assim os agricultores mesmo tendo desempenho diferente em suas propriedades, as razões variam e podem estar relacionadas a orientações diversas como a maximização de lucros, satisfação e tradição, o gosto pelo trabalho entre outros. Os agricultores, embora com características semelhantes, respondem de maneira diferenciada aos desafios e incertezas do dia-a-dia, bem como possuem uma racionalidade que é própria, constituída por situações e pelo ambiente no qual estão inseridos (SOUZA FILHO et al, 2004). A necessidade de compreender a tomada de decisão na agricultura é de extrema importância por ser um processo complexo e, além disso, possuir algumas características específicas em cada setor da economia (DALCIN, 2013).

Gasson (1973) demonstra que os agricultores que tomam decisões através de orientações instrumentais estão centrados na maximização dos lucros e resultados financeiros, expansão dos negócios e melhoria das condições de trabalho. Já os que acessam as orientações sociais prezam pelas relações interpessoais com a comunidade. Neste sentido, os conceitos de racionalidades ajudam a compreender as orientações do processo decisório na agricultura.

Nesse sentido, esta pesquisa também fundamenta-se em dois conceitos de racionalidade, a racionalidade instrumental e a racionalidade substantiva, que Anes (2017) aponta como duas lógicas diferentes, mas que segundo Serva (1997), podem coexistir em uma mesma organização. A racionalidade instrumental está inserida em uma lógica econômica (ANES, 2017), enquanto a racionalidade substantiva está centrada nos princípios éticos, realização e na satisfação pessoal de valores humanos e suas potencialidades (RAMOS, 1989). Tomando como consideração os diversos estudos do processo decisório (DALCIN, 2010; 2013; GASSON, 1973; SIMOM, 1963; 1979) e reconhecendo a presença de manifestação das racionalidades neste processo, busca-se, nesta pesquisa, uma compreensão do processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa, no município de Dezesseis de Novembro/RS.

Dezesseis de Novembro é um município situado na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, inserido na área de Fronteira Sul do Brasil e conta com uma população estimada em aproximadamente 2.427 habitantes (IBGE, 2019). O município tem sua atividade econômica baseada na agricultura, com plantação de grãos e produtos para subsistência, destacando-se a produção da forrageira alfafa.

A produção de alfafa no município está atrelada à identidade da sua população. A questão da identidade e a crença no pioneirismo da produção fizeram com que o poder público, no final da década de 1980, adotasse o título de “Capital Brasileira da Alfafa”, como uma forma de autoafirmação do município recém-emancipado. Acredita-se que os pequenos agricultores do município de Dezesseis de Novembro estabelecem uma relação de identificação histórica e cultural com a produção de alfafa, e esta se constituiu, ao longo do tempo, como a principal atividade econômica local, destacando-se na geração de renda das famílias de pequenos agricultores (BARROS, 2007).

O processo de tomada de decisão por muito tempo foi negligenciado pela teoria da administração pois, por estar intrínseco em toda organização, era compreendido como naturalizado (DALCIN, 2010). Contudo, tal processo obteve reconhecimento na Teoria Econômica da escola clássica/racional, pois foi visto como uma alternativa para a otimização de lucros e ganhos, de modo que a melhor escolha deveria ser garantida através de atitudes racionais, priorizando o objeto (DUTRA; MACHADO; RATHMANN, 2008).

No entanto, Simon (1979) focou seus estudos na racionalidade que envolve o processo de tomada de decisão, o qual ele entende como limitada, uma vez que os indivíduos não possuem um entendimento total da realidade que os rodeia. Essas limitações, para o autor, são próprias da formação humana e, por isso, é impossível chegar a uma escolha/decisão extremamente racional. Além da compreensão da racionalidade como limitada, a complexidade do mundo em que os seres humanos estão inseridos é crescente, sendo fundamental cada vez mais o entendimento dos fatores que interferem no processo decisório (SAMPAIO; MANTOVANELI; FERNANDES, 2011).

Segundo Gasson (1973), há diferentes orientações que influenciam a tomada de decisão. Ao compreender o comportamento dos agricultores, o autor afirma que nem sempre estes são orientados pela racionalidade econômica imposta pelo mercado e que não agem apenas ou sempre buscando lucros, pois existem outras orientações que podem influenciar, como a social, a expressiva e a intrínseca, podendo coexistir em uma mesma situação.

No mesmo sentido, Guerreiro Ramos (1989) aborda os conceitos de racionalidade instrumental e substantiva. A primeira direcionada por questões econômicas e suas especificidades e a segunda, a substantiva, que leva em consideração aspectos humanos (ANES, 2017). Assim sendo, esta pesquisa entende que os conceitos de racionalidade permeiam o processo decisório dos produtores de alfafa de Dezesseis de Novembro/RS e estão presentes a partir das orientações que os influenciam.

Diante dessa contextualização teórica, define-se como problemática central para esta pesquisa o seguinte questionamento: Compreender como ocorre o processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa do município de Dezesseis de Novembro/RS, à luz das racionalidades? Para responder a este questionamento, foi estabelecido como objetivo geral compreender o processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa, no município de Dezesseis de Novembro/RS. Para que o objetivo geral seja alcançado, traçou-se como objetivos específicos do estudo: caracterizar as famílias produtoras de alfafa de Dezesseis de Novembro/RS; identificar as orientações que influenciam a tomada de decisão dos produtores de alfafa; analisar como as racionalidades se manifestam em relação às orientações presentes no processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa; e contribuir para o aprofundamento teórico das racionalidades no processo da tomada de decisão dos produtores de alfafa integrados ao desenvolvimento socioeconômico do município de Dezesseis de Novembro/RS.

Diante deste propósito, justifica-se esta pesquisa primeiramente pelo alinhamento com a característica interdisciplinar que o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas propõe dentro da Linha de Pesquisa: Estado, Sociedade e Políticas de Desenvolvimento. A linha de pesquisa permite adentrar em diversas áreas do conhecimento científico, as quais estabelecem um diálogo entre si, a partir da análise de experiências que possam promover o desenvolvimento e seus impactos econômicos e sociais na comunidade local e regional.

Entende-se que esta pesquisa intitulada “O processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa: uma análise no município de Dezesseis de Novembro/RS” está inserida na perspectiva de desenvolvimento da comunidade regional, a qual tem a agropecuária como um dos principais setores (COREDE, 2015). O recorte da pesquisa é a produção de alfafa ligada à agricultura, atividade intrínseca a promover o desenvolvimento no meio rural (LOURENZANI, 2006).

O elo deste estudo com a Linha de Pesquisa na qual está inserido se dá a partir do papel do Estado como articulador no desenvolvimento regional e local, bem como na criação de políticas públicas que visam promover o desenvolvimento. Também que pela postura que o mesmo assume perante a sociedade civil, através de canais de participação social e ações que almejam qualidade de vida, geração de emprego e renda para a população do meio rural (GRISA; SCHNEIDER, 2015). A população protagonista da pesquisa, é os produtores de alfafa de Dezesseis de Novembro/RS, com ênfase no seu processo de tomada de decisão nas suas propriedades rurais.

A importância da agricultura no cenário brasileiro (DALCIN, 2010) e região das Missões no Rio Grande do Sul, atenta para a necessidade de reconhecimento dos atores sociais envolvidos nessa atividade, e a compreensão de que os mesmos estão dispostos a diferentes condições adversas e que por isso precisam tomar decisões coerentes com base em informações adequadas (DALCIN, 2010). Conforme Freitas et al (1997), a tomada de decisão é um elemento crucial para as organizações, uma vez que essa prática acontece sempre e em diferentes níveis, influenciando o seu desempenho. Desse modo, a agricultura é uma dessas organizações, conforme menciona Dalcin (2010), e a tomada de decisão é um processo que interfere no desempenho da agricultura, segmento relevante para o desenvolvimento rural (MARQUES; FLEXOR, 2007), justificando a relevância desta pesquisa.

O processo de tomada de decisão é entendido como uma atitude racional, porém a racionalidade do sujeito é limitada, fazendo com que a tomada de decisão não possa ser encarada como a ocorrência de decisões perfeitas e extremamente racionais (SIMON, 1979). Estudar como as racionalidades se manifestam no processo de tomada de decisão através dos fatores/orientações que o influenciam (GASSON, 1973; DALCIN, 2010) acredita-se ser uma maneira de compreender o pensamento, a visão que o agricultor tem de si mesmo e do espaço que o cerca e de como se constitui enquanto sujeito histórico-social.

O universo da pesquisa é o município de Dezesseis de Novembro/RS. Optou-se por esse município inicialmente pela relação de identidade da pesquisadora com seu espaço. Também e, principalmente, por estar situado em uma região que atenta para os indicadores sociais com níveis preocupantes, região essa que abrange o Conselho Regional de Desenvolvimento, COREDE Missões (COREDE, 2015). Dezesseis de Novembro apresentou em 2017 (IBGE, 2019) um PIB de R\$ 37.652,35 e um PIB per capita de R\$ 13.721,70 (IBGE, 2019), um dos menores dentre os 25 municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região das Missões/RS - COREDE Missões (FEE, 2017).

Além de um dos menores PIB, preocupa-se com a posição ocupada pelo município de Dezesseis de Novembro/ RS em relação ao IDESE, sendo o segundo menor Índice de Desenvolvimento Socioeconômico - IDESE dentre os municípios que compõem o COREDE Missões. O IDESE, segundo a Fundação de Economia e Estatística – FEE, tem o objetivo de realizar uma avaliação da situação socioeconômica dos municípios gaúchos quanto à renda, saúde e educação, considerando fatores quantitativos e qualitativos no processo de desenvolvimento. Dezesseis de Novembro/ RS obteve, em 2016, um IDESE total de 0,671, calculado a partir das medidas obtidas em educação, que foi de 0,744, a renda de 0,469, e a saúde, que obteve 0,801 (FEE, 2015). Estes níveis tornam-se preocupantes por estarem

associados a três segmentos fundamentais na garantia de qualidade de vida da população. Compreende-se a qualidade de vida da população como essencial no entendimento do conceito de desenvolvimento (SEN, 2000) que permeia este projeto de pesquisa.

Outra razão que justifica este estudo é a relação da pesquisadora com o município de Dezesseis de Novembro, a qual ao longo do tempo, por residir neste território, fez-se questionamentos referentes ao pensamento dos produtores e a produção de alfafa, questionamentos esses que envolvem aspectos históricos, sociais, culturais e econômico. Neste sentido, a escolha do tema para a dissertação sempre esteve atrelada a esse público-alvo: os produtores de alfafa no município de Dezesseis de Novembro/ RS, propondo, então, o estudo do processo de tomada de decisão como um dos elementos fundamentais no desempenho das unidades de produção familiar contribuindo também para o desenvolvimento local e regional.

A presente dissertação está organizada, para melhor entendimento, em 4 capítulos. O Capítulo 1, a introdução, faz uma abordagem descritiva quanto a contextualização do tema, o problema de pesquisa, os objetivos do estudo e a justificativa da pesquisa.

O capítulo 2 é uma discute o referencial teórico que embasou a pesquisa, o qual faz síntese resgatando a literatura sobre os conceitos utilizados. A primeira análise teórica versa sobre a temática do desenvolvimento enfatizando uma reflexão sobre o desenvolvimento do meio rural. Na sequência, faz-se um estudo teórico acerca da agricultura, as transformações pelas quais passou e os conceitos que a envolvem, logo, o capítulo traz uma contextualização referente ao processo de tomada de decisão, os fatores e orientações presentes neste processo na agricultura. Em seguida, o capítulo também aborda as racionalidades intrínsecas no processo decisório de agricultores.

O capítulo 3 contempla a metodologia utilizada na pesquisa para o alcance dos objetivos, a caracterização do município em estudo, população da pesquisa e demais procedimentos para análise e interpretação dos dados. O capítulo 4 apresenta os resultados do estudo realizado com os 15 produtores de alfafa de Dezesseis de Novembro/RS. Este capítulo traz a caracterização das unidades de produção familiar dos produtores de alfafa e a análise do processo de tomada de decisão dos entrevistados, quais são as orientações que permeiam a tomada de decisão desses produtores e quais racionalidades estão presentes neste processo.

Além dessa introdução, a dissertação apresenta as considerações finais, onde são descritos os principais resultados da pesquisa, bem como possibilidades de novos estudos sobre o tema.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

O referencial teórico desta pesquisa tem o propósito de apresentar uma revisão da literatura acerca da temática proposta. A primeira seção faz uma abordagem sobre a temática do desenvolvimento buscando elucidar o conceito de desenvolvimento que este estudo adere, adentrando em uma reflexão sobre o desenvolvimento rural. Na sequência, pretende apresentar uma compreensão acerca da agricultura, suas transformações e os conceitos que permeiam e distinguem a atividade, bem como sua importância. Em seguida, é realizada uma contextualização referente à compreensão do processo de tomada de decisão, os fatores/orientações que estão presentes neste processo no que tange à agricultura, bem como as racionalidades que se apresentam no processo decisório de agricultores. A última seção contempla um resgate histórico e cultural do município de Dezesseis de Novembro e sua relação com o cultivo de alfafa, para que assim haja um maior entendimento sobre o universo da pesquisa e da coleta de dados.

### **2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA**

Esta seção traz uma abordagem das raízes e das interpretações acerca do desenvolvimento para então adentrar na compreensão do campo conceitual do desenvolvimento rural. No decorrer do texto são proporcionadas reflexões sobre a importância da agricultura, as transformações pelas quais passou e como tem se constituído enquanto uma atividade de relevância para o cenário econômico e como segmento de reprodução social.

#### **2.1.1 Desenvolvimento Rural**

A abordagem busca compreender as nuances que a temática do desenvolvimento rural tem adquirido, razões pelas quais vem animando o debate no cenário brasileiro, a partir de mudanças de elemento políticos, sociais e econômicos (SCHNEIDER, 2010). Para tanto, é necessária a compreensão do conceito de desenvolvimento adotado neste estudo.

A temática do desenvolvimento tem suas raízes históricas no pós-guerra, é nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial que o desenvolvimento passa a ser pauta da agenda de discussões e interesse das economias modernas. A partir de um modelo hegemônico, baseado na teoria da modernização, a problemática do desenvolvimento tinha um projeto que estava



vinculado à proposta universalista de substituição e/ou transição das sociedades consideradas atrasadas e tradicionais para uma sociedade moderna avançada, tecnológica e industrializada, gestada pelos Estados nacionais liberais, e que viria a propor também novos modelos de organização social (LITTLE, 2002).

O período foi marcado pelo fim do mais intenso conflito mundial já visto na história humana, que teve como consequência a polarização do mundo em dois blocos opostos de influência: capitalismo e socialismo. Ambos, apesar de suas contrastantes contradições, calcaram seu projeto de desenvolvimento na modernização de suas economias (LITTLE, 2002).

Aos poucos, após um notável crescimento econômico que revolucionou o modo de vida da população, o modelo de desenvolvimento calcado na modernização das economias materializou um padrão civilizatório dominante e ordenou uma nova configuração da sociedade. O desenvolvimento foi, então, reconhecido amplamente nas esferas política e social, orientando programas governamentais e discussões intelectuais (NAVARRO, 2001).

A perspectiva de desenvolvimento centrado em processos econômicos, apesar de predominante, não se sustentou por muito tempo. Muito além da questão do desenvolvimento aliado à modernidade para gerar crescimento econômico, foi fundamental direcionar os olhos ao que parecia mais evidente naqueles países e regiões onde o desenvolvimento econômico dos Estados nacionais e suas populações ainda não tinha atingido um patamar desejável, se tratando de fatores como a fome, pobreza, subnutrição, espoliação de direitos, negação da liberdade política e liberdades substanciais. Amartya Sen (2000) destaca que o desenvolvimento está enraizado ao exercício da liberdade individual, a qual está condicionada às questões sociais, econômicas e políticas, e que não se pode pensar em crescimento econômico em que as pessoas não possam ao menos dispor de direitos básicos.

Embasando-se nesse viés, é fundamental compreender o desenvolvimento como um exercício pleno das liberdades substantivas como forma de melhoria das condições de vida dos seres humanos e ampliação das capacidades humanas (SEN, 2000). Outros autores corroboram a compreensão de Sen (2000) do conceito de desenvolvimento, como Basso, Delgado e Neto (2003), que reconhecem a noção de desenvolvimento como aquela fundamentada na qualidade de vida das pessoas e dos grupos sociais envolvidos.

Veiga (2006) discorre em sua obra sobre a dificuldade de traçar uma definição acerca do desenvolvimento. A conclusão a que ele chega é embasada nas ideias de autores como Ignacy Sachs, Amartya Sen e Celso Furtado, que comungam da teoria de que o desenvolvimento é uma condição de bem-estar humano e, para além do crescimento

econômico, precisa garantir liberdades individuais e capacidade de exercício dessas liberdades como melhoria das condições sociais de vida da população.

Para Schneider (2007), a definição do desenvolvimento passa por uma construção mental e de representação da realidade e, para que essa compreensão seja elucidada e ganhe sentido, é necessário desconstruir a realidade, desvendando as bases sociais, econômicas, políticas e naturais que estruturam as representações. É preciso “descortinar e compreender as ações e práticas que decorrem destes valores e entendimentos cognitivos” (SCHNEIDER, 2007, p. 04). Assim, o estudo sobre o desenvolvimento converge para uma análise dos processos de natureza social que se dá através de relações e interações entre os diferentes grupos humanos que vão moldando a natureza, os espaços e os territórios nos quais vivem, transformando e recriando sua cultura e seus valores (SCHNEIDER, 2007).

A prerrogativa do desenvolvimento rural derivou de uma tese maior do conceito de desenvolvimento, compreendido como um subtema de ênfase diante das possibilidades de desenvolvimento que alimentava esperanças nas agendas governamentais e debates teóricos de intelectuais. A proposta passa a ser pensada justamente por ser a agricultura umas das mais relevantes práticas, alocando uma parcela da população ainda residente e dependente das atividades rurais, e pelo significativo peso econômico em diversos países, mesmo naqueles países com economias consolidadas na tecnologia de base industrial (NAVARRO, 2001).

Para uma maior compreensão em torno da temática do desenvolvimento rural, é interessante reconhecer que ocorreu uma redefinição do que se entende por espaço rural. Schneider (2007) aponta que se ocupa da delimitação espacial apenas como um recorte prático para refletir sobre a dimensão rural do desenvolvimento, pois o que realmente interessa é a compreensão dos processos de mudanças sociais que ocorrem nos espaços rurais e que acabam redefinindo essas relações.

A redefinição do espaço rural tem suas raízes num momento em que a agricultura passa a integrar o projeto de desenvolvimento modernizador no que foi denominado “Revolução Verde”. Esta foi um projeto padronizado que visava integrar as famílias rurais a uma nova racionalidade produtiva baseado na expansão tecnológica vigente na época (NAVARRO, 2001). O processo de modernização da agricultura foi absorvido em escala mundial nos anos de 1940 e intensificado no Brasil nos anos de 1960-70 (BRUM; TRENNEPOHL; TYBUSCH, 2008).

O projeto baseado no modelo modernizante parecia estar disposto a garantir produção, produtividade e renda às famílias residentes do meio rural e que sobreviviam da agricultura, sendo, inclusive, “capaz de adentrar aos rincões mais remotos impondo uma crescente

mercantilização da vida social e econômica” (GRISA; NIERDELE, 2008, p. 46). Contudo, na década de 1990 percebem-se os sinais de uma promessa não cumprida pelos preceitos da “Revolução Verde”. A estagnação na produção e na produtividade mostra com nitidez os resultados traduzidos na vulnerabilidade social dos atores sociais, evidenciando a urgência de alternativas e estratégias capazes de dirimir as desigualdades produzidas neste período (GRISA; NIERDELE, 2008).

Nesta perspectiva, o projeto modernizador da “Revolução Verde” contribuiu significativamente para um novo entendimento do que se designa como rural. O crescimento da produtividade e o volume global de produção são decorrentes de um incremento patrimonial dos agricultores, na forma de maquinários e estrutura de produção diversa. Porém, o aumento de capital em forma de patrimônio nem sempre significou aumento da rentabilidade para as famílias agricultoras, exigindo que estas se dedicassem ou dediquem-se a outras atividades não agrícolas complementares para a obtenção de renda, mesclando a agricultura com outras atividades para a geração de renda (SCHNEIDER, 2005).

O meio rural é um espaço que vem se transformando, cada vez mais heterogêneo e diversificado (TROIAN *et al*, 2011). É importante esclarecer que o campo não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão, uma vez que a população não acompanha as transformações de modo padronizado, e elas não atingem de maneira homogênea e na mesma proporção todos os lugares. Cada espaço possui suas singularidades, específicas de sua formação histórica e cultural. Assim, não se pode falar de ruralidade como um termo em geral, pois ela se apresenta de diferentes maneiras em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos (CARNEIRO, 1997).

As definições do que é o rural já não se restringem mais a fazer uma oposição ao que é urbano. As relações existentes entre o meio rural e as cidades não podem ser entendidas como antagônicas, e sim como relações que se complementam e possuem interdependência (WANDERLEY, 2009). É preciso superar a abordagem dicotômica, mas também não cair na armadilha ilusória de que estaria desaparecendo a histórica contradição urbano-rural (VEIGA, 2005). Segundo Veiga (2005), o entendimento acerca do processo de urbanização no Brasil é atrapalhado por uma regra que é única no mundo, a qual considera toda sede de município, independente de suas características estruturais e funcionais, como urbana, podendo –quase sempre – criar uma distorção do que de fato é o Brasil rural.

No cenário rural já não há mais espaço apenas para as grandes propriedades rurais, elas não reinam mais absolutamente como aquelas herdadas do período colonial, embora ainda existam. Na atualidade, merecem destaque as pequenas propriedades rurais familiares.

A população rural produz rendimento nas adjacências da cidade, a indústria infiltrou-se na natureza do meio rural e esse dinamismo concretizou uma teia econômica e produtiva que converge para o aumento desse dinamismo (KAGEYAMA, 2004).

É válido recordar que a sociedade brasileira estruturada durante o período colonial teve como pedra angular o espaço rural, fora de base urbana, e isso permaneceu até o início do século XX que, até então, tinha os núcleos urbanos apenas como apêndices das grandes propriedades rurais (HOLANDA, 1995). Uma sociedade que está marcada pelo domínio da grande propriedade, pelo poder da elite latifundiária, pela exploração e manipulação das camadas não proprietárias, camadas ignoradas como sujeitos de direitos e políticas, num cenário em que a lei muito bem se confundia com o poder local das elites (WANDERLEY, 2009).

As transformações do advento da globalização, a abertura de mercados, a flexibilidade das trocas e intensificação da competitividade, o uso progressivo e acelerado dos meios tecnológicos emergem repensar o modelo de desenvolvimento rural, em especial no Brasil, integrando a agenda dos espaços públicos para reorientação de políticas públicas e ações do Estado, conforme aponta Schneider (2005, p. 24):

Em face dessas transformações vários analistas passaram a preconizar a necessidade de repensar as abordagens analíticas e os enfoques que até então eram utilizados como referências teóricas para definir o desenvolvimento rural. Este é, em particular, o caso da abordagem das estratégias de sobrevivência familiares e a diversificação dos modos de vida rurais (*house hold strategies and rural live lihood diversification*), exposta pelo inglês Frank Ellis (2001; 2000; 1998). Segundo este autor, o desenvolvimento rural consiste em um conjunto de iniciativas pragmáticas que visam gerar impactos significativos na melhoria das condições de vida dessas populações e ampliar suas perspectivas de garantir a reprodução social e econômica estão, na maioria das vezes, as oportunidades para alcançar estas ações encontram-se nas próprias localidades e territórios onde as pessoas vivem.

A partir dos anos de 1990, políticas públicas direcionadas aos pequenos agricultores familiares passam a integrar os espaços de discussões governamentais e agendas públicas no Brasil. Tais políticas públicas vêm ao encontro de valorizar e reconhecer os pequenos agricultores enquanto categoria social, denominada então de agricultores familiares. Neste sentido, ganha destaque a legitimação do Estado enquanto provedor e articulador de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, atribuindo um enfoque específico e condizente com as necessidades dessa parcela da população (CAZELLA; MATTEI; SCHNEIDER, 2004).

As políticas públicas para o desenvolvimento rural passam a ser pensadas buscando, além da emancipação dos agricultores familiares pela produção de alimentos e geração de

renda, a autonomia dos atores que vivem e se autoproduzem no campo como essenciais no processo de desenvolvimento rural e superação da pobreza territorial. Exemplo disso foi a criação, na década de 1990, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF que, enquanto política pública, representou um acentuado avanço para o surgimento de posteriores políticas de incentivo ao desenvolvimento rural. O programa tem como principal objetivo conceder crédito rural financeiro de incentivo e apoio técnico aos agricultores familiares. Além disso, vem ao encontro de satisfazer as reivindicações e necessidades de uma parcela relevante da população brasileira que habitava/habita o espaço rural e dele depende para a garantia da sua sobrevivência (CAZELLA; MATTEI; SCHNEIDER, 2004).

Kageyama (2008, p. 52) explica que o desenvolvimento rural deve ser entendido como um processo multidimensional que “não é identificado como crescimento econômico, mas visto como um processo que envolve múltiplas dimensões: dimensão econômica, dimensão sociocultural, dimensão político-institucional e dimensão ambiental”.

De acordo com Bracagioli Neto, Gehlen e Oliveira (2010), o desenvolvimento rural está relacionado à promoção de um conjunto de ações no intuito de promover a melhora na qualidade de vida das pessoas inseridas no meio rural, mas que urge como necessidade incorporar às questões relativas ao meio econômico, bem como do meio cultural, social e ambiental.

A criação das políticas públicas que visam promover o desenvolvimento rural e o reconhecimento dos agricultores, em especial os familiares, denotam a agricultura como uma atividade relevante no meio rural. Destacando-se pela sua importância nos aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais, e que por esta razão, merece, na seção a seguir, um maior entendimento acerca da sua importância e transformações.

### **2.1.1 Agricultura: Importância e Transformações**

A agricultura apresenta-se como um segmento de relevância para o crescimento socioeconômico em diferentes países do mundo (BRUM; TRENNEPOHL, 2004; LOPES, et al., 2016). Embora algumas interpretações teóricas sobre desenvolvimento afirmem que há pouca participação dessa atividade no crescimento econômico (NORTH, 1977), no Brasil, o setor agrícola ocupa uma posição de destaque na economia (DALCIN, 2013). A agricultura como um todo, em especial a familiar, desempenha uma função vital na geração de emprego e

renda no meio rural, e sua capacidade de gerar efeitos a jusante e a montante faz do setor um dos mais importantes para a economia (LOPES et al, 2016).

Historicamente, foi essa prática que possibilitou aos seres humanos deixar o nomadismo e passar a uma vida sedentária. O desenvolvimento da agricultura representou, para os grupos humanos primitivos, o domínio sobre a produção de alimentos, o que lhes garantiu sobrevivência. Com o sedentarismo, aldeias foram se formando, o que possibilitou aos humanos, mais que produzir alimentos para matar a fome, atuar, através da prática agrícola, como sujeitos no tempo e no espaço, produzindo-se como um ser social e histórico (COTRIN; RODRIGUES, 2012; JÚNIOR; MURRIETA; ADAMS, 2008).

A agricultura constituiu-se por muito tempo como a principal atividade de sobrevivência e fonte de trabalho para a população. Um dos desdobramentos por ela assumidos é o fato de a prática, muitas e não raras vezes, estar voltada à subsistência, ou seja, para o sustento do grupo familiar. Também assim é entendida quando o agricultor direciona, por razões históricas e sociais diferentes, a produção visando sua sobrevivência imediata, sem vincular as estratégias produtivas ao futuro da família (WANDERLEY, 1996).

Outra identificação da agricultura é a abordagem camponesa que, conforme Wanderley (1996), tem como pedra angular a relação entre propriedade, trabalho e família. Relação esta que possui particularidades com características específicas em relação à interpretação de agricultura familiar, e essas particularidades “dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global” (WANDERLEY, 1996, p.03).

Wanderley (2015) define o campesinato como uma forma social de produção correspondente ao modo de vida e à cultura. A autora chama atenção para os espaços precários e a dificuldade de criação efetiva de comunidades camponesas mais sólidas no Brasil, ocasionados pelas estratégias fundiárias, produtivas e familiares que estiveram estruturadas na monocultura e no latifúndio para a exportação. Corroborando a isso, Carneiro e Maluf (2005, p. 50) consideram que o campesinato teve como principal característica a “valorização da prática da agricultura como expressão de um modo de vida, integrada ao conjunto do universo social e ancorada sobre um território”.

O advento do capitalismo incorporou na prática agrícola uma nova dimensão, adotando e reduzindo-a a uma abordagem setorial clássica inspirada na lógica econômica, transformando o agricultor em “*homo economicus*”. Com a necessidade de contemplar mercados, a agricultura passou a ser encarada unicamente pelo viés econômico e troca monetária, no intuito de atender às relações mercantis impostas pelo sistema, enfatizando o

caráter produtivista e uma racionalidade estritamente econômica (CARNEIRO; MALUF, 2005).

O projeto modernizador para agricultura adotado em nível mundial teve início a partir dos anos 1960, e reconfigura a agricultura justamente sob a égide das aspirações capitalistas. O Estado passa a intervir na implantação e uso de tecnologias na agricultura, com o ensejo de estimular a competitividade e aumento da produtividade através de padrões industriais e comerciais. Nessa lógica, os pequenos produtores, na impossibilidade de atender a esses padrões, acabaram sendo marginalizados (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Contudo, embora existam regiões do mundo nas quais a agricultura parece estar amplamente integrada ao mercado global pela lógica econômica das *commodities* agrícolas, ainda assim ela se apresenta de forma diferente (GRISA; NIEDERLE, 2008), por isso não há como proceder com afirmativas que homogeneizem a atividade. Os motivos dessa heterogeneidade, segundo Grisa e Nierdele (2008), são a diversidade que abrange o espaço rural enraizado nas distintas formas familiares, modos de vida e as diferentes perspectivas dos atores sociais que habitam este espaço.

A agricultura, mesmo assumindo um papel de grande importância econômica, também é responsável pelas funções sociais, simbólicas, ambientais e estratégicas que fazem dela uma entidade complexa e historicamente situada, por isso é indispensável pensar o papel da agricultura na reprodução social para as famílias rurais. Muitas famílias que desempenham a agricultura para o autoconsumo não a compreendem como uma forma de trabalho, uma vez que ela não está atendendo ao mercado e nem fornecendo renda financeira para a família. Outras entendem a agricultura como um “trabalho penoso” avaliando-a como uma “fonte ilimitada de renda” (CARNEIRO; MALUF, 2005). Os mesmos autores entendem que existem duas noções sobre agricultura, uma baseada nas leis do mercado e outra que considera que o sentido da atividade não se limita à produção de produtos para o mercado, mas se estende também à oferta de serviços e bens materiais e imateriais à sociedade (CARNEIRO; MALUF, 2005).

Recorrendo à noção de que a agricultura não é uma atividade meramente econômica é que no final da década de 1980 e início de 1990, concomitante ao processo de redemocratização do Brasil, abertura política e promulgação da Constituição Federal de 1988, vêm a ecoar as vozes dos agricultores considerados com baixo potencial produtivo para o mercado e prejudicados pelas políticas excludentes das décadas anteriores. A partir daí, estes agricultores passam a estar presentes nas arenas de discussões para a formulação de políticas

públicas e legitimação do papel do Estado frente a essa demanda (CAZELLA; MATTEI; SCHNEIDER, 2004).

Até então, estes agricultores eram enquadrados como pequenos agricultores, agricultores de baixa renda, mini produtores ou pequenos produtores, “com isso, além de disputarem o crédito com as demais categorias, eles eram obrigados a seguir a mesma rotina bancária para obter um empréstimo que tinha o perfil voltado para o grande produtor” (SCHNEIDER; AQUINO, 2015, p. 55). Neste cenário, aos poucos esses produtores ganham atenção especial, embora tardiamente em relação aos estudos em países desenvolvidos (SCHNEIDER, 2003), recebendo inclusive uma nova denominação, a de “agricultores familiares” (GRISA, 2010 p. 84).

Em relação a isso, há certa dificuldade e variações na conceituação da categoria que correspondente à agricultura familiar (WANDERLEY, 2003). Porém, mesmo diante das variações que envolvem o conceito, é possível afirmar que o “universo da agricultura familiar no Brasil é extremamente heterogêneo e inclui, desde famílias muito pobres até famílias com grande dotação de recursos” (SOUZA FILHO *et al*, 2004, p. 02).

Corroborando, Altafin (2007) esclarece que na literatura há uma vasta contribuição e diversas vertentes sobre a temática da agricultura familiar. A autora destaca duas abordagens para reflexão, a primeira diz respeito a uma forma moderna de agricultura familiar entendida como uma nova categoria, fruto das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas. A segunda abordagem defende ser a “agricultura familiar brasileira um conceito em evolução, com significativas raízes históricas” (ALTAFIN, 2007, p. 01).

Ao analisar a primeira abordagem, Ricardo Abramovay (1992), em sua clássica obra “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão”, alerta para o fato de que não há razões para revisitar as origens históricas e comparar o fenômeno de emergência da agricultura familiar com a forma de agricultura camponesa. Abramovay (1992) salienta que a agricultura familiar está profundamente integrada ao mercado, tanto pela incorporação dos avanços técnicos quanto em relação às respostas emitidas às políticas governamentais e que, mesmo havendo similaridades no caráter familiar das duas identificações, existem outros fatores que as tornam heterogêneas.

Contrapondo essa filiação teórica, Altafin (2007) e Wanderley (1996; 2015) partem para a defesa de que a agricultura familiar não é um conceito novo que enterra a tradição camponesa, mas que tem aí suas raízes históricas e os sujeitos têm buscado integrar-se às condições e exigências imposta por um novo modelo social. Altafin (2007, p. 01) diz que o



conceito passou por uma ressignificação por estar na pauta de discussões “com ampla penetração nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais”.

Para Wanderley (2015), o campesinato é umas das formas particulares da agricultura familiar. O que permite afirmar que o campesinato e a agricultura familiar são conceitos equivalentes é a existência de agricultores, não patronais e não latifundiários, que estão ligados ao trabalho familiar e a grupos sociais que “se relacionam em função da referência ao patrimônio familiar e constroem um modo de vida e uma forma de trabalhar, cujos eixos são constituídos pelos laços familiares e de vizinhança” (WANDERLEY, 2015, p. 31).

Altafin (2007, p. 16) diz que a designação agricultura familiar “é utilizada como um guarda-chuva conceitual, que abriga grande número de situações, em contraposição à agricultura patronal, tendo como ponto focal da polarização o tipo de mão de obra e de gestão empregadas”. Ademais, Altafin (2007, p. 19) também é pontual ao dizer que:

A delimitação legal do conceito de agricultor familiar combina como critérios o tamanho da propriedade, predominância familiar da mão-de-obra e da renda, e gestão familiar da unidade produtiva. Tal delimitação, como não poderia deixar de ser, é abrangente o suficiente para incluir a diversidade de situações existentes no país. Tendo em vista as tipificações acadêmicas ou a delimitação legal do conceito, constata-se que o uso do termo “agricultura familiar” no Brasil se refere a um amplo guarda-chuva conceitual, que abriga distintos tipos e situações, não apenas entre as regiões, mas dentro de cada região, de cada estado, de cada município ou de um território. Conhecer e compreender as especificidades de uma dada situação concreta torna-se imprescindível para todos os envolvidos em processos de desenvolvimento sustentável.

A conceituação de Altafin (2007) encontra respaldo na Lei 11.326/2006. A mesma legislação especifica, além das demais características contempladas pela autora, que o estabelecimento enquadrado como familiar não deve possuir área maior que quatro módulos fiscais. O tamanho de hectares que corresponde a cada módulo é regulamentado por legislação específica considerando alguns critérios.

Neste sentido, após estudos realizados pela FAO/INCRA e pesquisa do IBGE para a laboração do texto da Lei 11.326/2006, julgou-se como agricultor não-familiar usando critério de exclusão ao que define os agricultores familiares, enquadrando como agricultores patronais os estabelecimentos com mais de quatro módulos fiscais, com mão de obra assalariada, gestão e administração com funções próprias. O mais importante nessa seleção de critérios não é o recorte espacial por tamanho da área em módulos, “mas por suas relações sociais de produção, se familiares ou do tipo patrão/empregado” (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018, p.127).

As agriculturas familiar e patronal representam segmentos importantes para a economia do país e de cada região em particular (LEITÃO; BRISOLA; COSTA, 2008). Porém, no Rio grande do Sul, conforme a Fundação de Economia e Estatística – FEE (2019), a maior parte dos estabelecimentos agropecuários do estado enquadram-se nos critérios definidores da agricultura familiar.

Outro conceito que merece ser mencionado neste estudo e destaca-se no mundo e no cenário brasileiro, referente a agricultura, é o agronegócio. O conceito, atrelado ao processo de expansão comercial agrícola mundial, é acompanhado pela aceleração da industrialização da agricultura e pela disseminação internacional do sistema de produção, tudo isso impulsionado pelos Estados Unidos (MENDONÇA, 2015). De modo geral, Mendonça (2015), compreende que o conceito do agronegócio diz respeito ao um conjunto de ações dos governos e das empresas privadas que inserem a industrialização e padronização da agricultura no âmbito internacional.

No Brasil, o uso do termo agronegócio está vinculado a justificativa da criação das chamadas cadeias produtivas, levando em condideração a noção de desenvolvimento pautado no avanço tecnológico organizado em etapas, “com o objetivo de agregar atividades agroquímicas, industriais e comerciais aos cálculos econômicos da agricultura” (MENDONÇA, 2015, p. 391).

O Censo Agropecuário de 2017 (que tem data de referência de 30 de setembro de 2017), denota que no Brasil foram produzidos 104 milhões de toneladas de soja em mais de 236 mil estabelecimentos agropecuários, e 91 milhões de toneladas de milho distribuídos em mais de 1,6 milhão de estabelecimentos, tudo isso contribuição da agricultura temporária. Já da agricultura permanente, a importância da produção de café foi de 47,7mil toneladas.

No Rio Grande do Sul são 21,7 milhões de hectares de área plantada, distribuídos em 365 mil estabelecimentos, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017. Destacam-se a produção de produtos como a soja, o qual o estado obteve, em 2017, a posição de segundo estado que mais produz no país, mas com a primeira posição em número de estabelecimentos. Destacam-se também a produção de trigo, milho, e aparecem ainda com importância, a produção de uva e pêssego (IBGE, 2007).

Os estados do Sul do Brasil, apesar de terem como destaque os produtos supracitados, devido a características do clima temperado, têm áreas que são destinadas à produção de forrageiras para serem utilizadas como pastagem para o gado, em forma de feno, silagem ou pasto (EMBRAPA, 2015). Há estudos que abordam a introdução da produção de alfafa em

regiões de clima tropical, como em Minas Gerais, pelo fato de a leguminosa apresentar potencial nutritivo para alimentação do gado leiteiro (BROTEL et al, 2002).

O entendimento em torno do que se propõe o desenvolvimento rural a partir da década de 1990, através da criação de políticas públicas de incentivo ao meio rural, mostra que os atores sociais possuem um importante papel nas suas unidades de produção, em especial naquelas em que eles são a própria mão de obra, a familiar. Contudo, além da força de trabalho os agricultores têm a função de gestão da unidade, que é uma estrutura complexa envolvendo diversas variáveis e, entre os fatores determinantes, está o processo de tomada de decisão que sofre influência de muitos fatores (LOURENZANI, 2006). Por este motivo, busca-se compreender esse processo de tomada de decisão no sentido amplo e, após, em um recorte no segmento da agricultura.

## 2.2 O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO

O processo de tomada de decisão é um tema recorrente em muitos estudos científicos (DALCIN, 2013). Surgida no começo do século XX a partir da Teoria Econômica, a teoria da decisão assumiu uma orientação bastante simples e matemática evoluindo para uma configuração mais pragmática e política (MELO, 2003). Presente no cotidiano das pessoas, a tomada de decisão caracteriza-se como escolhas que geralmente ocorrem por tentativa ou erro, ou então por um conjunto de habilidades que exigem conhecimento e informação e, como já mencionado, é um processo e não meramente um ato (DALCIN, 2013).

O processo de tomada de decisão, ainda que uma atividade rotineira e típica da vida dos seres humanos, seja de modo formal ou informal, envolve um contexto amplo, diversificado e por vezes minucioso, exigindo do tomador de decisão uma maior percepção do mundo que lhe pertence e daquele que o cerca, a fim da obtenção de uma escolha considerada acertada. No início, os teóricos da administração negligenciavam o processo de tomada de decisão, não de forma consciente, mas justamente por ser algo naturalizado, intrínseco aos modelos organizacionais, não o reconhecendo como elemento fundante da gestão (DALCIN, 2010).

Após o reconhecimento da relevância de elucidar esse processo e para compreender os desdobramentos que ele assume, a teoria da tomada de decisão passou a ser pensada pela escola clássica/racional. No intuito de otimização dos lucros e ganhos exitosos para as organizações, a escolha deveria ser resultado de uma atitude racional, priorizando o objeto em detrimento da subjetividade. Dutra *et al* (2008, p.07), enfatizam que:

Na teoria econômica clássica, a tomada de decisão é baseada em um processo de escolha que conduz àquela alternativa que for considerada ótima para a organização, onde, por meio de regras e modelos, o tomador de decisão efetua uma escolha racional, ou seja, ele escolhe a melhor alternativa entre as existentes.

Normalmente, as decisões são tomadas mediante a necessidade da solução de problemas e a metodologia natural consiste em examinar ações, “processo divergente que culmina na tomada de decisão, a qual então converge para uma linha de ação” (MELO, 2003, p.35). Partindo desse pressuposto, a tomada de decisão é uma ação, e mesmo que constantemente as incertezas estejam presentes, quando as decisões acontecem num campo suscetível a riscos, podem fracassar ou frustrar uma expectativa. Por isso, os tomadores de decisões assumem riscos contínuos das consequências de suas decisões.

O mundo em que o tomador de decisão insere-se está cada vez mais complexo, do mesmo modo que a maneira de vê-lo também incorporou essa característica: a da complexidade. Tal complexidade parte de uma mudança paradigmática de olhar o mundo, emergem novas conexões que ampliam as inter-relações, possibilitando inovações tecnológicas e de transporte, permitindo maior acesso às informações e, conseqüentemente uma gama incontável de possibilidades (CARVALHO; PEDROZO, 2011). Em um universo complexo visualiza-se a importância de estudar a tomada de decisões e as características inerentes a ela como ponto básico para a prática administrativa e da gestão organizacional (DALCIN, 2013).

Mudanças aceleradas ocorreram a partir de meados do século do século XX, quando uma nova configuração de ordem capitalista permitiu profundas transformações na relação tempo- espaço, o avanço tecnológico e um sistema de informação muito mais dinâmico e integrador. A partir das palpáveis transformações apresentadas na década de 1960 e no início dos anos 1970, veio florescer uma nova interpretação para o projeto da modernidade. A idealização de uma sociedade pós-industrial, pós-fordista, sustentava uma transição social, uma metamorfose tão marcante, com um resultado tão diferente quanto foi a mudança da sociedade agrária para a industrial (SÁ, 2006).

O processo decisório, para acompanhar as expressivas transformações na sociedade, passou a ser repensado, interessando estudiosos na perspectiva de compreendê-lo. Historicamente, um dos grandes desafios enfrentados pelas pequenas e grandes organizações envolve exatamente a tomada de decisão (DALCIN, 2010).

O real comportamento dos indivíduos quando tomam decisões interessou a Herbert Simon, que refutou alguns pressupostos do processo decisório nas organizações neoclássicas. Simon defende a tese de que o tomador de decisão não toma uma decisão perfeita, tanto pela sua limitação cognitiva, como pela complexidade das situações e do mundo que o cerca. As informações quase nunca são completas: elas são assimétricas. As interpretações podem estar mal interpretadas, induzindo ao erro e o tempo nem sempre é o suficiente para que se analisem todas as alternativas existentes, requerendo urgência na escolha (CARVALHO; PEDROZO, 2011).

De acordo com Simon (1963) a tomada de decisão compreende quatro fases principais que se complementam. A primeira fase se refere à análise do ambiente, na qual se faz a coleta e o processamento das informações a fim de identificar as situações que exigem decisão. A segunda fase consiste na atividade de estruturação na qual os objetivos são criar, desenvolver, analisar o curso da ação, formular o problema, construir e analisar alternativas. A terceira fase é a de escolher uma linha de ação entre as alternativas disponíveis e executá-las. Conforme Simon (APUD CARVALHO; PEDROZO, 2011) há uma quarta fase não menos importante: a revisão, que é uma avaliação das escolhas feitas. Simon também fala da importância de se fazer um *feedback* constante em todas as etapas.

A visão simétrica, regrada e racional da tomada de decisão, acabou sendo percebida como não suficiente para atender à complexidade do mundo e dos seres humanos, uma vez que se reconhece que há outros aspectos que interferem na decisão. Simon (1979) reitera que no percurso da tomada de decisão um conjunto de fatores precisa ser compreendido, pois interferem no processo, além disso, a compreensão de tais fatores, seu significado e suas implicações nas decisões a serem tomadas são indispensáveis. Dalcin (2010) menciona que os fatores que influenciam o processo de tomada de decisão são sociais, institucionais, culturais, pessoais e organizacionais.

Desta forma, na medida em que mais se conhecem os elementos que interferem na tomada de decisão, mais se permite aumentar o grau de informação confiável. Porém, para conhecer esses elementos é necessário transitar por diversos campos do saber, daqueles mais objetivos como a matemática, até os subjetivos que contemplam a psicologia e as ciências humanas (CARVALHO; PEDROZO, 2011).

Simon (1963) também faz sua contribuição para a teoria da tomada de decisão quando define as decisões em dois tipos opostos: as programadas e as não programadas, conforme as batizou. No entanto, esta classificação não permite entender que existam apenas essas duas, mas que elas são pontos extremos e que entre esses pontos há diferentes nuances que

configuram o processo decisório. Para Simon (1963), as decisões programadas são as que se tornam rotineiras e repetitivas, para as quais existe um método definido de como abordá-las, de modo que não são tratadas como algo novo a cada vez que surgem. As decisões não programadas são as que se apresentam como novas no cenário do tomador de decisão, e que têm importantes consequências, portanto não há um método prefixado para enfrentar a situação de como agir diante desse problema, por diversas razões: uma porque é novo, outra porque a natureza e estrutura apresentam complexidade e são dúbias, e também por ser tão importantes, merecem um tratamento específico.

As decisões são orientadas, explica Simon (1979), pela busca da melhor alternativa, entendida como “melhor” a partir das percepções de quem decide e considerando um conjunto de variáveis que irão direcionar determinada ação, como as suas capacidades, intuições, informações disponíveis, tradições, valores. O autor atenta para o fato de que a ação tomada não representa necessariamente a mais correta e racional, uma vez que, como ser social, o ser humano é dotado de limitações e, por isso, não dispõe de todas as informações e nem consegue saber todas as consequências possíveis de seus atos. Desta forma, ele apenas age no sentido de optar pela alternativa que melhor lhe satisfaz diante de dada situação e realidade.

Diante da complexidade de tomar decisões, como já foi elencado acima, é relevante também analisar as interpretações que envolvem o conceito de racionalidade, uma vez que os indivíduos decidem como seres racionais, capazes de fazer interpretações e tomar decisões racionais para a resolução de seus problemas.

### **2.2.1 Racionalidades: contextualização**

Para este estudo, é relevante a compreensão do conceito de racionalidade, que “é complexo e de difícil ou mesmo impossível definição, pois é capaz de englobar uma gama de sentidos diferentes” (ANES, 2017). O conceito de racionalidade tem uma abordagem aprofundada por Max Weber, um dos pensadores mais influentes no projeto da modernidade, influenciando o pensamento no mundo ocidental. Dois países exercem importância na difusão da obra Weberiana: Estados Unidos e Alemanha (SELL, 2012).

De acordo com o pensamento de Weber, o conceito de racionalidade está relacionado aos objetivos pautados em um conjunto de significados e valores, ou seja, a ação racional que define os fins a partir de uma sistematização de ideias (SELL, 2012). Para Weber, a “racionalidade é o que determina a ação social. O conceito de racionalidade é, desse modo, constitutivo e elemento central do conceito de ação social” (SAMPAIO; MANTOVANELI;

FERNANDES, 2011). Segundo Thiry-Cherques (2009, p. 901), que faz um estudo sobre o processo de racionalização Weberiana,

A racionalidade não deve ser confundida com a ação social. Existem ações sociais que nada têm a ver com processos conscientes, derivados da vida afetiva e das tradições, como existem ações conscientes, “racionais”, fundadas em aspectos não racionais, derivados da história e da subjetividade humanas. A racionalização e a ação racional são distintas. A racionalização oferece as condições em que ação é exercida. A racionalização é o processo que confere significado à diferenciação de linhas de ação. Embora uma ação seja racionalizável no interior de cada esfera, não é possível uma racionalidade total. O mundo não é racionalizável como um todo. As tensões entre racionalidade formal e substantiva são irreduzíveis. A racionalidade formal, de cálculo meios-fins e a racionalidade substantiva, voltada para a efetivação de um valor, são irreconciliáveis. Ademais uma modalidade de ação racional em uma esfera pode ser irracional em outra. O cálculo econômico é racional para a esfera do mercado, mas não para a esfera do social.

O comportamento humano, de acordo com Weber, não é desprovido de sentido. O indivíduo e os grupos humanos atribuem sentido às suas ações e, quanto mais sentido a elas for atribuído, mais racionais as ações estarão sendo (SAMPAIO; MANTOVANELI; FERNANDES, 2011).

Na perspectiva Weberiana, a racionalidade está conceituada em um leque amplo entre a dualidade da racionalidade teórico/prática e material/formal. Dentro dessa amplitude é possível compreender quatro noções de racionalidade: a racionalidade instrumental, conceitual, substantiva e formal. A instrumental diz respeito à noção de emprego do cálculo constituindo meios para os dados fins, a conceitual é dada pelos aspectos abstratos que visam compreender a realidade Já a racionalidade substantiva está baseada no plano ético ordenando as ações através de postulados de valor, e a racionalidade formal se refere ao conjunto da conduta mediante a esfera social (WEBER, 1994). Anes (2017, p. 56) utiliza em seu trabalho duas dessas racionalidades baseadas na interpretação de Guerreiro Ramos (1989), explicando que a racionalidade instrumental está situada “dentro de uma lógica econômica” e a racionalidade substantiva agrega características que “convergem para uma lógica humana”.

No tocante à racionalidade, em muitas vezes o tomador de decisão foi considerado um ser que detém todo o controle do problema, que consegue escolher entre várias alternativas, emitindo avaliações altamente complexas e adequadas (FREITAS et al, 1997). Tomar decisões exige que o indivíduo seja racional, porém essa racionalidade não pode ser levada ao extremo. O reconhecimento de que a racionalidade dos seres humanos é limitada advém das contribuições dos estudos de Simon (1979), desenvolvidos a partir da década de 1950 do século XX, o qual admite que as limitações humanas influenciam no processo decisório,

partindo da concepção de que o homem é um ser complexo, provido de sentimentos, sujeito ainda à limitações ambientais.

Os seres humanos buscam, de acordo com Simon (1979), ser racionais através de seus comportamentos e, devido à complexidade de suas ações, estão submetidos a limitações, definindo que a racionalidade diz respeito a uma seleção de alternativas de comportamento que são predefinidos por um sistema de valores que permite avaliar as consequências de tais comportamentos. Simon entende a racionalidade completa como limitada porque há uma falta de capacidade do saber extremo, e isso é fruto da falta do conhecimento das alternativas e das incertezas em relação aos fatores externos, que precisam ser considerados, e da incapacidade de calcular consequências.

Nesta perspectiva, leva-se em consideração que o homem não é apenas um otimizador de recursos em função de ganhos econômicos, mas, sobretudo, um protagonista que precisa conciliar as suas limitações com uma realidade cada vez mais complexa e exigente (CARVALHO; PEDROZO, 2011, p. 206). Este protagonismo pode ser bem mais marcante quando o gestor, além de ser o tomador de decisão, é o responsável pela mão de obra na produção, como é o caso das propriedades rurais.

A compreensão da racionalidade imbricada enquanto fundamento da razão humana, em especial nas organizações produtivas, tem despertado o interesse de vários estudiosos (SERVA, 1997). Serva (1997) propõe que existem dois tipos de racionalidades: a instrumental e a substantiva, tendo como ponto de partida de sua análise os estudos de Guerreiro Ramos (1989).

Na análise de Guerreiro Ramos (1989), a razão substantiva tem como principal balizador a concepção ética com uma compreensão transcendental da visão aristotélica, muito além da relação utilitarista entre o cálculo e a razão, afirmando que a racionalidade substantiva é um atributo natural da psique do ser humano. O autor, conforme Serva (1997) reconhece que na grande maioria das organizações produtivas prevalece a racionalidade instrumental implícita nas ações humanas. A racionalidade instrumental está determinada e orientada pelas leis do mercado, com enfoque central no cálculo utilitário e no êxito econômico, buscando o sucesso individual desprendido da ética. “Os elementos constitutivos da ação racional instrumental são: cálculo, fins, maximização dos recursos, êxito (resultados), desempenho, utilidade, rentabilidade e estratégia interpessoal” (BARROS; SANTOS, 2010, p. 15). Tenório (1990) ainda complementa:



A racionalidade instrumental ou funcional é o processo organizacional que visa alcançar objetivos prefixados, ou seja, é uma razão com relação a fins na qual vai predominar a instrumentalização da ação social dentro das organizações, predomínio este centralizado na formalização mecanicista das relações sociais em que a divisão do trabalho é um imperativo categórico, através do qual se procura justificar a prática administrativa dentro dos sistemas sociais.

Pelas razões acima citadas, Guerreiro Ramos reflete sobre os efeitos negativos da racionalidade instrumental para os indivíduos nas organizações, desencadeando insegurança psicológica, degradação da qualidade de vida, produzindo uma teoria organizacional incapaz de gerar espaços sociais de satisfação aos indivíduos, promovendo também ações que afetam a natureza, como a poluição e o desperdício dos recursos naturais do planeta (SERVA, 1997). Neste sentido, Guerreiro Ramos toma a liberdade em afirmar que o desenvolvimento técnico e econômico correspondeu a um baixo desenvolvimento ético e moral (SAMPAIO; MANTOVANELI; FERNANDES, 2011).

Há dois conceitos de racionalidade, os quais remetem à interpretação de realidades diferentes, “os conceitos de racionalidade instrumental e de racionalidade substantiva são analisados e compreendidos como duas lógicas contraditórias” (ANES, 2017, p. 56). O impasse consiste no fato de que não se consegue comprovar empiricamente se essa racionalidade pode nortear a gestão organizacional produtiva, nem sobre como ela se concretiza na tomada de decisão, na divisão do trabalho, no controle ou estabelecimento de normas. O próprio estudo de Guerreiro Ramos sustentado pela racionalidade substantiva não dá conta disso, ficando apenas na seara conceitual, o que provavelmente ele faria, não fosse sua morte precoce (SERVA, 1997).

Presente ao impasse de que Serva (1997) fala referente aos estudos de Guerreiro Ramos, é que o autor (Serva), a partir de estudos e pesquisas empíricas em organizações reais, objetivou perceber o seu funcionamento através de princípios da racionalidade substantiva. Serva analisou três empresas no estado da Bahia, na capital Salvador e, ao findar sua pesquisa, demonstrou que não há exclusividade quanto a um tipo de racionalidade nas ações dos indivíduos que compõem organizações produtivas, mas que suas atividades acontecem em trânsito tanto da razão substantiva quanto da razão instrumental. No entanto, sua maior contribuição para a literatura é a de que é possível encontrar empresas em que a racionalidade substantiva em seus processos organizacionais é predominante (CERRI *et al*, 2017).

Pautada nos princípios éticos, realização e na satisfação pessoal, valores humanos e suas potencialidades, é que Guerreiro Ramos (1989) compreende a racionalidade substantiva. A racionalidade substantiva tem um vínculo estreito com o conceito de emancipação enquanto

ser e sua capacidade de reflexão, características que foram diluídas diante do domínio da racionalidade baseada em fins (CERRI *et al*, 2017).

Como racionalidade substantiva, Tenório (1990) entende ser a percepção individual racional da interação de fatos em determinados momentos. Em outras palavras, é dizer que o ator social, dentro das organizações, deveria desenvolver suas relações e forma de produzir conforme seu olhar individual e racional em relação aos fins e que isso é impedido pelo modo como a razão funcional atua nos espaços organizacionais.

### **2.2.2 Racionalidade e tomada de decisão na agricultura**

Os agricultores, apesar de suas peculiaridades, respondem de maneira diferenciada aos desafios e incertezas a que estão predispostos, bem como possuem uma racionalidade que é própria constituída por situações e pelo ambiente em que estão inseridos (SOUZA FILHO *et al*, 2004). A necessidade de compreender a tomada de decisão na agricultura é de extrema importância por ser este um processo complexo e possuir algumas características específicas em cada setor da economia (DALCIN, 2013).

A tomada de decisão na agricultura tem como pioneiro o estudo da autora inglesa Ruth Gasson (1973), no qual ela evidencia que há diferentes razões que explicam a atuação e permanência dos agricultores no meio rural de seu país, mesmo que tenham desempenho diferente na atividade. Razões estas que variam e podem estar relacionadas à maximização de lucros e/ou então a satisfação e tradição.

O Brasil, a partir de meados do século XX, passa por uma emergente expansão do processo de urbanização, redefinindo conceitos que envolvem a integração cada vez maior entre o espaço rural e o urbano. Ao mesmo tempo em que dinamizou a relação entre rural e urbano, tal integração exigiu dos pequenos agricultores uma maior capacidade de compreensão do processo produtivo, de oferta e demanda, de como gerir seus negócios e estar inseridos no mercado competitivo, atendendo suas necessidades essenciais e ainda gerando renda no meio rural. Diante deste contexto que não é estático, faz-se fundamental refletir sobre a atuação do agricultor, como complementa Dalcin (2013, p. 31):

Quando se fala em agricultura, começa-se a pensar no agricultor e no modo como ele age perante tantas adversidades e peculiaridades, ou seja, como se dá o processo de decisão, processo esse que engloba: atividades que devem ser desenvolvidas, quando, para, quem, onde; a utilização de informações. Assim, estudar os atributos da tomada de decisão, os estilos e seus resultados é importante como forma de

entender o que está acontecendo no meio rural, em especial quanto ao desempenho agrícola e ao comportamento empreendedor.

Em seu estudo “*Goals and Values of Farmers*”, Gasson (1973) buscou compreender o comportamento dos agricultores, compreendendo que eles nem sempre são orientados pela racionalidade econômica imposta pelo mercado e que não agem apenas ou sempre buscando lucros. A autora analisou também as orientações presentes na tomada de decisão dos agricultores ingleses, identificando quatro orientações, sendo elas: a orientação instrumental, social, expressiva e intrínseca.

O Quadro 1 apresenta as orientações da Tomada de Decisão e foi retirado de Kasper (2017) segundo demonstrado no estudo de Gasson (1973):

Quadro 1 - Orientações para a Tomada de Decisão segundo Gasson (1973)

| Categoria    | Descrição  |
|--------------|--|
| Instrumental | Maximizar a renda; Obter uma renda satisfatória; Garantir uma renda para o futuro; Expansão do negócio; Ter condições agradáveis de trabalho.  |
| Social       | Ganhar reconhecimento, prestígio como agricultor; Pertencente à comunidade agrícola; Dar continuidade à tradição da família; Trabalhar com outros membros da família; Manter boas relações com os trabalhadores.                     |
| Expressiva   | Sentindo orgulho de ser proprietário; Desempenhar um trabalho que gosta; Exercitar habilidades e aptidões; Oportunidade de ser criativo e original; Alcançar um objetivo, crescimento pessoal  |
| Intrínseca   | Gozo pelo trabalho, tarefas; Preferência por um trabalho ao ar livre, e ter uma vida saudável; Valorizar o trabalho árduo; Independência - a liberdade de supervisão e de organizar o tempo; Controle de uma variedade de situações. |

Fonte: Gasson (1973) apud Kasper (2017).

Lima et al. (2005) atenta para o fato de que, na agricultura, os agricultores tomam decisões geralmente no seio familiar, pois os membros da família também são os responsáveis pelo funcionamento da unidade de produção familiar (UPF, doravante). Tal característica assumida pela tomada de decisão nas atividades agrícolas fica mais evidente quando as decisões giram em torno de investimentos que demandam maiores custos, como a compra de bens duráveis, tais como máquinas e até mesmo terra.

Para Souza Filho (2004), o planejamento do empreendimento rural também é importante no processo de decisão e serve para o produtor decidir sobre o que, quanto e quando produzir. A decisão sobre quando produzir dependerá de alguns fatores como a época

de plantio, ciclo produtivo das culturas, informações adquiridas pelos produtores, prazos estabelecidos com clientes, dentre outros.

Corroborando com a assertiva de Simon (1979) sobre as limitações da racionalidade humana, Lima et al (2005) confere que os agricultores tomam decisões e, a partir delas, implementam suas ações. Consequentemente, tais decisões são orientadas por objetivos estratégicos, potencialidade e limitações, dadas a situação a que estão submetidos. Se os agricultores tomam decisões e a partir delas programam suas ações como salienta Lima et al (2005), então percebe-se a importância destas ações na agricultura. Deste modo, o processo de tomada de decisão dos agricultores deve ser levado em consideração no que tange às ações que visam promover o desenvolvimento rural.

## 2.3 MUNICÍPIO DE DEZESSEIS DE NOVEMBRO/RS E A PRODUÇÃO DE ALFAFA

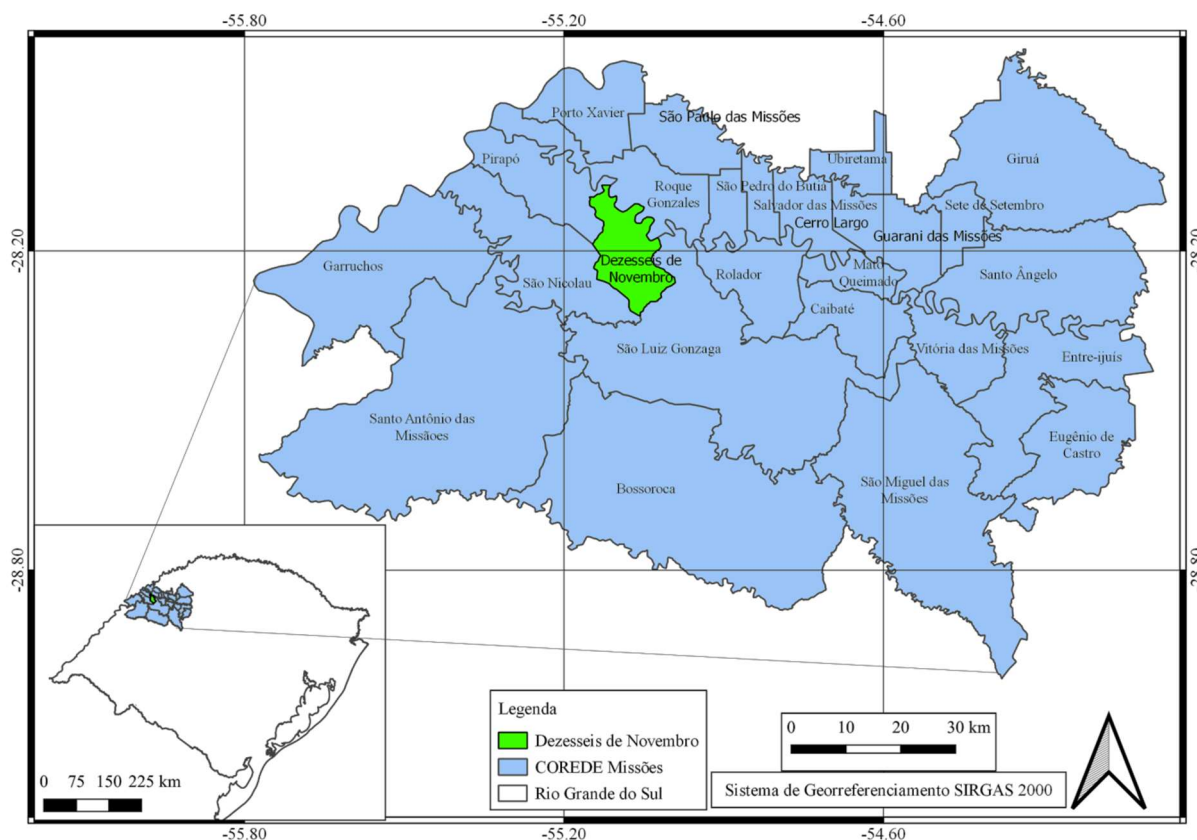
No decorrer desta seção, apresenta-se uma compreensão referente à história do município de Dezesseis de Novembro/RS, sua constituição enquanto município, peculiaridades, bem como a relação de identidade que possui com a forrageira alfafa.

### 2.3.1 Caracterização e histórico do município de Dezesseis de Novembro/RS

O município de Dezesseis de Novembro é um dos 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul, localizado na Fronteira Sul do Brasil. Geograficamente situado no Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, o município está inserido na região das Missões, uma das “regiões brasileiras mais intensamente afetadas pelas mudanças na base técnica da agricultura ocorridas a partir dos anos 70” (GRISA; NIERDELE, 2008 p. 46).

O município, de acordo com a Secretaria de Planejamento do Rio Grande do Sul (2019), abrange a Região Funcional de Planejamento 07, fazendo parte do Conselho Regional de Desenvolvimento - COREDE Missões. Dezesseis de Novembro possui uma área territorial de 216, 8 km<sup>2</sup>, com aproximadamente 2.678 habitantes (FEE, 2017), tendo como limites físicos territoriais os municípios de São Luiz Gonzaga, São Nicolau, Roque Gonzales e Pirapó, como mostra o mapa a seguir:

Mapa 1 - Localização Geográfica de Dezesseis de Novembro/RS dentro do COREDE Missões.



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Em 2012, a região do COREDE Missões apresentou um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente R\$ 4,6 bilhões, o que representava 1,6% do total do Estado. O PIB per capita era de R\$ 18.581,00, abaixo da média do Estado (R\$ 25.779,00), o que o colocava na décima nona posição entre os 28 COREDEs. O município de Eugênio de Castro, da região, detinha o maior PIB per capita, com R\$ 33.469,00, seguido por Garruchos, com R\$ 32.266,00. Os menores valores eram de Dezesseis de Novembro, com R\$ 11.717,00, e Sete de Setembro, com R\$ 12.722,00. Santo Ângelo detinha o maior PIB da região, com R\$ 1,3 bilhão, seguido por São Luiz Gonzaga, com R\$ 586 milhões (FEE, 2015). A Tabela 1 demonstra essa afirmativa:

Tabela 1 - PIB e PIB per capita dos municípios do COREDE Missões / 2012

| Município/COREDE/Estado | PIB R\$ mil | % do | % do | PIB per capita <sup>1</sup> |
|-------------------------|-------------|------|------|-----------------------------|
|-------------------------|-------------|------|------|-----------------------------|

<sup>1</sup> Continua

|                                  |                       | COREDE        | Estado        | RS               | Posição          |
|----------------------------------|-----------------------|---------------|---------------|------------------|------------------|
|                                  |                       |               |               |                  | Estado           |
| <b>Bossoroca</b>                 | 130.765,45            | 2,86          | 0,05          | 19.364,05        | 257 <sup>2</sup> |
| <b>Caibaté</b>                   | 88.459,41             | 1,94          | 0,03          | 18.001,51        | 284              |
| <b>Cerro Largo</b>               | 377.824,14            | 8,27          | 0,14          | 28.229,54        | 97               |
| <b>Dezesseis de Novembro</b>     | 32.562,86             | 0,71          | 0,01          | 11.717,48        | 472              |
| <b>Entre-Ijuís</b>               | 148.137,51            | 3,24          | 0,05          | 16.789,93        | 322              |
| <b>Eugênio de Castro</b>         | 91.071,66             | 1,99          | 0,03          | 33.469,92        | 58               |
| <b>Garruchos</b>                 | 102.219,04            | 2,24          | 0,04          | 32.266,11        | 62               |
| <b>Giruí</b>                     | 396.169,65            | 8,67          | 0,14          | 23.549,29        | 159              |
| <b>Guarani das Missões</b>       | 194.906,63            | 4,27          | 0,07          | 24.415,21        | 141              |
| <b>Mato Queimado</b>             | 31.332,39             | 0,69          | 0,01          | 17.742,01        | 295              |
| <b>Pirapó</b>                    | 40.070,96             | 0,88          | 0,01          | 15,019,10        | 377              |
| <b>Porto Xavier</b>              | 141.092,24            | 3,09          | 0,05          | 13.484,87        | 433              |
| <b>Rolador</b>                   | 41.566,52             | 0,91          | 0,01          | 16.639,92        | 324              |
| <b>Roque Gonzales</b>            | 101.078,65            | 2,21          | 0,04          | 14.208,41        | 407              |
| <b>Salvador das Missões</b>      | 71.381,66             | 1,56          | 0,03          | 26.734,70        | 116              |
| <b>Santo Ângelo</b>              | 1.323.232,02          | 28,96         | 0,48          | 17.364,11        | 302              |
| <b>Santo Antônio das Missões</b> | 172.977,93            | 3,79          | 0,06          | 15.743,87        | 355              |
| <b>São Luiz Gonzaga</b>          | 585.532,91            | 12,82         | 0,21          | 17.103,34        | 311              |
| <b>São Miguel das Missões</b>    | 155.671,74            | 3,41          | 0,06          | 20.934,88        | 219              |
| <b>São Nicolau</b>               | 76.267,70             | 1,67          | 0,03          | 13.558,70        | 431              |
| <b>São Paulo das Missões</b>     | 92.191,03             | 2,02          | 0,03          | 14.774,20        | 385              |
| <b>São Pedro do Butiá</b>        | 62.761,96             | 1,37          | 0,02          | 21.830,25        | 200              |
| <b>Sete de Setembro</b>          | 26.577,16             | 0,58          | 0,01          | 12.722,43        | 451              |
| <b>Ubiretama</b>                 | 38.796,36             | 0,85          | 0,01          | 17.327,54        | 304              |
| <b>Vitória das Missões</b>       | 46.006,69             | 1,01          | 0,02          | 13.487,74        | 432              |
| <b>COREDE</b>                    | <b>4.568.654,30</b>   | <b>100,00</b> | <b>1,65</b>   | <b>18.581,66</b> | <b>19</b>        |
| <b>Estado</b>                    | <b>277.657.665,66</b> | <b>-</b>      | <b>100,00</b> | <b>25.779,21</b> | <b>-</b>         |

Fonte: FEE, 2015.

Dados do perfil socioeconômico do município de Dezesseis de Novembro, segundo a Secretaria de Planejamento do Rio Grande do Sul, denotam um índice de Desenvolvimento Sócioeconômico de 0,611, o segundo mais baixo do COREDE Missões (COREDE, 2015). O IDESE do município é resultado dos índices alcançado em três segmentos: educação, saúde e renda, como mostra a Tabela 2, a seguir.

Tabela 2 - IDESE- Municípios do COREDE Missões

| Municípios | IDESE  |         | Bloco Educação |         | Bloco Renda |         | Bloco Saúde |         |
|------------|--------|---------|----------------|---------|-------------|---------|-------------|---------|
|            | Índice | Posição | Índice         | Posição | Índice      | Posição | Índice      | Posição |

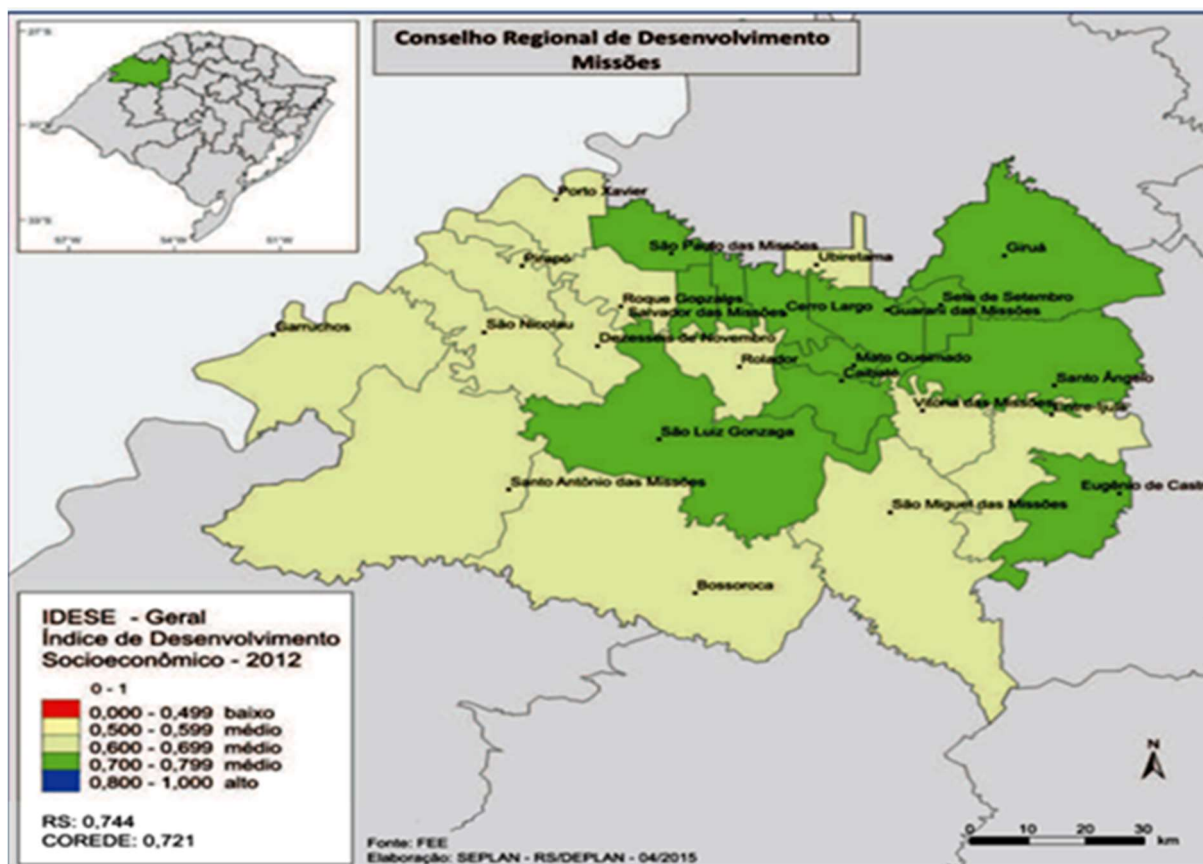
<sup>2</sup> Continua

|                                  |              |           |              |          |              |           |              |           |
|----------------------------------|--------------|-----------|--------------|----------|--------------|-----------|--------------|-----------|
| <b>Bossoroca</b>                 | 0,680        | 349       | 0,732        | 150      | 0,538        | 414       | 0,770        | 454       |
| <b>Caibaté</b>                   | 0,716        | 259       | 0,736        | 143      | 0,601        | 318       | 0,812        | 321       |
| <b>Cerro Largo</b>               | 0,781        | 88        | 0,779        | 35       | 0,718        | 119       | 0,844        | 186       |
| <b>Dezesseis de Novembro</b>     | 0,611        | 467       | 0,608        | 392      | 0,427        | 483       | 0,799        | 369       |
| <b>Entre-Ijuís</b>               | 0,690        | 327       | 0,674        | 292      | 0,600        | 320       | 0,797        | 377       |
| <b>Eugênio de Castro</b>         | 0,704        | 294       | 0,653        | 322      | 0,661        | 214       | 0,798        | 376       |
| <b>Garruchos</b>                 | 0,668        | 369       | 0,613        | 386      | 0,610        | 296       | 0,780        | 434       |
| <b>Giruá</b>                     | 0,711        | 275       | 0,696        | 249      | 0,647        | 238       | 0,790        | 405       |
| <b>Guarani das Missões</b>       | 0,742        | 190       | 0,749        | 102      | 0,650        | 231       | 0,828        | 259       |
| <b>Mato Queimado</b>             | 0,703        | 302       | 0,728        | 164      | 0,593        | 333       | 0,787        | 414       |
| <b>Pirapó</b>                    | 0,657        | 400       | 0,697        | 241      | 0,507        | 449       | 0,765        | 463       |
| <b>Porto Xavier</b>              | 0,698        | 308       | 0,759        | 74       | 0,524        | 435       | 0,811        | 331       |
| <b>Rolador</b>                   | 0,674        | 361       | 0,644        | 338      | 0,553        | 393       | 0,825        | 273       |
| <b>Roque Gonzales</b>            | 0,693        | 319       | 0,713        | 201      | 0,560        | 386       | 0,806        | 354       |
| <b>Salvador das Missões</b>      | 0,777        | 99        | 0,777        | 39       | 0,675        | 193       | 0,880        | 64        |
| <b>Santo Ângelo</b>              | 0,745        | 181       | 0,763        | 62       | 0,688        | 170       | 0,785        | 422       |
| <b>Santo Antônio das Missões</b> | 0,664        | 377       | 0,691        | 263      | 0,539        | 413       | 0,763        | 466       |
| <b>São Luiz Gonzaga</b>          | 0,717        | 257       | 0,740        | 127      | 0,623        | 276       | 0,787        | 412       |
| <b>São Miguel das Missões</b>    | 0,642        | 435       | 0,600        | 405      | 0,526        | 432       | 0,800        | 367       |
| <b>São Nicolau</b>               | 0,607        | 474       | 0,544        | 470      | 0,492        | 458       | 0,784        | 425       |
| <b>São Paulo das Missões</b>     | 0,739        | 197       | 0,792        | 19       | 0,585        | 346       | 0,841        | 204       |
| <b>São Pedro do Butiá</b>        | 0,786        | 78        | 0,763        | 59       | 0,706        | 141       | 0,889        | 40        |
| <b>Sete de Setembro</b>          | 0,709        | 280       | 0,762        | 67       | 0,529        | 426       | 0,837        | 222       |
| <b>Ubiretama</b>                 | 0,661        | 390       | 0,616        | 382      | 0,610        | 298       | 0,757        | 475       |
| <b>Vitória das Missões</b>       | 0,647        | 422       | 0,705        | 223      | 0,455        | 480       | 0,781        | 432       |
| <b>COREDE</b>                    | <b>0,721</b> | <b>16</b> | <b>0,729</b> | <b>7</b> | <b>0,637</b> | <b>19</b> | <b>0,796</b> | <b>21</b> |
| Estado                           | <b>0,744</b> | -         | <b>0,685</b> | -        | <b>0,745</b> | -         | <b>0,804</b> | -         |

Fonte: FEE, 2015.

Dezesseis de Novembro tem um IDESE considerado em nível médio (Mapa 2). O que torna a situação preocupante é o fato de que, além de pensar alternativas para a melhora desse índice se comparado com municípios da região, urge a necessidade de alternativas para que não haja mais queda, o representaria um baixo IDESE (FEE, 2015) de acordo com o Mapa 2:

Mapa 2- Níveis do IDESE, municípios do COREDE Missões



Fonte: FEE, 2015.

Sobre o contexto histórico do município de Dezesseis de Novembro, é oportuno para o momento esclarecer a escassez de fontes para a pesquisa (KIPPER, 2007). O que se sabe é que o município apresenta um cenário de colonização italiana e alemã e, em número menor, de poloneses. No entanto, seus primeiros povoadores foram os indígenas e isso é evidenciado pelos vestígios de artefatos de cerâmica encontrados no seu território e pela posição geográfica que ocupa em relação a Redução de São Nicolau e a de São Lourenço. Os primeiros colonizadores, vindos das mais diversas regiões, viviam de acordo com suas tradições e levavam um modo de vida singular, sobrevivendo da lavoura de subsistência e da criação de animais (KIPPER, 2007).

De acordo com a história oficial do município, o primeiro núcleo populacional de pessoas não indígenas ocorreu em 1942, quando veio para a região a família do João Paulo Ricacheski e Severiano Monge, ambas vindas de Guarani das Missões. João Ricacheski fixou moradia na esquina acima de onde hoje é a praça central do município, enquanto Severiano Monge foi morar a oeste desta. Os alemães que se instalaram no território foram Hugo Hoff, (nome dado a Praça Municipal atualmente) e Daniel Schneider, que passaram a colonizar a



área segundo os preceitos da religião evangélica luterana. Logo depois, os colonizadores italianos também fixaram moradia em Dezesseis de Novembro, seguindo princípios católicos (KIPPER, 2007). A presença das duas religiões no município persiste muito forte ainda hoje.

Quanto à origem do nome do município “Dezesseis de Novembro”, há algumas contradições, prevalecendo a versão proposta pelos estudos de Kipper (2007), o qual defende enfatiza que no dia 16 de novembro de 1941, o senhor João Paulo Ricacheski derrubou a primeira árvore na quadra ao sul de onde hoje é a sede do município para dar lugar a uma residência. Com o passar dos anos, outras famílias vieram e fixaram residência no território, então, a pedido dos moradores, em 1945, Hugo Hoff e Daniel Schneider organizaram uma festa com o objetivo de estabelecer um nome a localidade-sede, e o nome Dezesseis de Novembro foi unanimidade, pois esse já era o apelido do local em função de Ricacheski ter derrubado a primeira árvore no local, mencionando sempre a expressão “foi no dia 16 de novembro”. Conforme Kipper (2007), o nome fora oficializado na data de criação do Distrito de Dezesseis de Novembro.

A emancipação político-administrativa de Dezesseis de Novembro foi instituída no ano de 1988 pela Lei Estadual Nº 8.555, de 11/04/1988, desmembrando-o do município vizinho, São Luiz Gonzaga. Primeiramente, a área onde hoje compreende Dezesseis de Novembro pertenceu à grande região do município de Rio Pardo que, na época, possuía uma área equivalente a quase metade do território riograndense, depois passando a pertencer sucessivamente a Cruz Alta, Santo Ângelo e, por fim, a São Luiz Gonzaga. O processo emancipacionista aconteceu através de empenho de uma comissão de líderes partidários e comunitários da época e de um plebiscito favorável para a criação do novo município, sendo possível afirmar que houve a participação popular neste acontecimento.

Logo em 1989 foi votada e sancionada a Lei Nº 10/89, que criava os símbolos municipais, e que instituía ao jovem município o título de “Capital Brasileira da Alfafa”. Isto porque a produção dessa forrageira era a principal fonte econômica e de geração de renda para pequenos produtores rurais do município.

### **2.3.2 A produção de Alfafa em Dezesseis de Novembro/RS**

A alfafa, de nome científico *Medicago sativa l*, é uma leguminosa forrageira perene, considerada a "rainha das forrageiras" por produzir uma forragem tenra, succulenta e muito palatável aos animais. É uma planta da família Leguminosa e subfamília Papilionoideae, com origem na Ásia menor e sul do Cáucaso (RASSINI, 1998).

Segundo Rossini (1998), a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-Pecuária Sudeste), a partir de 1991, iniciou trabalhos de pesquisa com esta forrageira, visando solucionar ou minimizar alguns problemas básicos limitantes ao seu cultivo, uma vez que uma das principais características desta planta, além de seu alto valor nutritivo (teores acima de 20% de proteína bruta), é a sua fácil adaptação. Embora considerada típica de regiões de clima temperado, a alfafa apresenta alta capacidade de adaptação a climas e altitudes variados, tanto ao nível de mar quanto nos altos vales, podendo, desta forma, ser cultivada em quase todo o mundo.

No Brasil, a variedade mais utilizada é a denominada “crioula”, com origens no Rio Grande do Sul, onde teve início também o plantio e, no decorrer dos anos originou, através de seleções naturais, uma variedade amplamente adaptada às condições do clima do território. Uma das principais características favoráveis à variedade crioula é que não apresenta queda das folhas desde a sua formação até o ponto de corte (ANTONOV, 2007).

A alfafa, rica em proteína bruta, tem sido uma das forrageiras mais procuradas pelo seu alto incremento como alimento para a pastagem de rebanhos destinados à produção leiteira, em virtude de sua qualidade, produtividade e resposta econômica em relação a outros tipos de alimentos já utilizados (FERREIRA *et al*, 1999). Conforme Ferreira *et al* (1999), a utilização da alfafa como alimento tem sido feita na forma de feno, de silagem e o pastejo direto.

A forrageira alfafa é um dos principais produtos plantados no município de Dezesseis de Novembro. Há outros produtos cultivados no município como a soja, milho, trigo, produtos para o autoconsumo. A grande maioria das famílias produtoras de alfafa também plantam alimentos para o próprio consumo, além de exercerem atividade pecuária (ANTONOV, 2007) A alfafa se destaca por ser um produto com rápido retorno financeiro, gerando renda em um espaço mais curto de tempo, e o ano todo, levando, por isso, pequenos produtores a investirem em sua produção.

No município de Dezesseis de Novembro, a principal característica dessa produção é de ser feita em pequenas áreas, consideradas propriedades rurais familiares. Outras características da produção são a quantidade plantada em número de hectares, variando entre 0,5 hectare e vinte hectares, e a utilização de mão de obra familiar, configurando a garantia na geração de renda para essas famílias. A família também possui autonomia na comercialização do produto, fazendo do agricultor ator de todo o processo, desde o plantio até a troca monetária (BARROS, 2007).

O município se auto intitulou em 1989 como “Terra da Alfafa”, fazendo logo uso do slogan “Capital Brasileira da Alfafa”. A denominação “Capital Brasileira da Alfafa” deu-se pela razão da população acreditar ser pioneira na produção de alfafa no país. Contudo, o título deve-se muito mais a questão de identidade com a produção da forrageira do que com a hipótese do pioneirismo, e mais ainda pela necessidade de autoafirmação identitária do então emancipado município (BARROS, 2007).

### 3 METODOLOGIA

A metodologia é uma etapa fundamental, pois norteia o pesquisador no processo investigativo da pesquisa (VIANNA, 2001). De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 83), apesar de o método não ser de uso exclusivo das ciências, “não há ciência sem o emprego de métodos científicos”. Nesta perspectiva, o método consiste em um “conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros”, possibilitando traçar o caminho a ser percorrido e, desta forma, orientando o pesquisador (LAKATOS; MARCONI, 2003). No decorrer deste capítulo apresentar-se-á um detalhamento metodológico para esta pesquisa.

#### 3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A abordagem epistemológica usada para o recorte teórico-metodológico nesta pesquisa foi a fenomenológica, uma vez que levou em consideração a intersubjetividade e as manifestações dos sujeitos que fizeram parte da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987). Para Triviños (1987), na formulação de natureza fenomenológica estudada por Husserl, em contraponto à noção moderna positivista, a relevância deve estar na percepção dos sujeitos e, sobretudo, no significado que os fenômenos têm para as pessoas. Na interpretação de Triviños (1987), a fenomenologia proposta por Husserl tem como ideia fundamental a noção de intencionalidade já proposta por Husserl, afirmando que só se reconhece um objeto a partir de uma intenção, ou seja, não há objeto sem sujeito.

Compreende-se a pesquisa como de abordagem fenomenológica, visto que o objetivo geral consistiu em compreender o processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa em Dezesseis de Novembro/ RS, a partir de uma investigação direta das atribuições e significados que este fenômeno assume para os sujeitos envolvidos. No entanto, tal fenômeno não foi abordado como um fato meramente observável e mensurável do método clássico positivista (GARNICA, 1997). O pesquisador, na perspectiva fenomenológica, assume uma postura inseparável do fenômeno enquanto realidade a ser estudada e compreendida, estando presente a busca do rigor científico para a interpretação daquilo que se mostra para o sujeito (BICUDO, 1990).

A pesquisa fenomenológica estreita-se com a pesquisa qualitativa pela razão de que o pesquisador é entendido como aquele que percebe a si mesmo e a realidade que o rodeia em termos de possibilidades de como o fenômeno se apresenta, não reduzindo a pesquisa ao

objeto meramente como fato (GARNICA, 1997). Garnica (1997, p. 114) dispõe de uma boa compreensão acerca da relação entre pesquisa qualitativa e fenomenologia, quando diz que “fenômenos nunca são compreendidos sem que sejam inicialmente interrogados: disponíveis na percepção são questionados e, na perspectiva fenomenológica, qualquer forma de manifestação ou objetividade implica um relacionamento intersubjetivo”.

Levando em consideração a problemática de como o processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa do município de Dezesseis de Novembro/RS é influenciado pelas racionalidades, reitera-se que esta apresenta natureza qualitativa, a qual tem como principal foco “compreender e aprofundar os fenômenos, que são explorados a partir da perspectiva dos participantes em um ambiente natural em relação ao contexto” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 376). Assim sendo, considera-se esta pesquisa como um estudo de natureza qualitativa, uma vez que idealizou-se estudar com profundidade o processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa no município de Dezesseis de Novembro/ RS, a partir da perspectiva e da subjetividade destes produtores, visando compreender quais e como as racionalidades se manifestam neste processo.

Com base nos objetivos propostos, classificou-se esta pesquisa como um estudo explicativo. Gil (2002, p. 42) diz que o estudo explicativo “tem como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas”. Especificamente sobre este estudo, compreende-se ser uma pesquisa de caráter explicativo porque se trabalhou com a subjetividade dos sujeitos envolvidos, os produtores de alfafa do município de Dezesseis de Novembro/ RS, explicando suas características enquanto população de estudo, compreendendo com profundidade as orientações que envolvem o processo de tomada de decisão para que então, através dessas orientações, fosse possível identificar as racionalidades envolvidas nesse processo.

### 3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO, DA POPULAÇÃO DO ESTUDO E DA AMOSTRA

A pesquisa foi realizada no município de Dezesseis de Novembro, localizado geograficamente na região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, na Fronteira Sul do Brasil. Dezesseis de Novembro faz parte do Conselho Regional de Desenvolvimento-COREDE Missões, um dos 4 (quatro) COREDEs que formam a Região Funcional 7 do Estado. Distante cerca de 550 km da capital do Estado, está situada na microrregião de São

Luiz Gonzaga. O acesso ao município é facilitado pela RS 168, que liga o município à BR 285 e também pela RS 550 e RS 561, ligando o município à Pirapó e São Nicolau, respectivamente.

O município, com características já mencionadas no referencial teórico ( item 2.3.1), tem como uma das principais atividades econômicas a produção de alfafa em unidades de produção familiar, conforme um levantamento cadastral do ano de 2018, realizado pela EMATER e Secretaria Municipal de Agricultura. A mesma fonte revela que as áreas plantadas, em hectares, variam entre 0,5 a 20 hectares, distribuídas nas localidades do Bacião, Bom Retiro, Esquina Biotônico, João de Castilho, Laranjal, Nova Florida, Ouro Verde, Palma, Rincão dos Araújo, Rincão dos Hoffmann, Rincão dos Ledur, Rincão São João, Saltinho, Sede, Serra São Jerônimo e Tabuleiro (ANEXO A). Há outras localidades no município, porém pela Relação dos Produtores de Alfafa de Dezesesseis de Novembro e Área Plantada, fornecida pela Secretaria Municipal de Agricultura, somente nessas 16 (dezesesseis) localidades informadas é que há produção da forrageira.

Para o levantamento e a coleta de dados, o público alvo foram os produtores de alfafa do município de Dezesesseis de Novembro/RS, que somam um total de 79 produtores (ANEXO A). Entende-se, segundo GIL (2002), que o público da pesquisa envolve um universo amplo da população a ser pesquisada e isso pode representar dificuldades de traçar uma análise da totalidade. Sendo assim, o autor menciona que o mais frequente é fazer uso de uma amostra, de modo a trabalhar com uma parte dos elementos que o constituem.

A amostra de pesquisa qualitativa é não probabilística e proposicional, pois não houve a intenção de fazer generalizações, e o número da amostra é previsto conforme a capacidade de coleta de dados (SAMPIERI *et al*, 2013). Foram coletados dados com 15 produtores de alfafa em Dezesesseis de Novembro, seguindo tais especificações: Grupo A: 5 unidades familiares que produzem entre 0,5 a 5 hectares de plantação de alfafa; Grupo B: 6 unidades que produzem entre 6 e 14 hectares; Grupo C: 4 unidades nas quais a área plantada de alfafa varie entre 15 e 20 hectares (conforme Anexo A). A amostra foi selecionada de acordo com a saturação de categorias (SAMPIERI; COLLADO; LÚCIO, 2013).

O número da amostra proposto pela técnica de saturação de categorias consiste numa investigação por esgotamento do assunto, que ocorre quando as respostas acabam não apresentando dados novos durante a coleta, evidenciando que já há dados suficientes para a análise, ou então percebe-se que é necessário ampliar o tamanho da amostra, pois não há dados suficientes e de qualidade para serem analisados (SAMPIERI, 2013). A amostra selecionada para esta pesquisa foi baseada no Anexo A, disponibilizado pela EMATER e

Secretaria de Agricultura. A seleção dos produtores de alfafa que fizeram parte da amostra levou em conta, além da quantidade de área em hectares, a localidade. A tabela 3 demonstra a quantidade de produtores no município de Dezesseis de Novembro/RS e a quantidade de hectares de alfafa plantados, os quais serviram de base para a obtenção da amostra deste estudo, conforme o Anexo A:

Tabela 3 - Lista de Produtores de Alfafa conforme Localidade e quantidade em hectares produzidos

| <b>LOCALIDADE</b>          | <b>Grupo A<br/>0,5 a 5 ha</b> | <b>Grupo B<br/>6 a 14 ha</b> | <b>Grupo C<br/>15 a 20 ha</b> |
|----------------------------|-------------------------------|------------------------------|-------------------------------|
| <b>Bacião</b>              | 1                             | 1                            |                               |
| <b>Bom Retiro</b>          | 4                             | 1                            | 1                             |
| <b>Esquina Biotônico</b>   | 11                            | 8                            | 1                             |
| <b>João de Castilhos</b>   | 7                             | 1                            | 1                             |
| <b>Laranjal</b>            | 2                             |                              |                               |
| <b>Nova Florida</b>        | 8                             | 4                            | 1                             |
| <b>Ouro Verde</b>          | 1                             |                              |                               |
| <b>Palma</b>               | 1                             |                              |                               |
| <b>Rincão dos Araújo</b>   | 2                             | 1                            |                               |
| <b>Rincão dos Hoffmann</b> | 1                             |                              |                               |
| <b>Rincão dos Ledur</b>    | 1                             |                              |                               |
| <b>Saltinho</b>            | 1                             |                              |                               |
| <b>Rincão São João</b>     | 4                             |                              | 1                             |
| <b>Sede</b>                | 3                             |                              |                               |
| <b>Serra São Jerônimo</b>  | 2                             | 1                            |                               |
| <b>Tabuleiro</b>           | 8                             |                              |                               |

Fonte: Elaborado pela autora conforme ANEXO A, 2019.

A abordagem epistemológica deste estudo é a fenomenologia. A classificação de quanto à natureza do problema é o enfoque qualitativo, e em relação aos objetivos propostos, fez-se um estudo explicativo. O universo de pesquisa foi o município de Dezesseis de Novembro/ RS, enquanto a população pesquisada foram os produtores de alfafa deste município. A amostra foi prevista baseando-se na técnica de saturação de categorias. Considerando estes aspectos, apresenta-se a seguir o plano de coleta de dados.

### 3.3 A COLETA DE DADOS

De acordo com Triviños (1987), a pesquisa qualitativa considera a participação do sujeito como um dos elementos de seu fazer científico, apoiando-se em técnicas e métodos que têm como características evidenciar a perspectiva daquele que fornece a informação.

Assim, Triviños (1987) sugere como métodos: entrevista semiestruturada, aberta ou livre, questionário aberto, observação livre ou participante, método clínico de análise de conteúdo.

O instrumento de coleta de dados foi aplicado aos produtores de alfafa de Dezesseis de Novembro *in loco*, pela própria pesquisadora, no período entre 1º (primeiro) de setembro a 20 (vinte) de outubro de 2019, e foi solicitado que o responsável pela unidade familiar respondesse um roteiro de entrevista semiestruturado. O instrumento de coleta de dados foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE 17392619.8.0000.5564) da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Como instrumentos utilizados para a coleta de dados, Gil (2002) compreende que possuem três técnicas de interrogação: questionário, entrevista e formulário, técnicas que permitem a coleta a partir do ponto de vista dos pesquisados. Para a coleta de dados, visando atingir o primeiro objetivo específico deste projeto de pesquisa, o qual buscou caracterizar as famílias produtoras de alfafa no município de Dezesseis de Novembro/ RS, foram utilizadas as primeiras 15 questões do um roteiro de entrevista semiestruturado (Apêndice A), no qual a pesquisadora foi a entrevistadora. “As entrevistas semiestruturadas baseiam-se em um roteiro de assuntos e perguntas e o entrevistador tem a liberdade de fazer outras perguntas para precisar conceitos ou obter mais informação sobre os temas desejados” (Sampieri; Collado; Lúcio, 2013, p. 426).

O roteiro de entrevista utilizado foi dividido em duas partes, a primeira parte visando contemplar o primeiro objetivo, com quinze (15) questões (Apêndice A) abertas e fechadas, que foram respondidas após os entrevistados terem efetuado a leitura e a assinatura o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice B). Das quinze questões, as de número 1, 2, 3, 4, 6,7, 10, 11 e 12 já estavam validadas por Kasper (2017), enquanto as questões de números 5, 8, e 9 foram adaptadas de Kasper (2017). A questão de número 13 é validada de Dalcin (2010), já as questões 14 e 15 foram elaboradas pela pesquisadora.

Para identificar as orientações que influenciam o processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa de Dezesseis de Novembro/ RS, o segundo objetivo específico desta pesquisa, fez-se o uso da segunda parte do roteiro de entrevista, conforme o roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice A). A segunda parte do roteiro contou *a priori* com 20 questões, as quais também foram realizadas pela pesquisadora com os mesmos respondentes da primeira parte do roteiro. Como validação deste roteiro de entrevista foram realizadas duas entrevistas “piloto”, conforme sugere Sampieri; Collado; Lúcio (2013), com dois produtores de alfafa que não fizeram parte da amostra. O objetivo da entrevista piloto consiste em, além



de validar o instrumento, identificar se havia necessidade de aprimoramento deste. Não houve necessidade de alterações na segunda parte do instrumento de coleta de dados.

Para facilitar a transcrição das respostas do roteiro de entrevista teve-se como proposta que elas fossem gravadas pela pesquisadora, porém somente mediante a permissão do respondente. Nos casos de não autorização da gravação pelo entrevistado, a pesquisadora escreveria as respostas no momento da entrevista. O (a) entrevistado (a) foi informado deste procedimento através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Apêndice B), sendo disponibilizado um campo em que ele deveria assinalar permitindo ou não a gravação da entrevista.

### 3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Realizada a coleta dos dados, a análise destes aconteceu pela técnica de análise de conteúdo, sendo definidas categorias de análise conforme as respostas dos participantes da pesquisa. Conforme Bardin (1977, p.31), a análise de conteúdo “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações”, que tem como principal atributo o rigor do método “como forma de não se perder na heterogeneidade de seu objeto” (DEUSDARÁ; ROCHA, 2005, p. 308). O rigor metodológico da Análise de Conteúdo contribui de modo a ultrapassar as “aparências”, os níveis mais superficiais do texto buscando uma “significação profunda” (DEUSDARÁ; ROCHA, 2005).

Para Bardin (1977, p. 29), “metodologicamente, confrontam-se ou completam-se duas orientações: a verificação prudente ou a interpretação brilhante”. Definindo que os dois principais objetivos da construção do método de análise são a ultrapassagem da incerteza e o enriquecimento da leitura, Bardin (1977) compreende que um olhar imediato ao fenômeno/objeto de estudo já é revelador, e que a leitura tende a aumentar sua pertinência, produtividade, significado e clareza.

O processo de análise de dados sustenta Bardin (1977), divide-se em três principais fases: a primeira é a pré-análise que consiste em organizar e sistematizar as ideias iniciais; a segunda fase é a exploração do material organizado na pré-análise, na qual se define as categorias, codificação e identificação dos significados; e a terceira fase é na qual se dá o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, sendo a fase mais subjetiva do processo. O terceiro objetivo específico definido para esta pesquisa, que busca compreender as racionalidades em relação aos fatores de tomada de decisão dos produtores de alfafa, será

alcançado durante e pela análise de dados, a partir das categorias pré-estabelecidas e interpretação das respostas obtidas nas entrevistas.

As categorias utilizadas para a análise dos dados foram a tomada de decisão e as racionalidades, e subcategorias que estão sustentadas pelo estudo de Gasson (1973), as quais definem as orientações dos agricultores no processo de tomada de decisão conforme o Quadro 1. Tais orientações são compreendidas como fatores que influenciam no processo de decisão e estão divididas em Instrumental, Social, Expressiva e Intrínseca (Gasson, 1973), como demonstra o Quadro 3:

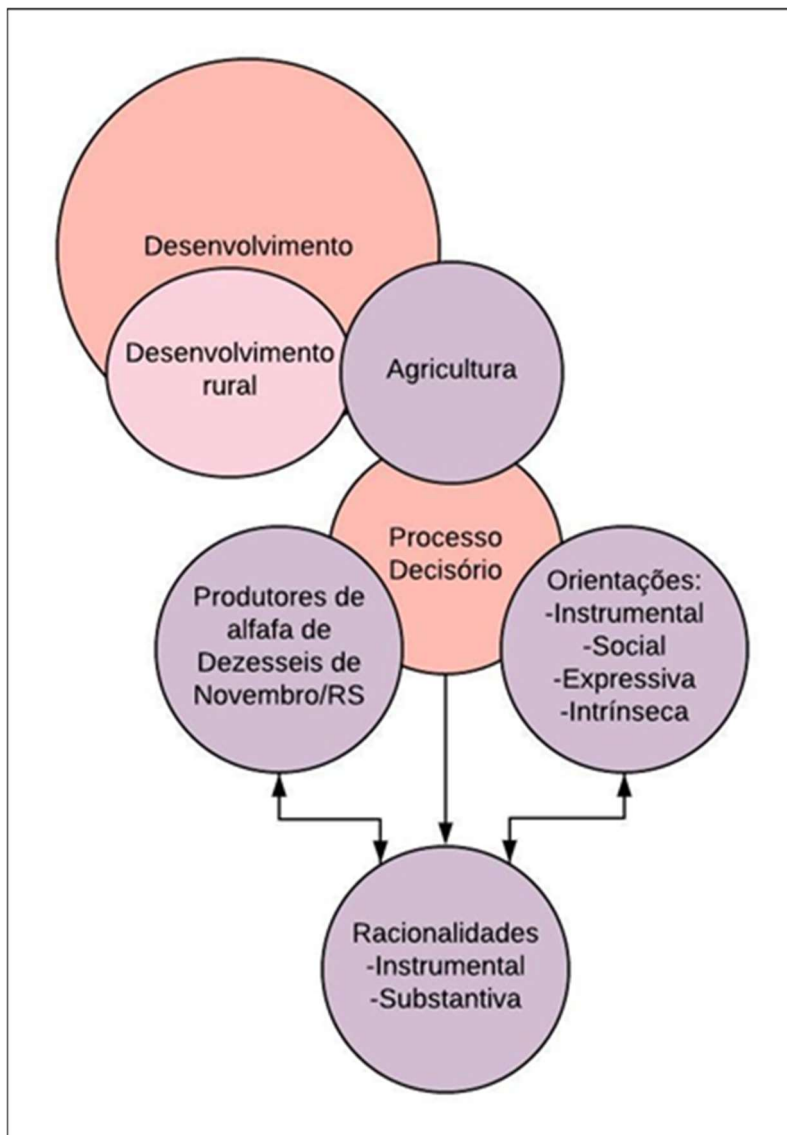
Quadro 2- Objetivos, Categorias e Subcategorias

|   |   |                       |
|---|---|-----------------------|
| <p style="text-align: center;"><b>OBJETIVO GERAL:</b></p> <p>Compreender o processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa, no município de Dezesseis de Novembro/RS.</p>  | <b>CATEGORIAS</b>   |                       |
|   | <b>TOMADA DE DECISÃO</b>  | <b>RACIONALIDADES</b> |
| <p style="text-align: center;"><b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b></p> <p>*Caracterizar as famílias produtoras de alfafa de Dezesseis de Novembro/ RS;</p> <p>*Identificar as orientações que influenciam a tomada de decisão dos produtores de alfafa;</p> <p>*Analisar como as racionalidades se manifestam em relação as orientações presentes no processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa;</p> <p>*Contribuir para o aprofundamento teórico das racionalidades no processo da tomada de decisão dos produtores de alfafa integrados ao desenvolvimento socioeconômico do município de Dezesseis de Novembro/RS.</p> | <b>SUBCATEGORIAS - Orientações (GASSON, 1973)</b>   |                       |
|   | <p style="text-align: center;"><b>INSTRUMENTAL</b></p> <p style="text-align: center;"><b>SOCIAL</b></p> <p style="text-align: center;"><b>EXPRESSIVA</b></p> <p style="text-align: center;"><b>INTRÍNSECA</b></p> |                       |

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A fim de demonstrar o aporte teórico e a dimensão empírica que abrange esta pesquisa elaborou-se a Figura 1:

Figura 1 – Desenho do aporte teórico e da dimensão empírica da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A Figura 1 faz uma interpretação do aporte teórico que embasou a pesquisa, entendendo o conceito de desenvolvimento como pano de fundo deste projeto de pesquisa, ao passo que o desenvolvimento rural é um conjunto de ações que estão voltadas para o meio rural, uma temática que surge a partir do conceito maior de desenvolvimento, na perspectiva de dirimir as desigualdades que atingem a população desse espaço (NAVARRO, 2001). A agricultura se apresenta como uma das atividades de relevância no meio rural

(LOURENZANI, 2006; MARQUES; FLEXOR, 2007) como um segmento de reprodução social e geração de renda, um dos elementos chave na promoção de políticas que visam o desenvolvimento rural (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Demonstrado através da Figura 1, a pesquisa teve como recorte o processo decisório dos produtores de alfafa de Dezesseis de Novembro/ RS, reconhecendo na tomada de decisão um elemento presente na agricultura, e que influencia no desempenho das propriedades rurais (DALCIN, 2010; GASSON, 1973). Os agricultores tomam as decisões baseados nas informações de que dispõem e no conhecimento que têm mediante suas experiências, mas também existem fatores/ orientações que influenciam o processo de tomada de decisão (DALCIN, 2010; GASSON, 1973).

As decisões são influenciadas por orientações, que são definidas por Gasson (1973) como instrumentais, sociais, expressivas e/ ou intrínsecas, podendo todas – ou algumas – influenciar o processo de tomada de decisão, bem como alternar entre uma ou outra, ou mesmo que todas venham a influenciar, talvez uma delas seja predominante dependendo da circunstância. Identificando a presença dessas orientações, a pesquisa busca evidenciar e compreender a manifestação das racionalidades, usando os conceitos de racionalidade substantiva e instrumental (ANES, 2017; RAMOS, 1989; SERVA, 1997).

Para que a pesquisa se efetivasse levando em consideração a Figura 1, além do aporte teórico, foi fundamental e indispensável fazer uso dos aspectos éticos da pesquisa, de modo que a integridade dos respondentes durante a coleta de dados fosse garantida.

### 3.5 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Tendo em vista o fato de a pesquisa ter envolvido seres humanos, foi necessário tomar cuidados específicos. Após a aprovação pela Banca Examinadora para a Qualificação da Pesquisa, o projeto de pesquisa foi submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade Federal da Fronteira Sul. Desta forma, em consonância com os preceitos éticos, o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Fronteira Sul, e registrado sob o número CAAE 17392619.8.0000.5564. A coleta de dados teve início somente após a aprovação do CEP.

Os produtores de alfafa participantes da pesquisa e enquadrados na amostra, foram devidamente esclarecidos acerca dos objetivos deste estudo para um maior entendimento sobre a relevância da pesquisa para si, para a Universidade e comunidade em geral, bem como para a própria pesquisadora. O agricultor foi informado acerca de sua livre participação

quanto a querer ou não participar da pesquisa e também referente a possibilidade de desistência no decorrer da pesquisa, se assim considerasse pertinente, podendo desistir de participar a qualquer momento do processo de coleta de dados, sendo resguardados sigilo e discrição diante das informações fornecidas. Depois de esclarecido ao produtor de alfafa que aceitou participar desse estudo, foi disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE (APÊNDICE B), e somente após a devida assinatura iniciou-se a etapa de coleta de dados de cada um deles.

As entrevistas ficarão arquivadas e armazenadas pela pesquisadora por um período de cinco (5) anos, a contar da data de entrega da Dissertação para o PPGDPP. O prazo é considerado caso seja necessário rever os instrumentos, seja para a pesquisa ou pelo motivo de, em qualquer momento, os respondentes julgarem necessário ter acesso ao material durante estes cinco (5) anos.

Os dados serão arquivados pela equipe de pesquisa durante estes 5 anos, através de arquivos digitais protegidos, e o material impresso será armazenado em local físico seguro e resguardado de possíveis danificações de qualquer natureza. Fica esclarecido que a esses locais – digital e físico –, somente a equipe de pesquisa terá acesso. Após esse período, os dados serão devidamente excluídos dos arquivos digitais e os físicos serão descartados, através de incineração, pela pesquisadora.

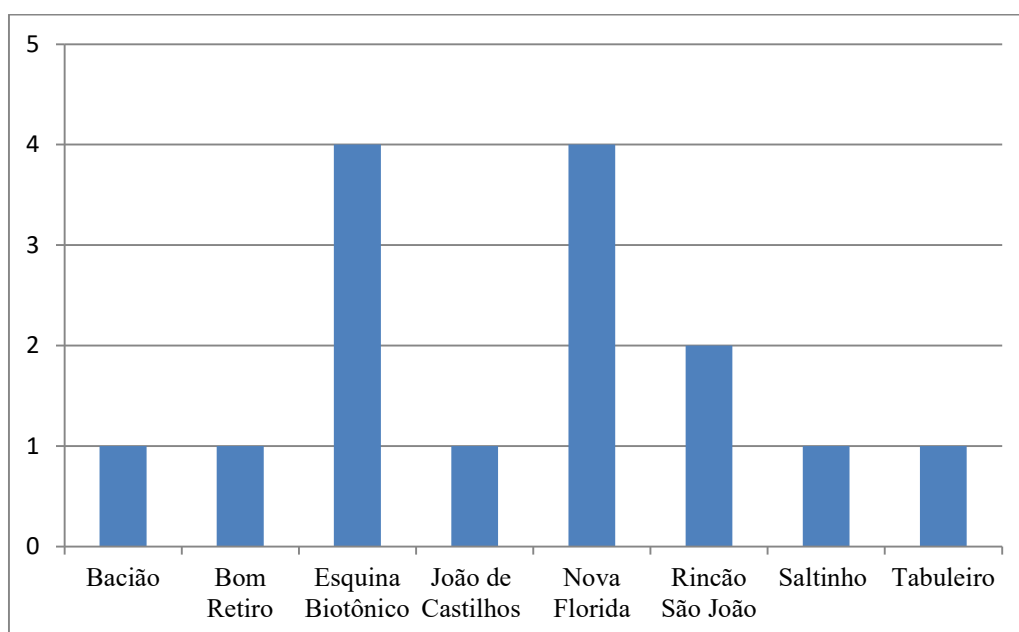
#### 4 A TOMADA DE DECISÃO DOS PRODUTORES DE ALFAFA

São apresentados, nesta seção, os principais resultados da pesquisa de acordo com cada objetivo proposto. Inicialmente é feita uma caracterização das famílias produtoras de alfafa, conforme os dados fornecidos pelos respondentes enquadrados na amostra, bem como da sua Unidade Familiar de Produção. Em um segundo momento, é apresentada uma explicação sobre as orientações que influenciam o processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa de Dezesseis de Novembro. Por conseguinte, busca-se traçar uma análise sobre quais racionalidades permeiam o processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa e como se manifestam nas orientações que influenciam seu processo de tomada de decisão, baseando-se nas respostas obtidas durante a coleta de dados.

##### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR

Foram visitadas, para a coleta de dados, quinze (15) Unidades de Produção Familiar de produtores de alfafa em Dezesseis de Novembro/RS, conforme cadastro fornecido pela Secretaria Municipal de Agricultura (Anexo A) em diferentes localidades. O Gráfico 1 mostra o nome das localidades das propriedades visitadas. As localidades de Esquina Biotônico e Nova Florida tiveram maior número de propriedades visitadas na coleta de dados, o que se justifica pelo fato de essas duas apresentarem maior número de UPFs com produção de alfafa no município (Quadro 2).

Gráfico 1- Localidades da Coleta de Dados



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

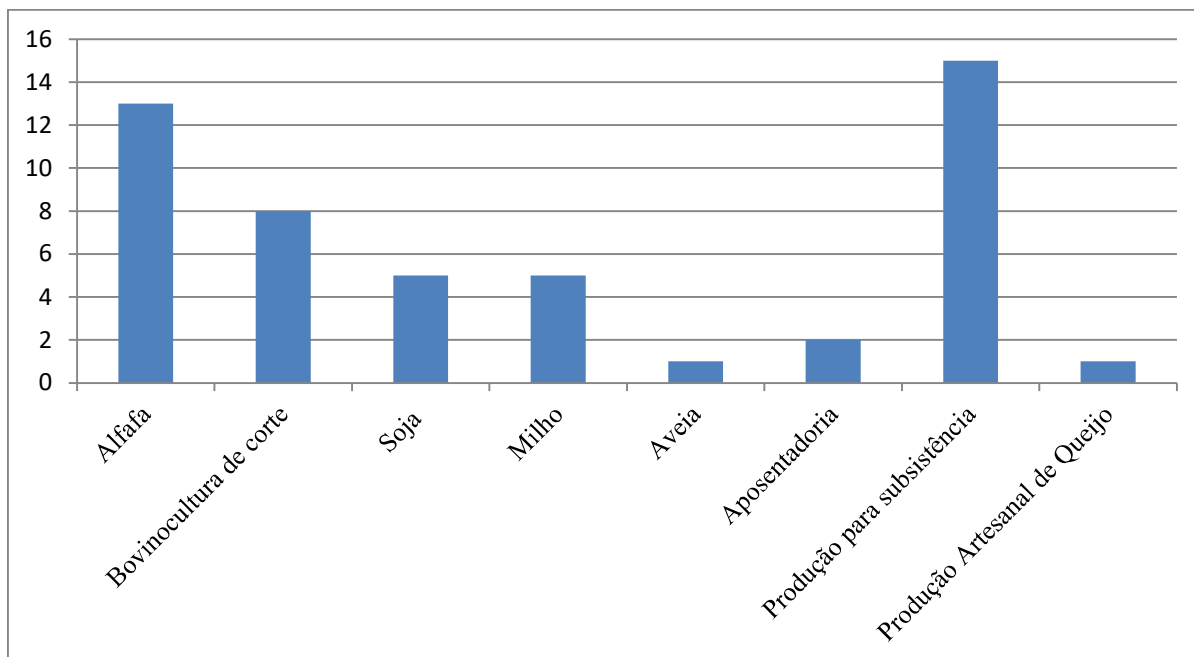
Das atividades desenvolvidas nas unidades de produção familiar, em nível de importância financeira, foram 13 (86,6%) as unidades que tem a alfafa como principal atividade na geração de fonte de renda para a sobrevivência do núcleo familiar. Em 2 unidades (13,3%), a cultura da soja é principal fonte de renda e, nesses casos, a alfafa foi citada como segunda atividade em nível de importância financeira da propriedade.

Nas UPFs que têm a alfafa como principal fonte de renda (86,6%), 2 (13,3%) têm como única atividade a produção a alfafa. Ademais, a coleta de dados nas UPFs visitadas demonstra que ainda há outras atividades em nível de importância financeira, dentre elas destacam-se a bovinocultura de corte, o milho, a soja, a produção artesanal de queijos e a aveia.

A aposentadoria, embora não seja uma atividade produtiva, foi mencionada em alguns casos como sendo uma renda importante para algumas famílias entrevistadas. Além disso, em todas as unidades visitadas na amostra, os entrevistados responderam que há a produção para o autoconsumo e subsistência do grupo familiar.

Neste sentido, é perceptível que, na maioria das propriedades, há diversificação das atividades, como sustenta Funk (2008), e os próprios entrevistados afirmam que assim não ficam dependentes apenas de uma única atividade, pois isso permite ter mais segurança em relação a renda para o sustento da família. Kasper (2017) também identifica em seu estudo com agricultores familiares de Campina das Missões/RS essa característica. O Gráfico 2 apresenta as atividades produtivas nas UPFs e a aposentadoria como uma renda significativa para a sobrevivência.

Gráfico 2 - Atividades produtivas desenvolvidas em cada UPF em nível de importância financeira.

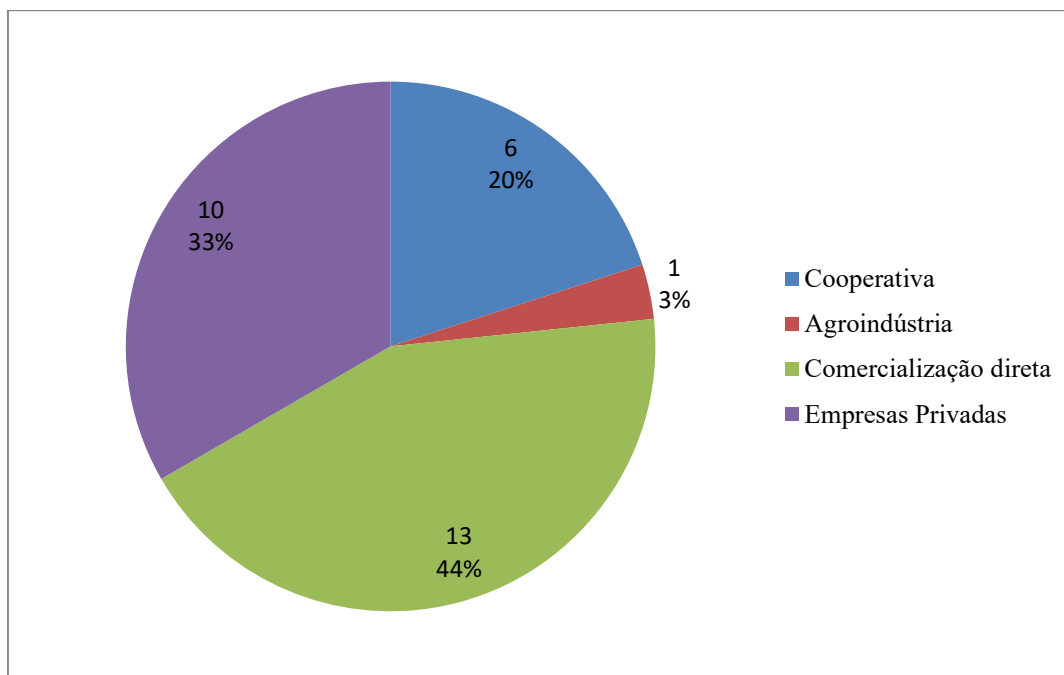


Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Sobre a comercialização dos produtos produzidos nas UPFs, das alternativas disponíveis (cooperativa, agroindústria, comercialização direta, empresas privadas, setor público, não vende e outros), os entrevistados tiveram a opção de responder mais de uma alternativa. Os produtores que vendem seus produtos através de comercialização direta totalizam 44%; com empresas privadas 33%; cooperativa 20%; e com agroindústria 3%, conforme o Gráfico 3.



Gráfico 3 - Comercialização dos produtos produzidos em cada UPF.



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A forma como os produtores de alfafa comercializam seus produtos e a decisão de como vão comercializar depende muitas vezes do preço ofertado e da necessidade de retorno dos investimentos realizados. Alguns produtores afirmam que, se a necessidade de retorno não é imediata, guardam o produto para vender em período de melhor preço. A segurança na comercialização também é levada em consideração, por isso é preciso cautela ao vender o produto com garantia do recebimento do valor monetário.

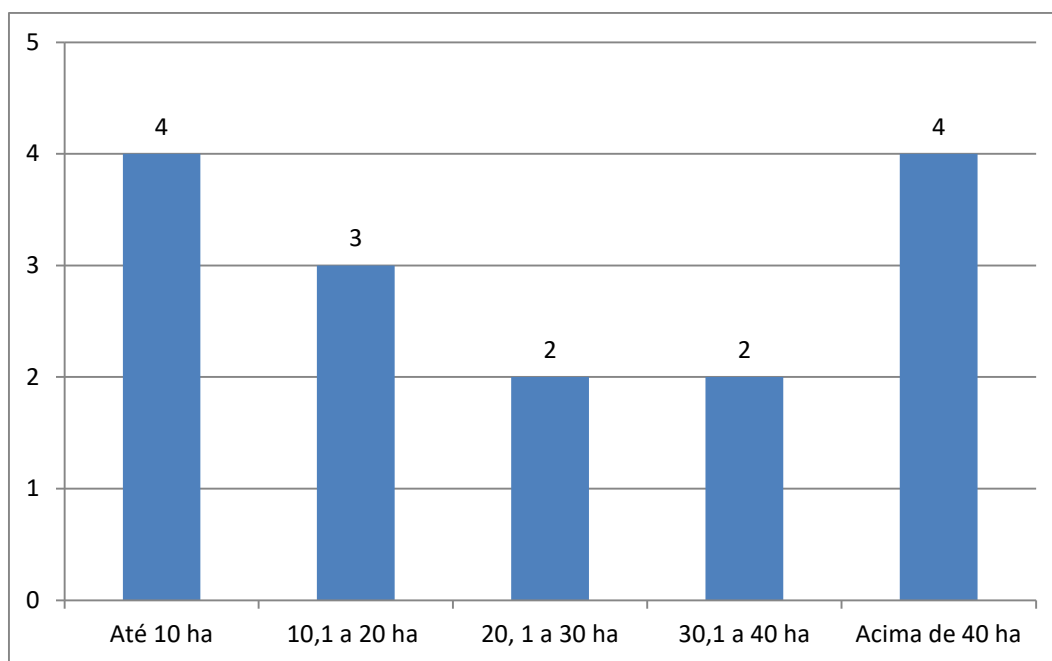
No que diz respeito à área total das propriedades visitadas para a coleta de dados, houve bastante variabilidade quanto à disponibilidade de terras. A menor área de terras foi de 5,5 hectares (6,6%), seguido de propriedades com 6,5 hectares próprias — nesse caso, 20% dos respondentes afirmam ter essa quantidade. Seguida de áreas com 9 hectares (6,6%), 10 hectares (6,6%), 14 ha (6,6%), 15 ha (6,6%), 18 ha (6,6%), 28 ha (6,6%), 29 ha (6,6%), 36 hectares (6,6%), 50 ha (6,6%), 87 ha (6,6%) e a maior quantidade de terras próprias entre os respondentes foi de 90 hectares (6,6%).

A forma como ocorreu a posse das terras varia entre a herança e a compra. Para Spanevello e Lago (2008, p. 04), “a herança representa a passagem do estabelecimento familiar para os descendentes ao longo das gerações”. Contudo, na atualidade há um impasse em como proceder à sucessão familiar através da herança, seja pela diminuição dos filhos pelo baixo índice de fecundidade, seja pelo não desejo dos jovens em assumir a sucessão ou por

outros fatores que compreendem o trabalho de Spanevello e Lago (2008), mas que não cabem aqui explicar com maior abrangência por ser um tema de complexo detalhamento.

Referente à quantidade de terras arrendadas, 40% dos entrevistados, além de possuir terras próprias, são arrendatários de terras. A área menor de terras arrendadas corresponde a 3 hectares e a maior a 40 hectares. No Gráfico 4 segue uma demonstração da área total de cada UPF, entre terras próprias e arrendadas.

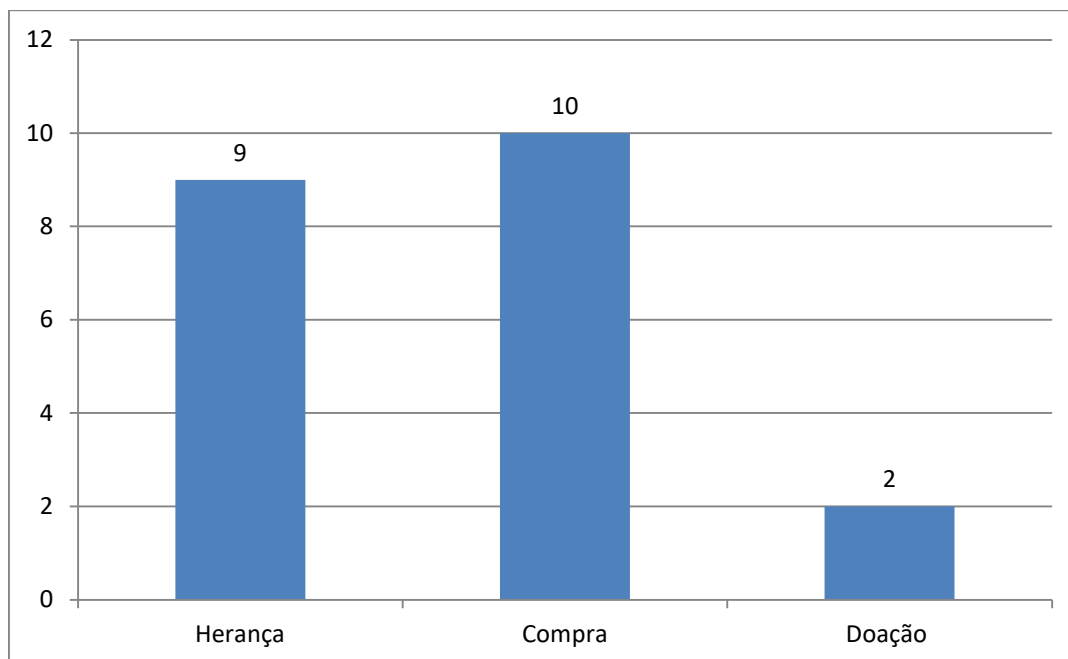
Gráfico 4 – Área total de cada UPF



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

O gráfico 5 demonstra a forma de posse das terras próprias dos entrevistados, evidenciando que as formas predominantes de posse das terras são a herança ou a compra. Em apenas 2 casos a posse ocorreu por meio de doação.

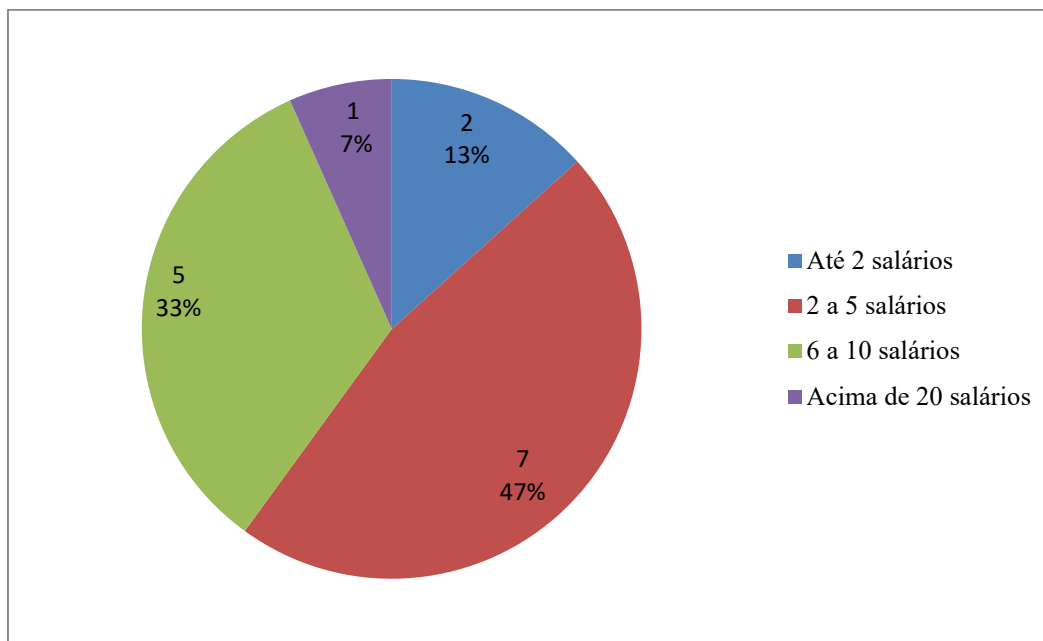
Gráfico 5 – Forma de Posse das Terras de cada UPF



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Quando perguntados sobre a renda bruta mensal de cada família, em média, durante o decorrer do primeiro semestre do ano de 2019, somadas as rendas agrícolas e não-agrícolas, das alternativas dispostas a serem assinaladas foram 2 respondentes (13,3%) que disseram ter uma renda bruta em média de até dois (2) salários mínimos; e 7 entrevistados (46,6%) responderam que sua renda bruta mensal baseada no período referido está entre dois (2) até cinco (5) salários mínimos. Os que possuem uma renda bruta mensal de seis a dez salários mínimos equivalem a 5 produtores de alfafa (33,3%), e um deles respondeu que sua renda bruta mensal, em média, no primeiro semestre de 2019, foi equivalente a mais de vinte (20) salários mínimos, conforme denota o Gráfico 6.

Gráfico 6 - Renda bruta mensal das UPFs, em média, no primeiro semestre de 2019, baseada em salários mínimos.

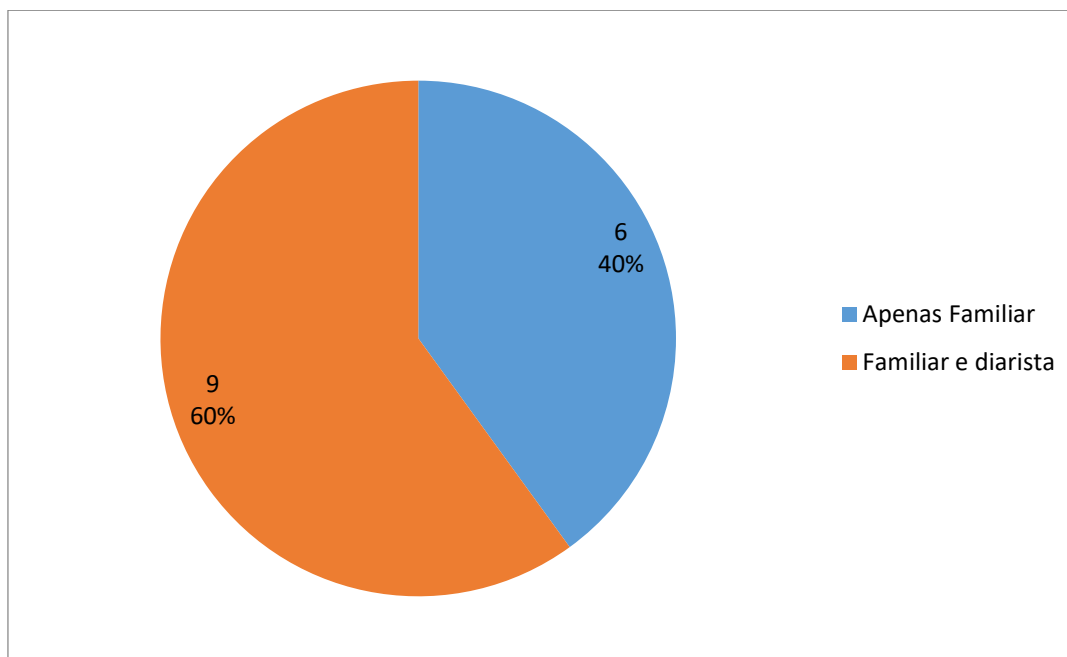


Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

O entrevistado que citou uma renda acima de 20 salários mínimos tem como principal atividade financeira a cultura da soja e sua propriedade possui área total de 120 hectares. Aqueles que têm uma renda de 2 até 10 salários mínimos possuem mais terras e/ou são também são arrendatários, e/ou ainda, tem a renda complementada por outra atividade, seja aposentadoria ou da renda da mulher que exerce outra atividade que não está ligada à agricultura. Os produtores que mencionaram possuir uma renda de até 2 salários mínimos possuem áreas inferiores a 10 hectares, não são arrendatários de terras e não possuem outra renda além da produção de alfafa. Essas informações evidenciam há relação entre a renda bruta mensal das famílias, o tamanho da UPF e as atividades nelas desenvolvidas. Quanto maior a propriedade e mais atividades nelas desenvolvidas, maior é a renda declarada pelos entrevistados.

A mão de obra utilizada nas propriedades é predominantemente familiar e diarista, ou seja, o equivalente a 60% dos entrevistados afirma ser esse o tipo de mão de obra utilizada. Os demais, 40% dos respondentes entrevistados, afirmam utilizar mão de obra apenas familiar. Nenhum entrevistado respondeu ter outro tipo de mão de obra. É possível observar isso no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Mão de obra utilizada em cada UPF.



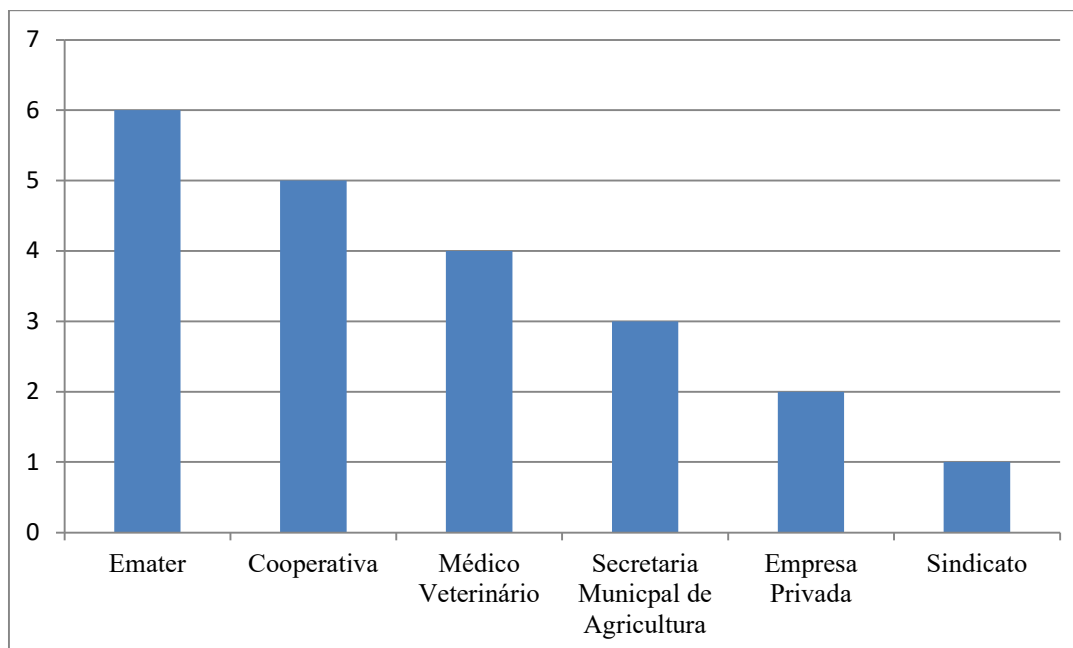
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

De acordo com os entrevistados, a mão de obra de diaristas é necessária em alguns dias do mês, de modo que somente a família não dá conta da demanda de trabalho. Normalmente, a mão de obra diarista é requisitada nos dias de maior intensidade de trabalho na produção de alfafa, como nos dias de corte, rastelo, recolhimento e enfardamento da forrageira. Outra razão que explica o uso de mão de obra diarista é o clima e a previsão do tempo, visto que em épocas de bastante chuva é preciso aproveitar curto tempo de sol para fazer as atividades antes que as chuvas retornem.

Quanto ao recebimento de assistência técnica na propriedade, representam 60% as propriedades, ou seja, 9 unidades da amostra pesquisada que recebem assistência técnica. Desses 60% de propriedades que recebem assistência técnica, 40% recebem assistência da EMATER; 33,3% de cooperativa; 26,6% do médico veterinário; 20% da Secretaria Municipal de Agricultura; 13,3% de empresa privada; e 6,6% dizem receber assistência técnica do Sindicato. Representam 40% do total as propriedades (6 unidades) que não recebem assistência técnica.

<sup>3</sup> O percentual leva em consideração as resposta da questão de múltipla escolha, a qual os entrevistados podiam assinalar mais de uma alternativa.

Gráfico 8– Assistência Técnica nas UPFs.

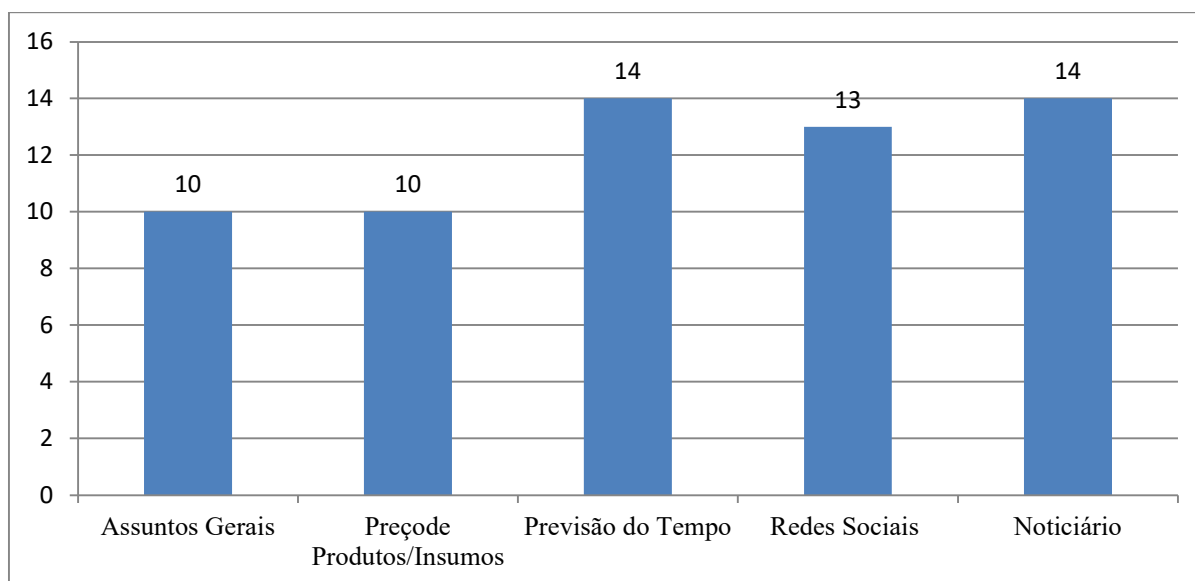


Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A assistência técnica oferecida pela EMATER é gratuita e está direcionada a agricultores familiares (CASTRO, 2015). Castro (2015, p. 53) destaca que, “no Rio Grande do Sul e Paraná, as Ematers são bastante atuantes e demandadas pelos agricultores”. A assistência ofertada pela Secretaria Municipal de Agricultura também possui a característica de ser gratuita e voltada para a agricultura familiar, inclusive ofertando sempre os serviços de médico (a) veterinário (a). A assistência técnica ofertada pela cooperativa aos seus associados muitas vezes está vinculada aos serviços de venda que ela disponibiliza, tais como insumos e produtos, os quais são comumente recomendados por um engenheiro agrônomo.

Além de questionados sobre receber ou não assistência técnica na propriedade, aos produtores de alfafa entrevistados na amostra também foi perguntado sobre o acesso à internet, como acessam e para qual finalidade. Desse modo, 14 dos respondentes entrevistados afirmaram ter acesso à internet. Desses, 7 tem computador e telefone celular para acessar, enquanto outros 7 realizam a conexão apenas pelo aparelho de telefone celular. Os produtores de alfafa utilizam a internet para diversos fins, tais como: pesquisar assuntos gerais (79,9%), preços de insumos e produtos (66,6%), previsão do tempo (93,3%), redes sociais (86,6%) e noticiário (93,3%). Apenas 1 dos entrevistados disse não ter acesso à internet e utiliza o telefone celular apenas para realizar ligação, sendo importante ressaltar que esse é o entrevistado com idade máxima da amostra do estudo (71 anos).

Gráfico 9 – Para qual finalidade que os produtores de alfafa acessam a internet.



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Ainda referente à caracterização das unidades de produção familiar, os entrevistados apresentaram características específicas sobre a produção de alfafa. Nessa perspectiva, para a coleta de dados com os produtores de alfafa no município de Dezesseis de Novembro/RS, seguiu-se a previsão da amostra inicial, proposta na metodologia deste estudo: 15 produtores de alfafa e em suas unidades de produção familiares. Na metodologia, esses 15 produtores previstos estavam divididos em três (3) grupos (Quadro 2): Grupo A: 5 unidades familiares que produzem entre 0,5 a 5 hectares de plantação de alfafa; Grupo B: 5 unidades que produzem entre 6 e 14 hectares; Grupo C: 5 unidades nas quais a área plantada de alfafa seja entre 15 e 20 hectares (conforme Anexo A).

Contudo, durante a coleta houve uma disparidade, pois dos 5 entrevistados no grupo C, só foi possível obter 4 entrevistas, uma vez que, de acordo com o Anexo A, fornecido pela Secretaria Municipal de Agricultura, eram apenas 5 produtores de alfafa que contemplavam este grupo. Um dos cinco produtores, o qual foi visitado e aceitou participar do estudo, afirmou ter reduzido a área produzida de alfafa em sua propriedade, a qual inicialmente era de 15 (quinze) hectares quando do cadastro fornecido (Anexo A), para 07 hectares (quantidade na data da coleta de dados), alegando que os alfafais precisam ser renovados e por isso, resolveu não replantar para a recuperação do solo (UPF 06).

Outra disparidade foi que nesse mesmo grupo, o Grupo C, foi visitada uma propriedade que inicialmente, segundo o Anexo A, teria vinte (20) hectares, a maior quantidade em hectares de alfafa produzida em uma única propriedade no município de

Dezesseis de Novembro. Porém, constatou-se através da resposta do entrevistado que o mesmo possui 24 hectares (vinte e quatro) de área plantada de alfafa, o que o também significa a maior área entre os entrevistados. Nesse sentido, foram entrevistados cinco (5) produtores de alfafa do Grupo A, 6 (seis) do Grupo B e 4 (quatro) do Grupo C. Das terras disponíveis em cada propriedade, entre próprias e arrendadas, há variabilidade quanto à quantidade de terras destinada para a produção de alfafa, sendo que a menor área de alfafa produzida é de 2 hectares e a maior de 24 hectares. Tais informações podem ser visualizadas na Tabela 4:

Tabela 4 – Produtores de alfafa entrevistados e quantidade de hectares de alfafa plantados.

| <b>UPF</b> | <b>Grupo A<br/>0,5 a 5 há</b> | <b>Grupo B<br/>6 a 14 há</b> | <b>Grupo C<br/>15 a 20</b> |
|------------|-------------------------------|------------------------------|----------------------------|
| 01         | 03                            |                              |                            |
| 02         |                               | 06                           |                            |
| 03         |                               |                              | 18                         |
| 04         |                               | 10                           |                            |
| 05         |                               |                              | 17                         |
| 06         |                               | 07                           |                            |
| 07         |                               | 06                           |                            |
| 08         | 03                            |                              |                            |
| 09         |                               | 06                           |                            |
| 10         | 04                            |                              |                            |
| 11         |                               |                              | 24                         |
| 12         |                               | 10                           |                            |
| 13         |                               |                              | 20                         |
| 14         | 03                            |                              |                            |
| 15         | 02                            |                              |                            |

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Quando questionados sobre há quanto tempo produzem alfafa, houve variabilidade das respostas. Os entrevistados que responderam produzir alfafa há mais de 30 anos representam 40% da amostra, outros 40% disseram produzir entre 20 e 30 anos, e 20 % produzem alfafa entre o período de 5 e 20 anos.



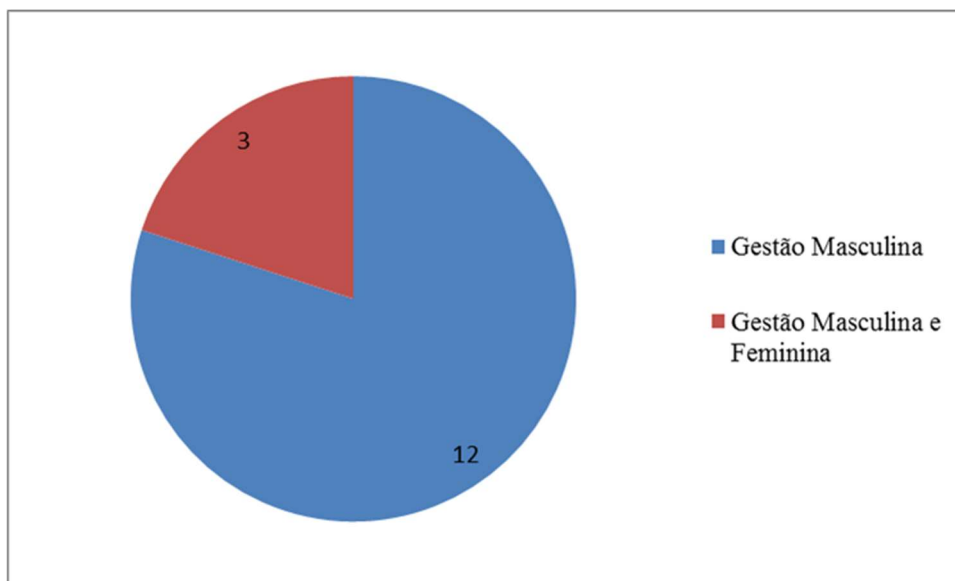
Após a apresentação explicativa sobre as principais peculiaridades das propriedades visitadas na amostra, entende-se como fundamental apresentar as características dos entrevistados e dos núcleos familiares dos produtores de alfafa de Dezesseis de Novembro/RS. Por conseguinte, serão apresentadas tais características.

#### 4.2 OS PRODUTORES DE ALFAFA E SUAS UNIDADES DE PRODUÇÃO

O roteiro de entrevistas, aplicado para 15 produtores de alfafa de Dezesseis de Novembro/RS, visitados em suas unidades de produção familiar, apresentou como primeira indagação a gestão da unidade de produção familiar. Sobre gestão, Souza Filho (2004) argumenta que o processo de gestão compreende o ato de administrar, podendo o modelo de gestão auxiliar o produtor em suas atividades do dia a dia e nas suas decisões, aplicável inclusive à agricultura familiar, pois a propriedade precisa dar retorno para garantir sobrevivência e prosperidade.

Nas 15 entrevistas realizadas, teve-se como protagonistas pessoas do sexo masculino, os quais se apresentaram como gestores da propriedade. Destaca-se que, das 15 entrevistas, em 5 também ocorreu a participação feminina e, destas, em 3 casos, as mulheres assumiram também a função de gestora da unidade familiar de produção juntamente com o esposo (Gráfico 10). Essa primeira característica, a de que a função de gestão da unidade de produção familiar pelo sexo masculino é predominante na agricultura, também é evidenciada em outros estudos que abordam a temática da agricultura (DALCIN, 2010; KASPER, 2017; SCHUHMANN, 2012).

Gráfico 10 – Gestão Masculina e Gestão Masculina e Feminina.



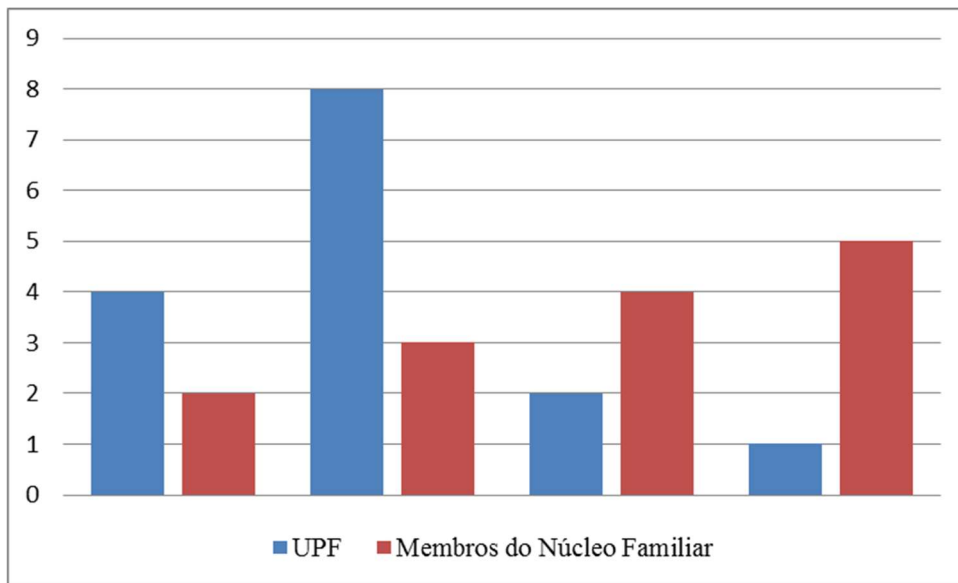
Fonte: Elaborado pela autora, 2019

Estudos confirmam, de acordo com Silva e Schneider (2010), que o trabalho familiar na agricultura ainda eterniza desigualdades de gênero, de modo que historicamente tem enraizado privilégios ao homem-marido na propriedade. Ademais, Camarano e Abramovay (1998) esclarecem que a crescente masculinização da população rural no Brasil é fruto de um predomínio do fluxo migratório rural-urbano mais acentuado entre o sexo feminino. Diante disso, denota-se uma necessidade de se “estudar a situação da mulher e as relações de gênero no meio rural”. (SILVA; SCHNEIDER 2010, p. 08).

Em relação à composição do núcleo familiar dos entrevistados, os dados coletados demonstram que 80% das famílias possuem 2 ou 3 membros em seu núcleo. Foram 8 unidades visitadas compostas por 3 membros no núcleo familiar e mais 4 unidades com 2 membros residindo no núcleo familiar. O estudo de Silvestro et al. (2001) também apresenta a redução do tamanho das famílias no meio rural provocado, de acordo com Camarano e Abramovay (1998), pela queda da taxa de fecundidade total.

Esses dados, de núcleos formados por 2 ou 3 pessoas, coincidem com o Censo Agropecuário de 2017, o qual constatou que a média de ocupação por estabelecimento rural é de 2 a 3 moradores em cada estabelecimento (IBGE, 2017). Apenas 20% das unidades visitadas são compostas por 4 ou 5 moradores no núcleo familiar, como demonstra o Gráfico 11.

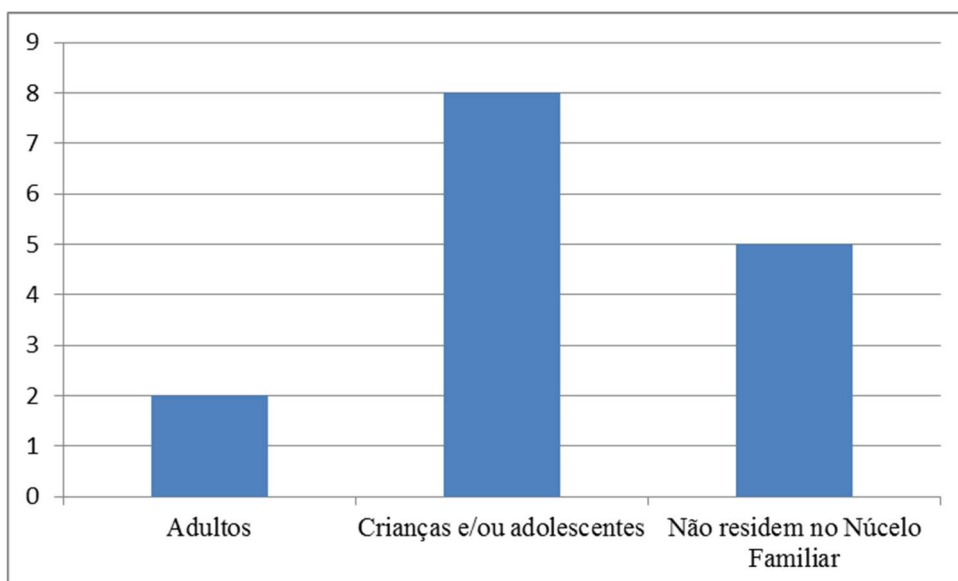
Gráfico 11 – Membros em cada Unidade de Produção Familiar



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Em relação aos filhos que moram com os pais na UPF, das 15 unidades visitadas, 8 possuem filhos crianças e/ou adolescentes morando no núcleo, variando entre 1 e 2 filhos. Com 1 filho adulto integrando o núcleo familiar, teve-se 2 UPFs visitadas. As outras 5 unidades não apresentaram filhos morando no núcleo familiar. Nesses casos, os entrevistados afirmam que “os filhos saíram para estudar e não voltaram”, alguns “se casaram” e/ou foram em “busca de emprego”. É possível observar esta questão no Gráfico 12.

Gráfico 12 – Presença de Filhos no Núcleo Familiar em cada UPF



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

O fato de os filhos deixarem o meio rural para seguir seus estudos, buscar emprego nos centros urbanos, ou casar-se, por exemplo, pode ser compreendido a partir das significativas transformações que as sociedades rurais contemporâneas têm apresentado, as quais ocorrem “no âmbito das visões de mundo, estilos de vida, modalidades de trabalho e, sobretudo, dos processos de tomada de decisão” (TROIAN *et al* 2011, p. 351). Esse contexto denota, ainda, a problemática da desvalorização do meio rural pelos jovens, uma vez que estes acabam deixando o meio rural e buscando novos horizontes pessoais e profissionais (TROIAN *et al* 2011).

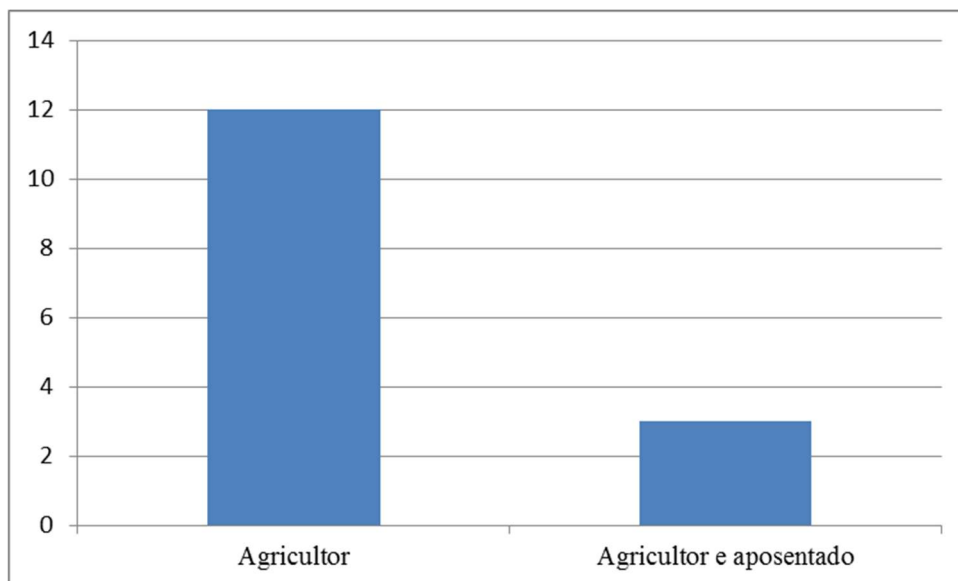
Isso ocorre em parte porque os jovens não vislumbram, no meio rural, oportunidades produtivas que satisfaçam suas aspirações, pois suas perspectivas não se resumem somente a exercer a profissão dos pais. O nível educacional mais elevado dos jovens da atual geração e a renda gerada na unidade de produção familiar pode também estar associado à saída dos jovens do meio rural (FERRARI *et al*, 2004).

É indispensável pensar em avanços educacionais sem que isso implique na migração dos jovens para o meio urbano. Ferrari *et al* (2004) acredita que uma adequação dos conteúdos educacionais à realidade do mundo rural seja possível, porém não se pode ignorar a função universal do ensino que deve contemplar tanto urbano quanto rural. Além disso, Ferrari *et al* (2004) salienta que a revitalização do meio rural e a renovação da agricultura familiar passam por políticas que incentivem a produção e a inserção dos agricultores no mercado, ou seja, uma política rural moldada para a especificidade de cada território, pensada como proposta para a melhor obtenção de renda na agricultura.

Quanto à ocupação dos entrevistados, todos os 15 gestores das UPFs responderam que sua principal atividade é a agricultura. Em 3 casos, os gestores já são aposentados, mas continuam exercendo a atividade. Essa característica – a de que a principal atividade entre os entrevistados é a agricultura – também é apresentada por Kasper (2017) em seu estudo com agricultores.

O estudo mostra o quanto a agricultura assume um papel de importância para a sobrevivência no meio rural entre os produtores de alfafa. Neste caso, corroborando com a assertiva de que a agricultura como um todo, familiar inclusive, desempenha uma função vital na geração de emprego e renda no meio rural e que a sua capacidade de gerar efeitos a jusante e a montante fazem do setor um dos mais importantes para a economia (LOPES *et al*, 2016).

Gráfico 13 – Ocupação dos Entrevistados



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Referente ao tempo de atuação na agricultura, apesar de citar um denominador em números, todos os entrevistados responderam que lembram ter atuado na agricultura desde a sua infância - “desde gurizinho nós trabalhava na roça” (expressão proferida por alguns entrevistados), pois já exerciam a atividade junto com seus pais. É muito comum na agricultura familiar as crianças auxiliarem os pais nas atividades diárias, pois os filhos se tornam mão de obra desde muito cedo, integrando-se a diversos trabalhos com a terra e com os animais, auxiliando, acompanhando e aprendendo as pequenas tarefas para posteriormente incorporar o trabalho rural como um todo (MENDONÇA *et al.*, 2013; SILVESTRO *et al.*, 2001). Comumente é trabalhando que crianças e jovens se habilitam para ocupações rurais, conforme menciona Mendonça *et al.* (2013).

Analisando a idade de cada entrevistado, se observa que houve variação entre 24 e 71 anos de idade, observando que a média de idade entre os entrevistados foi de 48 anos. Entre os produtores entrevistados, 26,6% estão na faixa etária entre os 31 e 40 anos, 20% estão entre os 41 e 50 anos e 26,6% dos 51 aos 60 anos. Essas três faixas somam dois terços dos casos, 73,2%, como pode ser visualizado no Quadro 4 na página seguinte. Em idade jovem, – menos de 30 anos –, percebe-se um baixo percentual, apenas 6,6%, e acima dos 60 anos, foram 20% dos produtores entrevistados, evidenciando que os agricultores idosos têm mais representatividade que os agricultores jovens.

Acerca da faixa etária predominante entre os entrevistados, há outras pesquisas que também apresentam essa característica. Nos estudos de Kasper (2017) e Dalcin (2010), por

exemplo, mais de 70 % dos agricultores entrevistados estão entre 31 e 60 anos de idade. Zanin et al (2014) também identifica essa característica, quando evidencia que, de 203 gestores rurais entrevistados, 133 agricultores estão nessa faixa etária (65,5 %). Na mesma pesquisa, a representatividade de agricultores acima de 60 anos é maior que de agricultores jovens.

Quadro 3 – Idade dos Entrevistados

| Idade dos entrevistados | Nº de entrevistados | %    |
|-------------------------|---------------------|------|
| <b>30 anos ou menos</b> | 1                   | 6,6  |
| <b>31 a 40</b>          | 4                   | 26,6 |
| <b>41 a 50</b>          | 3                   | 20   |
| <b>51 a 60</b>          | 4                   | 26,6 |
| <b>Acima de 60</b>      | 3                   | 20   |

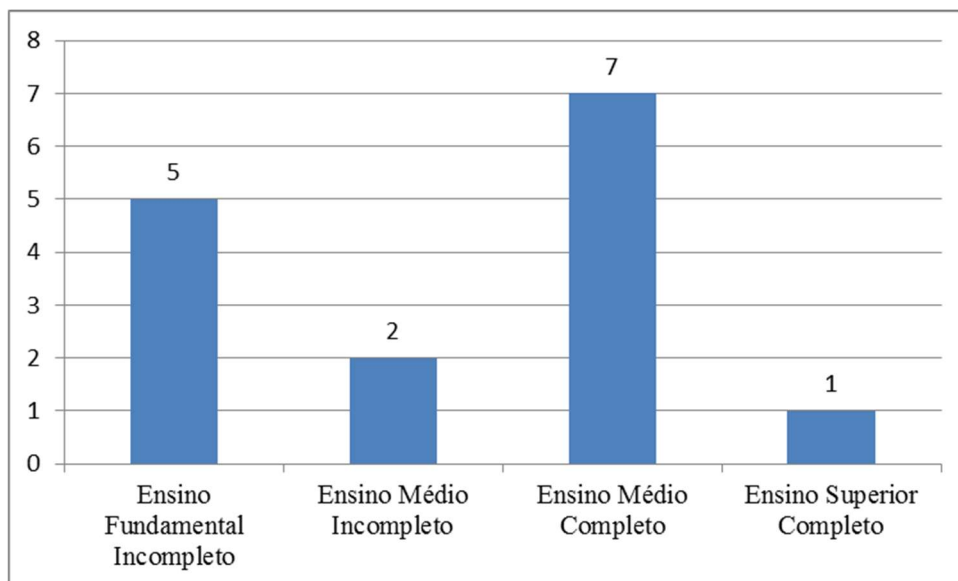
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Levando em consideração as faixas etárias encontradas, é notável a tendência de envelhecimento da população rural, observável entre os produtores de alfafa em Dezesseis de Novembro/RS. De acordo com Mendonça et al (2013, p. 449), o envelhecimento relativo da população do meio rural vem sendo acentuado pela queda no número de jovens que permanecem no campo, “pela migração de retorno ao campo de aposentados urbanos e pelo aumento da expectativa de vida”. Outra preocupação quanto ao envelhecimento da população do meio rural é a necessidade de planejamento e orientação com relação ao processo de sucessão familiar (ZANIN *et al*, 2014) e à necessidade de políticas públicas que visem a permanência de jovens na prática da agricultura.

Com relação à escolaridade dos respondentes, gestores do sexo masculino, esta variou entre ensino fundamental incompleto, ensino médio incompleto, ensino médio completo, ensino superior e pós-graduação completa. Os gestores homens que possuem ensino fundamental incompleto foram 5 entrevistados (33,3%). Com ensino médio incompleto, teve-se 2 respondentes (13,3%); e 7 entrevistados (46,6%) disseram ter o ensino médio completo. Entre os entrevistados homens, apenas um deles afirmou ter ensino superior completo (6,6%). Alguns produtores de alfafa, aqueles que não concluíram o ensino fundamental (33,3%), mencionam que deixaram inclusive de ir à escola para se tornar mão de obra familiar diante da necessidade da época. Há uma predominância de formação básica e fundamental entre os agricultores entrevistados, isto é, até o ensino médio completo.

Dados do Censo Agropecuário de 2017 constataam que 23,03% dos agricultores brasileiros informaram que não sabem ler e escrever. Especificamente sobre esse estudo, não houve nenhum respondente que declarou não saber ler ou escrever, ou seja, ausência de analfabetismo para a amostra dessa pesquisa, como apresenta o Gráfico 14.

Gráfico 14– Escolaridade dos Entrevistados



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

De modo geral, na pesquisa não houve uma diferença visível nas respostas quanto ao nível de escolaridade, ou seja, se percebe que aqueles produtores com ensino fundamental incompleto têm percepções semelhantes àqueles com maior escolaridade em relação à produção de alfafa. Ademais, o que foi possível notar é a qualidade na formulação das respostas e no vocabulário utilizado durante as entrevistas, assim como a melhor interação com a pesquisadora por parte daqueles produtores de alfafa com maior grau de instrução.

Dos demais membros identificados no núcleo familiar, foram identificadas 15 mulheres na pesquisa, dessas, 13 são esposas dos entrevistados e em outros 2 núcleos, as mulheres são mães do gestor da propriedade. Quanto à idade das mulheres, elas variam entre a idade mínima de 28 anos e máxima de 79 anos, sendo a média de idade de 48 anos, coincidindo com a mesma média de idade dos homens entrevistados. A idade das mulheres concentrou-se na faixa etária dos 31 aos 60 anos, totalizando 79, 9% delas. Abaixo dos 30 anos, teve-se apenas uma mulher (6,6%), e acima dos 60 anos, 2 mulheres (13,3). Foi possível concluir que os dados demográficos do sexo feminino são semelhantes aos dados

demográficos do sexo masculinos nas UPFs visitadas. Essas informações podem ser observadas no Quadro 5:

Quadro 4- Idade das Mulheres

| Idade dos entrevistados | Nº de entrevistados | %    |
|-------------------------|---------------------|------|
| <b>30 anos ou menos</b> | 1                   | 6,6  |
| <b>31 a 40</b>          | 4                   | 26,6 |
| <b>41 a 50</b>          | 3                   | 20   |
| <b>51 a 60</b>          | 5                   | 33,3 |
| <b>Acima de 60</b>      | 2                   | 13,3 |

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

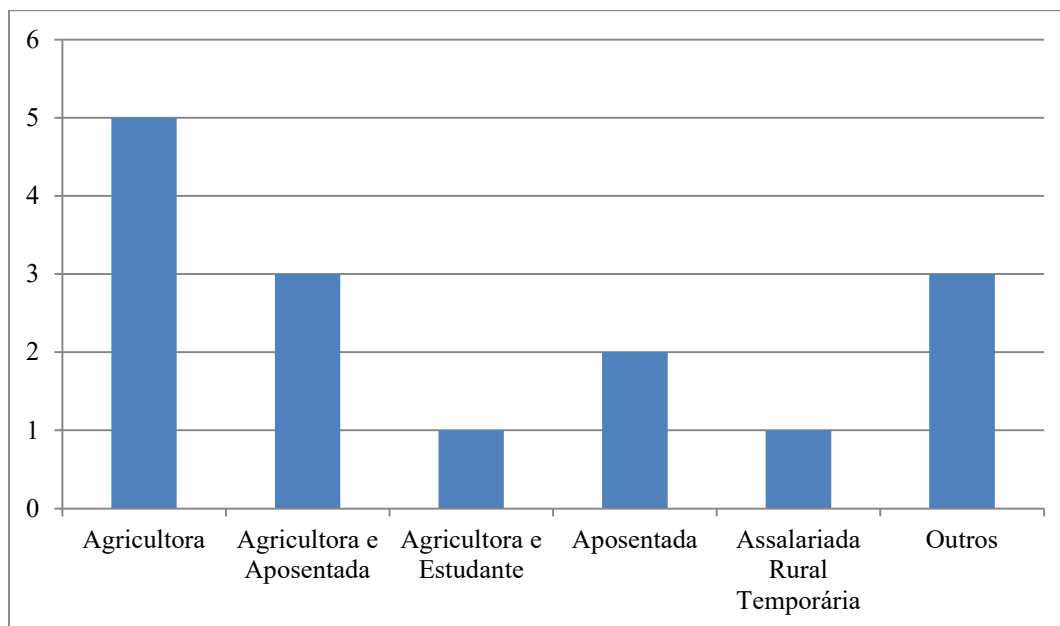
Quanto à ocupação das mulheres, 5 tem como ocupação exclusiva a agricultura (33,3%); 3 são agricultoras aposentadas e continuam nesta atividade (20%); 2 são somente aposentadas (13,3%); e 1 delas exerce a agricultura e é estudante (6,6%). Das 15, 4 mulheres exercem outras atividades não relacionadas à agricultura (26,6%). É importante salientar que todas elas, independente da atividade, também compreendem, como ocupação concomitante, as atividades do lar.

Das mulheres que compõem o núcleo das famílias de produtores de alfafa, 60% delas têm como ocupação a agricultura (Gráfico 6), ou seja, para mais da metade das mulheres a agricultura representa fonte de renda e geração de emprego. Apesar da importância da mão de obra feminina nas propriedades rurais, segundo Brumer (2004), existem diversos estudos que avaliam a divisão do trabalho no meio rural por sexo e que permitem concluir que, em se tratando do trabalho feminino, não só das mulheres adultas como também de crianças e jovens, há uma tendência de não valorização deste trabalho, o qual ocupa uma posição subordinada, compreendida meramente como “ajuda”, ainda que elas executem as mesmas atividades masculinas e trabalhem tanto quanto os homens.

O trabalho feminino nas unidades de produção familiar dos produtores de alfafa de Dezesseis de Novembro/RS que foram visitadas para a coleta de dados é de fundamental importância. Elas, além de representarem mão de obra efetiva nas propriedades, participam do processo de tomada de decisão, considerando esse aspecto um fator positivo na ressignificação do papel da mulher no meio rural, em especial nas famílias de produtores de alfafa.



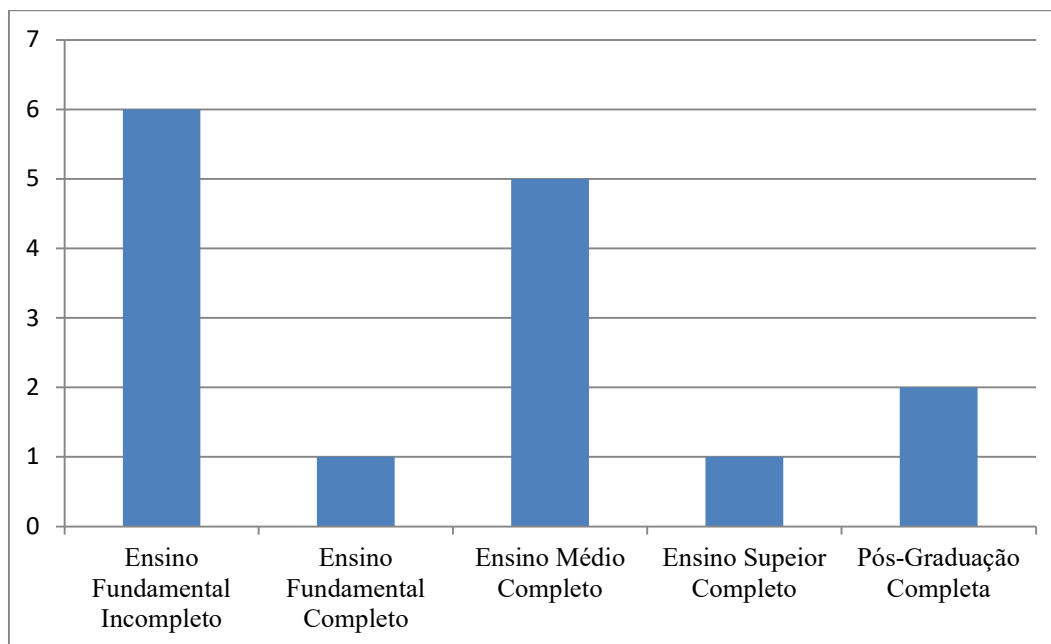
Gráfico 15 – Ocupação das Mulheres



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

O Gráfico 16 – abaixo representado – retrata a escolaridade das mulheres, esclarecendo que, entre as que residem no núcleo familiar, 6 delas possuem ensino fundamental incompleto, e têm ou tiveram como ocupação a agricultura. Talvez a pouca escolaridade seja uma das razões que levaram essas mulheres a serem agricultoras e não buscar outra atividade. Uma mulher, dentre as quinze unidades entrevistadas, concluiu o ensino fundamental e também é agricultora. Com o ensino médio completo foram identificadas 5 mulheres, para as quais a ocupação varia entre a agricultura, aposentadoria, prestação de serviços e funcionária pública. Uma delas tem ensino superior completo e não é agricultora; 2 possuem pós-graduação, dessas uma é agricultora, a outra não.

Gráfico 16 – Escolaridade das Mulheres



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Algumas mulheres com nível de escolaridade baixo – aquelas que não completaram ou apenas completaram o ensino fundamental –, descrevem o difícil acesso à escola e a necessidade da mão de obra na família há alguns anos atrás, já que elas também ingressaram na agricultura desde muito “novas”, pois na “época os pais não incentivavam estudar, não era preciso, trabalhar na roça já chegava”.

De forma subjetiva, se percebe que há certa lamentação por parte dessas mulheres por não terem estudado, e isso as faz incentivar os filhos a estudar, especialmente a buscar o ensino superior. Ferrari et al (2004, p. 252) destaca que “hoje se pode afirmar que os pais sentem que seu próprio passado é inadequado para orientar o futuro dos filhos” como acontecia em outras gerações, para as quais o passado dos avós e dos pais era garantia de um bom futuro para os filhos.

As mulheres dos núcleos familiares (33,3%) que exercem outra ocupação apresentam maior grau de instrução, algumas com ensino médio, ensino superior e pós-graduação. Uma das razões pelas quais talvez não sejam agricultoras, são as possibilidades em buscar alternativas para complementar a renda familiar, oportunizadas por melhores níveis de escolarização, uma vez que, neste estudo, fica evidente a relação entre o nível de escolaridade da mulher e sua ocupação.

Wanderley (2003, p. 53) afirma que, no caso das mulheres, o trabalho externo pode apresentar duas significações principais: as vezes, é a maneira que a mulher encontra de ter

maior capacidade de participar dos ganhos da família; outras vezes, o que ela recebe pelo seu trabalho é investido na produção ou destinado a pagar dívidas do estabelecimento e; ainda, em outras situações, “o trabalho externo da mulher tende a criar um distanciamento em relação ao estabelecimento familiar”.

Ainda quanto à composição dos núcleos familiares dos entrevistados, cabe mencionar que são 8 as unidades que têm crianças e adolescentes morando no núcleo familiar, a maioria em idade escolar, enquanto 2 unidades têm filhos em idade adulta que estão estudando. A partir disso, destaca-se como peculiaridade das famílias visitadas a predominância do modelo de família nuclear, aquela constituída por pai, mãe e filhos (MENDONÇA et al, 2013).

As propriedades de produtores de alfafa visitadas em Dezesseis de Novembro possuem como principal característica a agricultura familiar, de modo que suas pequenas e médias propriedades rurais representam para as famílias um segmento de reprodução social na geração de emprego e renda para a sobrevivência. A principal ocupação entre os entrevistados e suas famílias é a agricultura. A gestão das UPFs é predominantemente de responsabilidade masculina, e em 3 delas as mulheres são gestoras juntamente com seus esposos.

Os núcleos familiares são predominantemente formados por 3 e 2 membros, prevalecendo o modelo de família nuclear – pai, mãe e filho(s) (MENDOÇA *et al*, 2013). A maior frequência da idade entre os entrevistados e suas esposas está na faixa etária dos 31 aos 60 anos de idade. A escolaridade fundamental e básica é a mais constatada tanto entre os homens, quanto entre as mulheres.

A diversificação da produção é uma das alternativas encontradas pelos produtores de alfafa em Dezesseis de Novembro/RS para a garantia de sobrevivência, destacando-se a produção de alfafa, bovinocultura de corte, milho, soja entre outros. A comercialização dos produtos é realizada através de comercialização direta, cooperativa, empresas privadas e agroindústria. A renda bruta mensal de 80% das famílias visitadas, com base no decorrer do primeiro semestre do ano de 2019, está entre 2 e 10 salários mínimos, outras 13,3% abaixo de 2 salários mínimos e 6,6% acima de 20 salários mínimos.

O tamanho da área total das propriedades varia entre a menor propriedade com 5,5 hectares e a maior propriedade com 120 hectares. Dos entrevistados, 40% deles além de terras próprias são arrendatários de terras. São 60% dos produtores de alfafa que recebem assistência técnica em suas propriedades e 93,3% delas possuem acesso a internet e a utilizam para obter informações sobre diversos assuntos.

Após a explicação das características das famílias de produtores de alfafa de Dezesseis de Novembro/ RS e suas Unidades de Produção Familiar, compreende-se que o primeiro

objetivo específico proposto por esse estudo tenha sido contemplado. Essa caracterização foi entendida, desde o início desta pesquisa, como fundamental para alcançar o objetivo geral do estudo, auxiliando inclusive a responder o problema de pesquisa. A sequência aborda o processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa, as orientações pelas quais esse processo é influenciado e as racionalidades presentes nesse processo.

#### 4.3 O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO DOS PRODUTORES DE ALFAFA

Baseando-se no estudo de Gasson (1973) é que se pretendeu compreender o processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa de Dezesseis de Novembro/RS, identificando as orientações presentes nesse processo. De acordo com as respostas obtidas durante a coleta de dados, o processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa do município de Dezesseis de Novembro/RS não é influenciado apenas por uma ou outra orientação, e sim por mais de uma orientação. No decorrer, são discutidas as orientações que influenciam o processo de tomada de decisão considerando as respostas dos entrevistados. As orientações identificadas são a Instrumental, a Social, a Expressiva e a Intrínseca, as quais, neste estudo, foram também denominadas subcategorias para a análise dos dados.

##### 4.3.1 Orientação Instrumental

Dentre as orientações que influenciam o processo de tomada de decisão dos agricultores, está a orientação instrumental. Ela está associada à maximização da renda e a uma renda satisfatória, capaz de proporcionar uma garantia para o futuro. A expansão do negócio e as condições agradáveis de trabalho também contemplam essa orientação (GASSON, 1973).

Quanto à renda, os entrevistados responderam que a principal razão de produzirem alfafa é a questão econômica. A renda gerada pela forrageira é uma “renda boa”, “satisfatória” embora existam algumas dificuldades relacionadas ao comércio e ao preço. Quando questionados sobre os motivos dessa renda ser boa e satisfatória, a resposta está associada a circunstâncias de que é uma renda frequente em relação a outras culturas, argumentando que, numa média anual, a renda gerada é a cada “40 dias”, avaliada pelos produtores como mensal, com rápido retorno financeiro para a família. Em um “ano regular” a alfafa oportuniza de “8 a 9 corte por ano”, pois uma lavoura de alfafa tem vida útil cerca de 3 anos.

Alguns fatores se mostram importantes para os entrevistados ao tomar suas decisões, e a preocupação com o futuro é um deles. Ao tomar uma decisão, os produtores esperam sempre uma decisão acertada, de modo que uma decisão errada é prejudicial para a propriedade e para a família. Demonstram em suas respostas que há certo medo de cometer erros e acarretar prejuízos futuros. Também entendem que, ao identificar uma decisão errada, tendem a aprender com o erro, observando que a experiência contribui ao longo do tempo. Dalcin (2013) sustenta essa afirmativa dos produtores, quando define que a tomada de decisão compreende escolhas de alternativas acertadas que ocorrem, na maioria das vezes por tentativa ou erro.

Ressaltam ainda que é fundamental tomar decisões pensando a longo prazo. Algumas decisões são satisfatórias de imediato, o que não quer dizer que sejam as melhores decisões para o futuro, por isso requerem maior reflexão, momentos em que é preciso sentar e conversar de forma mais detalhada com a família. Contudo, há situações que necessitam de uma decisão rápida, algumas vezes ainda na lavoura, corroborando com a afirmação de que o tempo nem sempre é o suficiente para que se analisem todas as alternativas existentes, pois há certa urgência na tomada de decisão (CARVALHO; PEDROZO, 2011). Se observando que, no processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa, estes apresentam decisões programadas e não programadas, como frisa Simon (1963).

Outro fator ponderado e determinante na tomada de decisão dos produtores, em especial no caso da produção de alfafa, é a previsão do tempo. Os cortes da forrageira precisam ser realizados e ter um tempo específico para que ela possa secar e perder parte da sua umidade e então somente depois possa ser recolhida para os galpões e/ou enfardada. Esse tempo depende da intensidade do sol e da umidade, os quais variam de acordo com a estação, por isso a importância de verificar a previsão do tempo antes de qualquer decisão.

O preço, o retorno financeiro e a viabilidade do comércio também estão entre as principais questões a serem consideradas ao tomar decisões nas propriedades que cultivam alfafa em Dezesseis de Novembro/RS. Em relação ao preço, os produtores salientam que varia de estação para estação, então quando há condições de estocar o produto, isto é feito para ser vendido em épocas de melhor preço. O retorno financeiro para os produtores de alfafa é fundamental para que o trabalho seja compensado e a sobrevivência da família garantida. A viabilidade do comércio é entendida como “ter para quem vender”, contudo valorizam o fato de vender com segurança quanto ao recebimento do valor monetário do produto.

Há produtores (20%) que relataram ter um acordo informal com compradores, os quais garantem a compra o ano todo, com um preço específico acordado entre comprador e

vendedor, independente da estação. Perguntados sobre esse acordo ser bom para ambas as partes, a resposta foi positiva, devido à segurança na comercialização e garantia do comércio. Esse acordo de que os produtores se referem, representa uma alternativa para a redução de riscos na comercialização do produto.

O investimento na produção de alfafa, quanto ao uso de maquinários, fertilizantes, insumos é realizado em todas as propriedades visitadas. Para os entrevistados não há como não fazer esses investimentos e isso acontece desde a menor propriedade até a maior, conforme necessidade e peculiaridade de cada uma delas. De modo satisfatório, para os produtores de alfafa, os investimentos oportunizam a melhora das condições agradáveis de trabalho, facilidade e praticidade.

O aumento da produção, a qualidade do produto, “manter o padrão de produção”, o aumento do lucro, a necessidade, a facilidade e conforto no trabalho, a economia de tempo e mão de obra são os principais motivos que entrevistados justificam os investimentos nas suas propriedades, seja em maquinários, insumos e fertilizantes. Há, ainda, aqueles que têm uma propriedade maior, atentam para o fato de que, em relação ao maquinário, é preciso avaliar o retorno financeiro que esse maquinário irá proporcionar -“se ele consegue se pagar”- em um determinado período e em quanto tempo o bem se deprecia.

Com base nas respostas que buscavam identificar a orientação instrumental no processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa, é possível perceber que todos eles são orientados por motivos econômicos, como propõe Gasson (1973), alguns mais do que outros. A orientação instrumental é mais presente em propriedades com maior disponibilidade de terras, de maneira que essas demandam maior empenho, trabalho e maiores investimentos. A busca por uma renda satisfatória, a diminuição da penosidade no trabalho da produtividade (GASSON, 1973) está presente em todas as propriedades visitadas.

#### **4.3.2 Orientação Social**

Além da orientação instrumental, Gasson (1973) enfatiza que a orientação social também influencia o processo de tomada de decisão dos agricultores. A orientação social compreende a busca pelo reconhecimento e prestígio como agricultor, como sujeito que pertence a comunidade rural em que vive. O agricultor influenciado por essa orientação busca dar continuidade à tradição da família e trabalha com outros membros da família, buscando manter boas relações com os trabalhadores e com a comunidade em que está inserido.

No que concerne à orientação social, os entrevistados responderam algumas questões para que se pudesse identificar se as características dessa orientação estão presentes ou não em sua tomada de decisão. Todos os produtores de alfafa participantes deste estudo têm como um dos princípios o bem-estar da família durante o processo de tomada de decisão, pois acreditam que esse é o principal motivo para que trabalham e é preciso ser considerado em todas as situações.

A produção de alfafa é uma tradição familiar para a maioria dos entrevistados (73,3%), os quais admitem ser uma tradição que passou “de pai para filho”, que “vem de berço”. Essas expressões são enaltecidas quando os entrevistados lembram que trabalham com alfafa desde a infância.

Os demais respondentes (26,6%) relatam não ser uma tradição na família produzir alfafa. Em alguns casos (13,3%), os pais trabalhavam com a soja e criavam porcos e os entrevistados só depois, quando jovens, carecendo de uma renda mais frequente e mais viável ao pequeno produtor, optaram por investir nos alfafais. Em outro caso, o entrevistado (6,6%) afirmou ter começado a produzir alfafa após o casamento também com o intuito de obter uma renda frequente. Ainda, outro respondente (6,6%) apenas respondeu não ser uma tradição na sua família produzir a forrageira.

Ainda sobre a orientação social de que trata Gasson (1973), todos os produtores de alfafa concebem que trabalhar juntamente com os membros da família é um fator positivo. Os motivos mencionados são a satisfação de estar junto com a família; conviver com os filhos e os próprios pais; uma mão de obra sem custo; a renda para a família; um ajuda o outro; e não há a necessidade de sair de casa em busca de emprego.

Como menciona o referencial teórico deste estudo, Dezesesseis de Novembro é intitulada a “Capital Nacional da Alfafa”. Acerca deste título, os produtores, ao serem indagados sobre a possível influência do mesmo estar relacionado com a tomada de decisão em produzir alfafa, todos eles não reconhecem que o título interferiu na decisão. Ademais, os agricultores que produzem há mais de 30 anos salientam que começaram a plantar antes dessa denominação, e os que produzem há menos tempo também entendem que em nenhuma circunstância houve a interferência do título.

No que concerne à participação dos entrevistados na comunidade local e/ou municipal todos demonstram ter alguma participação. A participação mais comum é nas igrejas locais e salão comunitário, aliando a religiosidade com o lazer e o convívio social com outros membros da comunidade. Participam e são associados em cooperativa e Sindicato dos

Trabalhadores Rurais. Alguns, mais raro, do Centro de Tradições Gaúchas (CTG) e associação de implementos agrícolas.

A resposta de um produtor de alfafa, entrevistado na amostra, e que tem importância ressaltar aqui na discussão sobre orientação social foi a de que um produtor quando perguntado sobre o que considera importante ao tomar decisões, enfaticamente, respondeu que: “um dos fatores mais relevantes ao tomar decisões é o de que elas sejam tomadas de maneira não prejudicial a outras pessoas, assim é possível trabalhar de forma tranquila, tendo consciência de que a decisão tenha sido correta”.

A orientação social influencia o processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa de Dezessies de Novembro/RS. Trabalhar com a família é compreendido como um afor positivo para os produtores, assim dão continuidade a tradição de produzir alfafa, além de que sentem reconhecimentos como agricultores e consideram a profissão de importância na produção para a economia do município.

### **4.3.3 Orientação Expressiva**

Outra orientação que pode influenciar a tomada de decisão dos agricultores é a orientação expressiva (GASSON, 1973). A orientação expressiva diz respeito ao sentimento de orgulho em ser proprietário daquilo que lhe fornece trabalho e sustento, de se desempenhar uma função que gosta de acordo com suas habilidades e aptidões, tendo a oportunidade de alcançar objetivos, crescimento e satisfação pessoal (GASSON, 1973).

Questionados sobre a profissão de agricultor, uma vez que todos os respondentes dedicam tempo integral à agricultura, foi identificado que os produtores de alfafa gostam de ser agricultores, de trabalhar ao ar livre e têm orgulho da profissão. Demonstram isso ao afirmar que “hoje em dia é um motivo de orgulho dizer que é agricultor, antigamente era vergonha dizer que trabalhava na agricultura”, “nas lojas se a gente diz ser agricultor logo querem vender e abrir crediário”.

Contudo, também apresentam justificativas para se referir à agricultura como um trabalho penoso e difícil. Alegam que o fato de estarem expostos ao sol quente e aos agrotóxicos utilizados como defensivos na lavoura acaba os prejudicando; também mencionam a precariedade dos direitos que possuem em relação à insalubridade, a previdência social e as políticas públicas de saúde; quanto às dificuldades enfrentadas quando estão acometidos de doenças, dependendo sempre do Sistema Único de Saúde.



O fato de ser proprietário e ter autonomia e independência para realizar as tarefas é um fator positivo mencionado por todos os entrevistados, já que assim organizam sua rotina conforme a capacidade de trabalho de que dispõem, normalmente ou sempre familiar, podendo flexibilizar seus horários conforme as necessidades da família. Mencionam também que, muitas vezes, embora sejam proprietários e tentem organizar as atividades para que possam estar presentes nos momentos em família, dependem do clima para desempenhar suas atividades, não importando se é feriado, sábado ou domingo, pois é preciso cumprir suas atividades na lavoura. Marshall (1983, p. 251) refere as vantagens de ser proprietário do estabelecimento rural:

A posição do pequeno proprietário rural tem grandes atrativos. Ele livre para fazer o que quiser, não é perturbado com a interferência de um dono da terra, nem com receio de que outro colha os frutos de sua labuta e seu sacrifício. O seu sentimento de propriedade dá-lhe respeito próprio e estabilidade de caráter, e torna-o previdente e moderado em seus hábitos. Quase nunca está ocioso, e raramente considera o seu trabalho enfadonho. Faz tudo pela terra que tanto ama.

Sendo proprietários, destacam que precisam ter mais responsabilidades quanto ao trabalho em si e ao processo de tomada de decisão, e que mesmo podendo flexibilizar horários, muitas vezes acaba-se trabalhando mais ainda. As responsabilidades em tomar decisões são maiores pois, em caso de decisões erradas, são eles próprios que sofrem as consequências, ao tempo que quando se trabalha de empregado, o salário é algo garantido e “tem horário certo para parar serviço”.

De acordo com Gasson (1973), foi evidenciado a presença das orientações instrumental, social e expressiva no processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa de Dezesseis de Novembro/RS. Entretanto, Gasson (1973) diz ainda que há outra orientação que pode estar implícita na tomada de decisão de agricultores, a orientação intrínseca analisada na sequência.

#### **4.3.4 Orientação Intrínseca**

Conforme Gasson (1973), o gosto pelo trabalho na agricultura e as tarefas realizadas ao ar livre pelo agricultor estão atribuídas à orientação intrínseca. O fato de ter independência nas atividades quanto à organização do tempo e a possibilidade de controlar diversas situações que envolvem o contexto do agricultor também dizem respeito a essa orientação.

Os produtores de alfafa de Dezesseis de Novembro/RS mencionam que gostam de produzir a forrageira alfafa. Alguns porque, além de ser uma tradição familiar, representa uma

renda mensal, além de que, aprenderam a trabalhar com a planta desde muito cedo. Destacam também que a alfafa, apesar da falta de chuva em um determinado período, se recupera rápido após a chuva, e não há uma perda total do produto como em outras culturas.

Quanto à possibilidade de abandonar a agricultura e buscar outra atividade, a maioria (60%) dos produtores de alfafa entrevistados respondeu não ter pensado nisso. Aqueles que responderam já ter pensado em abandonar a agricultura afirmam que não o fizeram porque não visualizaram outra atividade possível, devido ter que deixar a propriedade e seu estilo de vida para sair para os grandes centros urbanos. Acreditam que a falta de escolaridade seria um empecilho para arranjar emprego. Alguns afirmam que sempre tiveram receio de tomar a decisão errada ao abandonar a atividade e deixar sua propriedade.

Quando perguntados sobre ter qualidade de vida, evidenciam o lado positivo e afirmam ter qualidade de vida, alegando que é um “lugar tranquilo” e com mais segurança. Nos dias atuais “tudo está mais fácil e próximo”, referindo-se ao acesso à cidade. Um dos principais motivos de admitirem ter qualidade de vida no meio rural é o fato de que podem produzir seu próprio alimento, assim, além de saber o que estão ingerindo, evitam gastos desnecessários, já que na cidade “tem que comprar tudo”.

#### 4.4. AS RACIONALIDADES E AS ORIENTAÇÕES PRESENTES NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO DOS PRODUTORES DE ALFAFA.

A tomada de decisão na agricultura possui algumas peculiaridades, fazendo que se volte o olhar para como o agricultor age diante das adversidades, como decide, para quem, onde e quais informações utiliza (DALCIN, 2013). Atentando para o fato de que ele não é somente um tomador de decisões e sim responsável por toda a propriedade e também sua principal mão de obra, se percebe que tudo isso torna o processo decisório ainda mais peculiar e complexo.

Compreendendo através do estudo de Gasson (1973) que os agricultores, ao tomar decisões são influenciados por orientações que nem sempre se restringem à racionalidade econômica, a lógica de mercado e a maximização de lucros, e que essas orientações podem ser de caráter instrumental, social, intrínseco e expressivo. Cada uma dessas orientações está presente no pensamento e influenciam a tomada de decisão dos produtores de alfafa de Dezesseis de Novembro/RS.

Através da identificação da presença das orientações propostas por Gasson (1973), já descritas no item anterior deste estudo, é possível perceber a ação intencional dos indivíduos,

agricultores que produzem alfafa em Dezesseis de Novembro/RS, e que eles tentam agir racionalmente ao tomar decisões, pois buscam constantemente uma decisão acertada, evitando riscos e erros. Se percebe que buscam informações durante o processo de tomada de decisão e que consideram a experiência um elemento importante em tal processo.

Como explica Simon (1979), no processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa é perceptível que a visão simétrica, regrada e extremamente racional não é suficiente para atender à complexidade do meio em que estão inseridos, percebendo que há diversos fatores que influenciam tal processo e que vão além dessa visão clássica da teoria da tomada de decisão (SIMON, 1979; DALCIN, 2010). E, mesmo os agricultores tendo todas as informações disponíveis, elas se apresentam de forma incompleta e assimétrica e pela sua complexidade, não sendo compreendidas pelos indivíduos na sua integridade, estando o processo de tomada de decisão num ambiente de desafios e incertezas (SOUZA FILHO *et al*, 2004)

Quanto à proposta de Simon (1963) em classificar as decisões em programadas e não programadas e que entre elas há diferentes nuances, não sendo possível separá-las somente em duas, mas apenas tomá-las como extremos opostos, se entende que há entre os produtores de alfafa a presença dos dois tipos de decisões de que o autor trata. Uma vez que as decisões programadas, aquelas rotineiras e repetitivas e que já possuem um método definido de abordá-las (SIMON, 1963), estão presentes diariamente nas atividades desses agricultores, e muitas vezes passam despercebidas diante da sua normalidade, porém, mesmo assim, são fundamentais para o bom andamento e sucesso na propriedade. As decisões não programadas são aquelas não costumeiras, que se apresentam como novas no cenário em que os indivíduos estão inseridos (SIMON, 1963) exigindo que os agricultores, produtores de alfafa, tenham um tempo maior para reflexão, busquem maiores informações, pois normalmente envolvem maior responsabilidade, planejamento e investimento financeiro.

Buscando decidir pela melhor alternativa, entendida pelo indivíduo através de suas percepções como a “melhor” dentre as alternativas existentes (SIMON, 1979), as quais muitas vezes acontecem por tentativa ou erro (DALCIN, 2010), os produtores de alfafa de Dezesseis de Novembro/RS pesquisados na amostra, empiricamente demonstram isso em suas respostas referente ao que levam em consideração na tomada de decisões. Porém, segundo Simon (1979), por mais que se busque uma decisão correta, nem sempre ela é possível, devido às limitações próprias do ser humano impedindo que os indivíduos sejam totalmente racionais.

Nessa perspectiva – a de que os indivíduos são dotados de racionalidade e esta se evidencia na busca pela resolução dos seus problemas – é que se faz a abordagem do conceito

de racionalidade proposto por Max Weber, a qual está relacionada aos objetivos pautados em um conjunto de significados e valores, ou seja, a ação racional que define os fins a partir de uma sistematização de ideias (SELL, 2012). Desse modo, a racionalidade é o que determina a ação social do indivíduo, constituindo-se como elemento central neste processo (SAMPAIO; MANTOVANELI; FERNANDES, 2011), uma vez que o comportamento humano é dotado de sentido e, quanto mais sentidos os indivíduos dão às suas ações, mais racionais estão sendo.

A teoria Weberiana conceitua quatro noções de racionalidades dentro de um esquema de dualidade entre a racionalidade teórico/prática e racionalidade material/ formal. São elas: racionalidade instrumental, conceitual, substantiva e formal. A racionalidade instrumental baseia-se na utilização do cálculo constituindo meios para os dados fins; a conceitual busca compreender a realidade por meio da abstração; a racionalidade substantiva é fundada no plano ético visando as ações dentro de um postulado de valor; e a formal se refere a um conjunto de conduta dentro da esfera social (WEBER, 1994).

Guerreiro Ramos (1989) concentra essas quatro racionalidades weberianas em dois tipos de racionalidades, compreendendo seus conceitos entre a instrumental e a substantiva. Anes (2017, p. 56), que adota em seu estudo os conceitos de racionalidade de Guerreiro Ramos, contribui quando afirma que a racionalidade instrumental é entendida “dentro de uma lógica econômica” direcionada para o mercado e suas variações, e a racionalidade substantiva agrega princípios éticos que “convergem para uma lógica humana”.

Quando se reconhece que existe uma racionalidade que engloba a esfera humana orientada por princípios éticos e que não está voltada apenas à otimização de lucros e ganhos econômicos (RAMOS, 1989), é possível fazer uma aproximação teórica com as considerações teóricas de Gasson (1973). A autora inglesa identifica em seu estudo que há diferentes razões capazes de explicar a atuação de agricultores no meio rural, e que sua tomada de decisão é influenciada por outras orientações que não aquela movida pela racionalidade econômica.

A orientação social tem na sua essência considerações que estão relacionadas à preocupação com bem-estar da família, à busca pelo reconhecimento e ao prestígio como agricultor, a continuidade da tradição familiar e o trabalho com os membros da família, mantendo boas relações interpessoais com a comunidade (GASSON, 1973). A orientação social possibilita reconhecer um entrelaçamento desses aspectos com a racionalidade substantiva, atendendo à questões que envolvem as especificidades humanas e éticas.

A racionalidade substantiva de Guerreiro Ramos (1989) e do próprio Weber (1994), a qual Anes (2017) também utiliza em sua pesquisa, se aproxima do estudo de Gasson (1973),

quando a autora trata da orientação expressiva. Em tal orientação, o agricultor busca, através de seu trabalho, fazer o que gosta e aquilo que sabe fazer, oportunizando a si mesmo criar e desempenhar suas funções com satisfação e autonomia, demonstrando o quanto a tomada de decisão na agricultura é algo peculiar.

Assim também é o caso da orientação intrínseca (GASSON, 1973), a qual denota que os agricultores, produtores de alfafa de Dezesseis de Novembro/RS, além de serem influenciados pela orientação social e expressiva, são influenciados por questões que dizem respeito à qualidade de vida, a valorização do trabalho ao ar livre e a independência para poder realizar suas tarefas, possibilitando o controle de diversas situações. A orientação expressiva, nesse sentido, estreita vínculo com a racionalidade substantiva.

A racionalidade instrumental que, segundo Guerreiro Ramos (1989) está associada às leis do mercado, aos êxitos econômicos e ao cálculo utilitário, apresentando ligação direta com a orientação instrumental identificada por Gasson (1973). Quando influenciados por essa orientação, os agricultores buscam a maximização e a garantia de uma renda satisfatória, almejando a expansão dos negócios e fazendo investimentos que possam oportunizar condições agradáveis no trabalho (GASSON, 1973).

O quadro 5 representa que, no processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa de Dezesseis de Novembro/RS, estão presentes as racionalidades substantiva e instrumental. Os produtores demonstram que, no seu modo de pensar e compreender a realidade, há fatores econômicos e não econômicos influenciando suas decisões. Assim, a orientação instrumental (GASSON, 1973) advém de um pensamento racional instrumental (RAMOS, 1989), de preocupação com as questões econômicas e que são fundamentais para sobrevivência dos produtores. Já a racionalidade substantiva (RAMOS, 1989) se apresenta quando os produtores de alfafa são influenciados pelas orientações social, expressiva e intrínseca, os seja, orientações para além de uma visão instrumental.

A racionalidade instrumental é percebida quando, os entrevistados demonstram em suas afirmações que a orientação instrumental proposta por Gasson (1973) influencia seu processo de tomada de decisão, afirmando que o principal motivo de produzirem alfafa é a questão econômica, visto que a forrageira representa uma renda praticamente mensal, garantindo a sobrevivência da família. Outra razão fundamental para a decisão de plantar e investir nos alfafais consiste no fato de a forrageira ser uma alternativa viável ao pequeno agricultor pelo rápido retorno financeiro. Os entrevistados demonstram racionalidade instrumental quando fazem investimentos pensando no aumento da produção, na facilidade no trabalho e na otimização do tempo e serviço.

Quadro 5- Evidências Teórico-Empírico da Pesquisa

| O Processo de Tomada de Decisão dos Produtores de Alfafa de<br>Dezesseis de Novembro/RS  |  |
|--|--|
| Orientações que influenciam a Tomada de Decisão (GASSON, 1973)   | Racionalidades: achados empíricos (GUERREIRO RAMOS, 1989; WEBER, 1994; ANES, 2017).  |
| <p style="text-align: center;"><b><u>Orientação Instrumental:</u></b><br/>Geração de renda e emprego; as condições agradáveis no trabalho; preocupação com o futuro; e a expansão dos negócios.</p>  | <p style="text-align: center;"><b>INSTRUMENTAL</b></p> <p>No processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa está presente a racionalidade instrumental, em decorrência da presença de aspectos econômicos. A pesquisa evidencia que, o produtor de alfafa, o qual tem como principal atividade a produção da soja e possui uma renda superior a 20 salários mínimos, é influenciado pela racionalidade instrumental. Assim, para estes produtores, os aspectos econômicos tendem a orientar o processo de tomada de decisão de forma predominante.</p> <p>A pesquisa também demonstra que, a racionalidade instrumental está presente, quando todos os entrevistados afirmam que o principal motivo de que produzem alfafa é a questão econômica e ainda, todos realizam investimentos nas propriedades visando o aumento da produtividade e melhoria das condições de trabalho.</p>   |
| <p style="text-align: center;"><b><u>Orientação Social:</u></b><br/>Influencia o processo quando os produtores buscam:<br/>Reconhecimento e prestígio como agricultor; valorizar a vida em comunidade agrícola; continuidade à tradição da família; trabalhar com membros da família; e manter boas relações com os trabalhadores.</p> <p style="text-align: center;"><b><u>Orientação Expressiva:</u></b><br/>Sentimento de orgulho em ser proprietário; Poder flexibilizar suas atividades e desempenhar um trabalho que gostam; Uso da criatividade e das suas aptidões;</p> <p style="text-align: center;"><b><u>Orientação Intrínseca:</u></b><br/>Identidade com a produção de alfafa; preferência por um trabalho ao ar livre e uma vida saudável; valorizam o trabalho árduo; e possuem liberdade em controlar diversas situações.</p> | <p style="text-align: center;"><b>SUBSTANTIVA</b></p> <p>No processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa também está presente a racionalidade substantiva, uma vez que são influenciados por fatores não-econômicos. As orientações Social, Expressiva e Intrínseca demonstram isso.</p> <p>Na orientação social todos os produtores entrevistados responderam que o bem-estar da família é relevante ao tomar decisões, considerando o trabalho em família um fator positivo, pois a “renda acaba sendo apenas do grupo familiar”, é uma “mão de obra unida e a família está sempre junto”, assim acaba “cuidando mais do que é seu”. Todos os entrevistados exercem alguma participação na comunidade local ou municipal, em entidades religiosas e associações comunitárias. Sindicato os Trabalhadores Rurais e Cooperativas também foram mencionadas nas respostas.</p> <p>Na orientação expressiva os produtores de alfafa responderam que gostam de trabalhar na agricultura, sentindo orgulho da profissão. O fato de serem proprietários também se apresenta como importante para os entrevistados: “Tu está administrando e é o próprio patrão”; “faz os horários conforme tu pode”; “é mais flexível e tem liberdade”; “as vezes por mais difícil que seja tomar decisões, tu sabe que está fazendo as coisas pra si”.</p> <p>Na orientação intrínseca as respostas evidenciam que os entrevistados gostam de produzir alfafa, pois é o que sabem fazer, já que a maioria “aprendeu com os pais”; consideram que tem qualidade de vida no meio rural; “produz o próprio alimento, sabe o que vai colher”; “tem segurança”; “está livre”; “tudo é mais tranquilo”; “dá pra participar das festinhas na comunidade”</p> |

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

A constatação da presença das orientações instrumental, social, expressiva e intrínseca influenciando a tomada de decisão dos produtores de alfafa, e a manifestação das racionalidades instrumental e substantiva, é um aspecto significativo e positivo para se pensar, a partir do conceito de desenvolvimento que norteia essa pesquisa, possibilidades para o desenvolvimento socioeconômico de Dezesseis de Novembro/RS.

Como sugere Amartya Sen (2000), o desenvolvimento precisa estar enraizado ao exercício da liberdade individual, condicionada as questões sociais, econômicas e políticas. De maneira que não se pode pensar em crescimento econômico de um território e/ou região quando as pessoas e os grupos sociais não dispõem de direitos básicos de qualidade de vida e ampliação das suas liberdades e capacidades humanas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação surge na perspectiva de compreender o processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa no município de Dezesseis de Novembro/RS. O conceito de desenvolvimento que fundamentou esta pesquisa foi o proposto por Amartya Sen (2000), que destaca o desenvolvimento enraizado ao exercício das liberdades individuais, as quais estão condicionadas às questões sociais, econômicas e políticas, e que não se pode pensar em crescimento econômico no qual as pessoas não possam ao menos dispor de direitos básicos.

Dentro do contexto de desenvolvimento, adotou-se nesta pesquisa o entendimento de desenvolvimento rural como um conjunto de ações que estão voltadas para o meio rural, na perspectiva de dirimir as desigualdades que atingem a população desse espaço (NAVARRO, 2001). Assim, a agricultura se apresenta como uma das atividades de relevância no meio rural (LOURENZANI, 2006; MARQUES; FLEXOR, 2007) como segmento de reprodução social e geração de renda, um dos elementos chave na promoção de políticas que visam o desenvolvimento rural (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

A pesquisa utilizou como recorte o processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa de Dezesseis de Novembro/RS, reconhecendo a tomada de decisão um elemento presente na agricultura, e que influencia no desempenho das propriedades rurais (DALCIN, 2010; GASSON, 1973). Os agricultores tomam as decisões baseados nas informações que dispõem e no conhecimento que têm mediante suas experiências, assim como existem orientações influenciam o processo de tomada de decisão (GASSON, 1973).

As decisões são influenciadas por orientações, as quais Gasson (1973) define como instrumentais, sociais, expressivas e/ou intrínsecas, podendo todas ou nem todas influenciar o processo de tomada de decisão, como alternar entre uma ou outra, ou mesmo que todas venham a influenciar, talvez uma delas seja predominante dependendo da circunstância. racionalidades, usando os conceitos de racionalidade substantiva e instrumental (ANES, 2017; RAMOS, 1989; SERVA, 1997).

A partir dessa reflexão e dos dados coletados, acredita-se que o primeiro objetivo específico, o qual buscou caracterizar as famílias de produtores de alfafa de Dezesseis de Novembro/RS, tenha sido contemplado. Essa caracterização identificou que a principal ocupação dos entrevistados é a agricultura, praticada em pequenas propriedades de caráter familiar. A gestão de todas as propriedades é realizada por pessoas do sexo masculino, somente em 3 casos as mulheres também assumem a função de gestoras com seus esposos. Os núcleos familiares são predominantemente formados por 3 e 2 membros, prevalecendo o



modelo de família nuclear – pai, mãe e filho(s). A maior frequência da idade entre os entrevistados e as mulheres do núcleo familiar, está na faixa etária dos 31 aos 60 anos de idade. A escolaridade fundamental e básica é a mais constatada tanto entre os homens, quanto entre as mulheres.

Quanto às unidades de produção familiar, em 86,6% dos estabelecimentos a principal atividade produtiva é a alfafa. Há nas propriedades a diversificação de atividades produtivas e também a produção para a subsistência. A comercialização dos produtos é realizada através de comercialização direta; cooperativa; empresas privadas; e agroindústria. A renda bruta mensal de 80 % das famílias visitadas, com base no decorrer do primeiro semestre do ano de 2019, está entre 2 e 10 salários mínimos; outras 13,3 % apresentaram uma renda abaixo de 2 salários mínimos; e 6,6% acima de 20 salários mínimos. O tamanho da área total das propriedades varia entre a menor propriedade com 5,5 hectares e a maior propriedade com 120 hectares ou seja, pequenas e médias propriedades. Dos entrevistados, 40 % deles além de terras próprias são arrendatários de terras. São 60% dos produtores de alfafa que recebem assistência técnica em suas propriedades e 93,3 % delas possuem acesso à internet e a utilizam para obter informações sobre diversos assuntos.

O segundo objetivo específico identificou as orientações que influenciam a tomada de decisão dos produtores de alfafa, evidenciando o que Gasson (1973) afirmou em seu estudo com agricultores. Nesse sentido, o processo de tomada de decisão é dos produtores de alfafa de Dezesseis de Novembro é influenciado pelas orientações instrumental, social, expressiva e intrínseca, visto que, apesar de muitas vezes as decisões serem tomadas no âmbito econômicos, eles não deixam de levar em considerações aspectos que dizem respeito ao bem estar da família, a vida em comunidade, a satisfação em ser agricultor e proprietário, ter independência em realizar suas tarefas. Além disso, os produtores valorizam a qualidade de vida que possuem no meio rural em relação à produção para a subsistência e a qualidade dos alimentos que consomem, bem como a satisfação em trabalhar ao ar livre.

O terceiro objetivo analisou como as racionalidades se manifestam em relação as orientações presentes no processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa. As racionalidades, compreendidas como o modo que os agricultores pensam e compreendem o contexto em que vivem, se manifestam através das orientações presentes no processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa. A racionalidade instrumental, compreendida dentro de uma lógica econômica (ANES, 2017), se manifesta através da orientação instrumental (GASSON, 1973) a qual está associada com a maximização da renda e a uma renda satisfatória, capaz de proporcionar uma garantia para o futuro, a expansão do negócio e

as condições agradáveis de trabalho. Já a racionalidade substantiva, entendida a partir dos preceitos éticos e dos aspectos humanos, se manifesta através das orientações social, expressiva e intrínseca (GASSON, 1973) quando os produtores de alfafa transparecem que não é só a lógica econômica que orienta suas decisões, e que fatores não econômicos são tão importante quanto os econômicos.

O quarto objetivo, o de contribuir para o aprofundamento das racionalidades no processo da tomada de decisão dos produtores de alfafa integrados ao desenvolvimento socioeconômico do município de Dezesseis de Novembro/RS, também compreende-se ter sido atingido por algumas razões: é um estudo inédito no município de Dezesseis de Novembro/RS; irá auxiliar outras pesquisas que sugerem a temática da agricultura, a produção de alfafa e o processo de tomada de decisão, contribuindo em nível acadêmico para a produção científica do PPGDPP da UFFS; e ainda como contribuição maior, espera-se que o estudo sirva de suporte para se pensar o desenvolvimento socioeconômico do município a partir de projetos e iniciativas que visam o desenvolvimento local integrado às esferas econômicas, sociais e políticas como recomenda Amartya Sen (2000), proporcionando qualidade de vidas às pessoas e condições para o exercício pleno de suas liberdades.

Por fim, destaca-se a importância desta pesquisa para o estudo da temática do desenvolvimento rural, da agricultura familiar, das orientações e das racionalidades presentes no processo de tomada de decisão, como perspectiva de desenvolvimento local e regional.. Considerando as necessidades de novos estudos que surgem a partir desta dissertação, como a saída dos jovens do meio rural em Dezesseis de Novembro/RS e o conseqüente envelhecimento da população, bem como um estudo que tenha como objetivo compreender a importância do trabalho feminino nas famílias de produtores de alfafa deste município. O maior desejo é que este trabalho, em algum momento, possa ser inspiração para os gestores públicos municipais na orientação de políticas públicas para o desenvolvimento do município de Dezesseis de Novembro/RS e que tenham como protagonistas os produtores de alfafa e a produção da forrageira.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- ABRAMOVAY, R.. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007. Disponível em: <[http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/extensouniversitaria/contents/photoflow-view/content-view?object\\_id=1635678](http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/extensouniversitaria/contents/photoflow-view/content-view?object_id=1635678)>. Acesso 02/02/2019.
- ANES, Carlos Eduardo Ruschel. **Pensamento instrumental e substantivo da dinâmica produtiva das agroindústrias familiares na região das Missões – RS**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2017.
- ANTONOV, Elizandra. Abordagem geral sobre a cultura da alfafa na geração de renda pela agricultura familiar no município de Dezesseis de Novembro/RS. Paula Janete Oliveira de Souza (coord.): **Dezesseis de Novembro Terra Missioneira**, p. 06-46, EDIURI, Santo Ângelo, 2007.
- AQUINO, Joacir Rufino de; SCHNEIDER, S. **O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro**. Pg. 53-82, Editora UFRGS, Porto Alegre, 2015.
- AQUINO, Joacir Rufino; GAZOLLA, Marcio. SHNEIDER, Sérgio. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. **Revista de Economia e Sociologia rural**. Piracicaba-SP, Vol. 56, Nº 01, p. 123-142, Jan./Mar. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v56n1/1806-9479-resr-56-01-123.pdf>.> Acesso em: 15 abr 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução por Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Rio de Janeiro: Ed.70,1977. 225p. Tradução de L'Analyse de Contenu.
- BARROS, Marizeth Antunes. SANTOS, Thaís Chacon. Terceiro Setor: racionalidade instrumental ou substantiva? **Revista Espaço Acadêmico**- nº113, Outubro de 2010.
- BARROS, Tatiane Fenner. **A identidade econômica do município de Dezesseis de Novembro a partir do cultivo de alfafa**. 2007, Curso de História. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, São Luiz Gonzaga.
- BASSO, David. DELGADO, Nelson Giodano. NETO, Benedito Silva. O Estudo de Trajetórias de Desenvolvimento Rural caracterização e comparação de diferentes abordagens. **Desenvolvimento em Questão**, Editora Unijuí , n. 1, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/752/75210105.pdf>> Acesso em: 20 fev 2019.
- BATALHA, Mário Otávio. Agricultura Familiar e Tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**, 42. 2004, Cuiabá. Anais... Cuiabá:

SOBER, 2004. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/09O442.pdf> > Acesso em: 26 mar 2019.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **Sobre a Fenomenologia**. Sociedade Brasileira de Estudos e Pesquisa Qualitativos. São Paulo, 1990. Disponível em: [www.researchgate.net/profile/Maria\\_Bicudo/publication/298607417](http://www.researchgate.net/profile/Maria_Bicudo/publication/298607417). Acesso em: 23 abr 2019.

BRACAGIOLI NETO, Alberto; GEHLEN, Ivaldo; OLIVEIRA, Valter Lúcio de. **Planejamento e gestão de projetos para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad013.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BROTEL, Milton de A.; EVANGELISTA, Ricardo Antônio; VIANA, Maria Celuta M.; ALVIN, José Marílio; XAVIER, Deise Ferreira. **Avaliação de cultivares de alfafa em diferentes regiões de Minas Gerais**. EMBRAPA, Juiz de Fora, Minas Gerais, 2002. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/>. Acesso em :15 abr 2019.

BRUM, Argemiro Luís; TRENNEPOHL, Dilson; TYBUSCH, Tania Marques. **Proposição de estratégias de desenvolvimento ligadas ao agronegócio para o Corede Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco – Acre, julho de 2008. Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/record/113379/>> Acesso em: 04 mar de 2019.

BRUM, Argemiro J.; TRENNEPOHL, Vera Lúcia. **Agricultura brasileira: formação, desenvolvimento e perspectivas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004. p.128.

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura no Rio Grande do Sul. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro - abril/2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699.pdf>> Acesso em: 10 jan 2020.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. São Paulo: Ipea, 1998 (Texto para discussão, 621). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2651>> Acesso em 09 jan 2020

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, out. 1997.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. **Multifuncionalidade da agricultura familiar**. In: Cadernos do CEAM. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: contribuições ao debate. Brasília: ano V, n. 17, p. 43-58, fev. 2005.

CARVALHO, Daniela Moreira de. PEDROZO, Eugênio Ávila. Caos, Complexidade e Tomada de Decisão: Como conciliar? **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 7, n. 1, p. 203-230, jan-abr/2011, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em: <https://rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/364>> Acesso em: 10 abr 2019.

CASTRO, César Nunes de. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. **Boletim regional, urbano e ambiental** | 12 | jul.-dez. 2015. Disponível em:

[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6492/1/BRU\\_n12\\_Desafios.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6492/1/BRU_n12_Desafios.pdf)> Acesso em 03 jan 2020.

CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro; SCHNEIDER, Sérgio. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. C.; MARQUES, P. E. M. (Orgs.). Políticas públicas e participação social no Brasil rural. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2004. p. 21-49.

CERRI, Lucas Tadeu; MARANHÃO, Carolina M. S. de Albuquerque; PEREIRA, Jussara Jéssica. As racionalidades substantiva e instrumental na prática organizacional: um olhar sobre Guerreiro Ramos e os estudos organizacionais. **Revista FOCO**. ISSN: 1981-223 XV.10, nº2, jan./jul. 2017.

COREDE-CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO. **Perfil Socioeconômico COREDE Missões**. 2015. Disponível em: [planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/28140705-perfis-regionais-2015-missoes.pdf](http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/28140705-perfis-regionais-2015-missoes.pdf). Acesso em: 18 mar 2019.

COTRIN, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Saber e Fazer História**. 7ª edição, São Paulo, 2012.

DALCIN, Dionéia. **Os estilos de tomada de decisão e o desempenho econômico das propriedades rurais de Palmeira das Missões**. Porto Alegre, 2013.

DALCIN, Dionéia. **O processo de tomada de decisão em agricultores de Boa Vista das Missões (RS)**. 2010. 124 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2010.

DALENOGARE, Dalva S.. Êxodo Rural: Migrações do campo para a cidade. Paula Janete Oliveira de Souza (coord.): **Dezesseis de Novembro Terra Missioneira**, p. 127- 151, EDIURI, Santo Ângelo, 2007.

DEUSDARÁ, Bruno. ROCHA, Décio. **Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória**. ALEA VOLUME 7 NÚMERO 2 JULHO – DEZEMBRO, p. 305-322, 2005.

DUTRA; MACHADO; RATHMANN; Alberto; João; Régis. 2008. **Alianças estratégicas e visão baseada em recursos: Um enfoque sistêmico do processo de tomada de decisão nas propriedades rurais**. Rio Branco, Acre, 20 a 23 de julho de 2008.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Forrageiras - espécies para a Região Sul do Brasil**, 2015. Disponível em: <https://www.embrapa.br/clima-temperado/forrageiras>> Acesso em: 20 mar. 2019.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. COREDES. 2015. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/>> Acesso em: 09 mar. 2019.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **Perfil Socioeconômico: Município Dezesseis de Novembro**, 2017. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/perfil->

[socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Dezesseis+de+Novembro](#)> Acesso em: 13 nov 2019

FERRARI, Dilvan Luís. ABRABOMAY, Ricardo. SILVESTRO, Milton Luiz. MELLO, Márcio Antônio de. TESTA, Vilson Marcos. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 12, no. 2, 2004: 237-271. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/251>> Acesso em 07 jan 2020.

FERREIRA, Reinaldo de Paula. BROTEL, Milton de Andrade. PEREIRA, Antônio Vander. CRUZ, Cosme Damião. **Avaliação de cultivares de alfafa e estimativas de repetibilidade de caracteres forrageiros**. Pesq. agropec. bras., Brasília, v.34, n.6, p.995-1002, jun. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/pab/v34n6/8400.pdf>. Acesso em: 29 abr 2019.

FREITAS, Henrique et al. **Informação e decisão: sistemas de apoio e seu impacto**. Porto Alegre: Ortiz, 1997.

FUNK, Fabiana. **Agricultura familiar diversificada e qualidade de vida: O caso do município de São Pedro do Butiá – Rio Grande do Sul**. 2008. 198f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul, 2008.

GARNICA, A. V. M. **Some notes on qualitative research and phenomenology**. Interface — Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.1, p. 109-122, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v1n1/08.pdf>. Acesso em: 22 abr 2019.

GRISA, Cátia. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. **Desenvolvimento em Debate**. UFRJ, V.1, nº2, p. 8 a 109, Rio de Janeiro, 2010.

GRISA, Cátia.. **As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva**. v.1, n.2, p.83-109, janeiro–abril e maio–agosto 2010 Disponível em: [http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/dd\\_catia.pdf](http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/dd_catia.pdf)> Acesso em 03 jun 2018.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 624. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-no-brasil>>. Acesso em: 04 mar 2019.

GRISA, Catia; NIERDELE, Paulo André. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. **Cuadernos Des. Rural**, Bogotaá (Colombia), 5 (61): 41- 69, julio-diciembre de 2008. Disponível em: <https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/desarrolloRural/article/view/1199>. Acesso em: 27 mar 2019.

GASSON, Ruth. **Goals and values of Farmers**. Journal of And Resource Economics, Inglaterra, v. 24, n.3, p.521-537, 1973.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 18 jun 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Agricultura familiar, primeiros resultados: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. ISSN 0103-6157. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: [https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo\\_agro/resultadosagro/index.html](https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html)> Acesso em: 10 nov. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados do Brasil**: Dezesesseis de Novembro, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/dezesesseis-de-novembro/panorama>> Acesso em: 10 out 2019.

JÚNIOR, Nelson Novaes Pedroso; MURRIETA Rui Sérgio Sereni; ADAMS, Cristina. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação. **Revista Ciências Humanas**, Belém, v. 3, n. 2, p. 153-174, maio-ago. 2008. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br>. Acesso em 12 abr 2019.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento Rural: Conceito E Medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

KAGEYAMA, Ângela. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008. p.240.

KASPER, Lidiane. **O PRONAF investimento na agricultura familiar em Campina das Missões- RS**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade federal da Fronteira Sul- Campus de Cerro Largo/RS, 2017.

KIPPER, Inácio. Evolução Político-Administrativa do Estado do Rio Grande do Sul: do município de Rio Pardo ao município de Dezesesseis de Novembro. Paula Janete Oliveira de Souza (coor.): **Dezesesseis de Novembro Terra Missioneira**, p. 47-63, EDIURI, Santo Ângelo, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITÃO, Fabricio Oliveira; BRISOLA, Marlon Vinícius. COSTA, Sérgio José. Retrato atual da agricultura familiar e patronal na cidade de UNAÍ/MG. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008. Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/record/109977/>> Acesso em: 03 mar 2019.

LITTLE, Paul. Etnodesenvolvimento local: Autonomia cultural na era do neoliberalismo global. **Tellus**, ano 2, n.3, Campo Grande 2002.

LIMA, Arlindo Prestes de; BASSO, Nilvo; NEUMANN, Pedro Selvino; SANTOS, Alvorí Cristo dos; MULLER, Artur Gustavo. **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. 3 ed. Ijuí: Unijuí, 2005.

LOPES, Patrick Fernandes; FRANCO, João Marcos Caixeta; CASTRO JÚNIOR, Luiz Gonzaga de; SANTOS, Antônio Carlos dos, CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. O Pronaf e as racionalidades da agricultura familiar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Ano 24, v. 1, 2016. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/669/435> >. Acesso em: 04 mar 2019.

LOURENZANI, Wagner Luiz. Capacitação Gerencial de Agricultores Familiares: Uma Proposta Metodológica de Extensão Rural. **Revista Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 8, n. 3, p. 313-322, 2006. Disponível em: <http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/156>. Acesso em: 20 abr 2019.

MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi; FLEXOR, Georges. **Conselhos municipais e políticas públicas de desenvolvimento rural: questões em torno do debate sobre os papéis sociais e ambientais da agricultura**. Estudos Rurais II, UnB, vol. 7, p. 45-65, 2007.

MARSHALL, A, Princípio de Economia Vols I e II, São Paul, Ed. Nova Cultural, 2 a ed., 1985.

MELO, Vânia Lícia de Figueirêdo. **Influência das características dos sistemas de gestão no processo sucessório de unidades de produção familiares em São Luiz Gonzaga**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

MENDONÇA, Kenia Fabiana Cota; RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria; AUGUSTO, Hélder Anjos. Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.30, n.2, p.445-463, 2013. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Flavia\\_Galizoni/publication/274855621\\_Formacao\\_sucessao\\_e\\_migracao\\_trajetorias\\_de\\_duas\\_geracoes\\_de\\_agricultores\\_do\\_Alto\\_Jequitinhonha\\_Minas\\_Gerais/links/569a311908ae009859937be/Formacao-sucessao-e-migracao-trajetorias-de-duas-geracoes-de-agricultores-do-Alto-Jequitinhonha-Minas-Gerais.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Flavia_Galizoni/publication/274855621_Formacao_sucessao_e_migracao_trajetorias_de_duas_geracoes_de_agricultores_do_Alto_Jequitinhonha_Minas_Gerais/links/569a311908ae009859937be/Formacao-sucessao-e-migracao-trajetorias-de-duas-geracoes-de-agricultores-do-Alto-Jequitinhonha-Minas-Gerais.pdf)> Acesso em: 10 jan 2020

MENDONÇA, Maria Luisa. O papel da agricultura nas relações internacionais e a construção do conceito de agronegócio. **CONTEXTO INTERNACIONAL**. Rio de Janeiro, vol. 37, no 2, maio/agosto 2015, p. 375-402. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v37n2/0102-8529-cint-37-02-00375.pdf> Acesso em: 15 fev 2020.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**. vol.15, São Paulo Set./Dec. 2001. Disponível em . <http://www.scielo.br/scielo>> Acesso em: 16 jan 2019.

NORTH, Douglass C.. **A agricultura no crescimento econômico regional**. Economia Regional: textos escolhidos. Belo Horizonte, 1977.



RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

RASSINI, J.B. Alfafa (*Medicago sativa* L.): Estabelecimento e cultivo no Estado de São Paulo. São Carlos: EMBRAPA-CPPSE, 1998. 22p. (EMBRAPA - CPPSE, Circular Técnica, 15). Disponível em: [www.alice.cnptia.embrapa.br](http://www.alice.cnptia.embrapa.br)> Acesso em: 31 mar 2019.

SÁ, Márcio Gomes. PÓS-MODERNIDADE: Dimensões e reflexões. **Revista Pós Ciências Sociais** - SÃO LUÍS, V. 3, N. 6, JUL/DEZ. 2006 Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpsoc/article/viewFile/809/520>> Acesso em: 22 out. 2018.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce MANTOVANELI, Oklinger Jr.. FERNANDES, Valdir. Racionalidade de tomada de decisão para o planejamento e a gestão territorial sustentável. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 2, p. 131 - 155, maio/ago. 2011.

SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C.F.; LUCIO, M.P.B. **Metodologia da Pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial - contribuições ao debate. **Núcleo de Estudos Agrários**, Ano V – Nº 17 – p23-42, Fevereiro 2005.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, vol30, nº 3 (119), pp 511-531, julho-setembro/2010.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **RBCS** Vol. 18 nº. 51 fevereiro/2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v18n51/15988>. Acesso em: 30 mar 2019.

SCHUHMANN, Maitê Luize. O contexto e os efeitos do Pronaf Mais Alimentos para os agricultores familiares do município de Teutônia – RS. 2012. 156 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2012.

SELL, Carlos Eduardo. Racionalidades e Racionalização em Max Weber. **RBCS** Vol. 27 nº 79 junho/2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/107/10722948010.pdf>. Acesso em: 17 abr 2019.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SERVA, Mauricio. **Racionalidade Substantiva demonstrada na prática administrativa**. RAE- RevistadeAdministraçãode Empresas SãoPaulo, v. 37, n. 2, p. 18-30 Abr./Jun. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v37n2/a03v37n2.pdf>> Acesso em: 03 mar 2019.

SILVA, Carolina Braz de Castilho E; SCHNEIDER, Sergio. Gênero, Trabalho Rural e Pluriatividade. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO; Rosineide e MENEZES, Marilda (Org.) **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Florianópolis/SC, Ed. Mulheres, 2010, pg. 183-207.

SILVESTRO, M. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília, DF: Nead/MDA, 2001.

SIMON, Herbert. A. **Comportamento administrativo**: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.

SIMON, Herbert. **A capacidade de decisão e de liderança**. 1ª ed, Editora Fundo de Cultura, São Paulo, Brasil, 1963.

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles; BUAINAIN, Antônio Márcio; GUANZIROLI, Carlos; BATALHA, Mário Otávio. Agricultura Familiar e Tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**, 42. 2004, Cuiabá. Anais... Cuiabá: SOBER, 2004. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/09O442.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

SOUZA FILHO, H. M. de. (coord.). **Guia para gestão da propriedade agrícola familiar**. Universidade Federal de São Carlos – UFSC. Maio de 2004. Disponível em: [http://www.gepai.dep.ufscar.br/pdfs/1105377567\\_Cartilhageral082004pdf](http://www.gepai.dep.ufscar.br/pdfs/1105377567_Cartilhageral082004pdf)> Acesso em: 11 jan. 2020.

SPANVELLO, Rosani Marisa. LAGO, Adriano. Arranjos e encaminhamentos da herança na agricultura familiar. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008. Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/record/113182/>> Acesso em: 13 jan 2020.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Tem razão a administração?** Rev. Adm. públ., Rio de Janeiro, 24(2)5-9, fev./ abr. 1990 .

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. **Max Weber: o processo de racionalização e o desencantamento do trabalho nas organizações contemporâneas**. Revista de Administração Pública, rap — Rio de Janeiro 43(4): 897-918, JUL./AGO. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n4/v43n4a07.pdf>> Acesso em: 13 fev 2019.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TROIAN; Alessandra; DALCIN, Dionéia; OLIVEIRA, Sibele Vasconcelos de; TROIAN, Alexandre. Jovens e a tomada de decisão entre permanecer ou sair do meio rural: Um estudo de caso. **Revista de Extensão e Estudos Rurais** v. 1, n. 2, p. 349-374, jul. - dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3286>. Acesso em: 08/01/2020.

VEIGA, José Eli da. **A relação rural/urbano no desenvolvimento regional**. II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Mestrado e Doutorado Santa Cruz do Sul, RS – Brasil - 28 setembro a 01 de outubro, 2005.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**. O desafio do Século XXI São Paulo. Garamond, 2006.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do trabalho científico**: um enfoque didático da produção científica. São Paulo: E.P.U., 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural brasileiro**: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. *Estud.soc.agric*, Rio de Janeiro, vol. 17, no. 1, 2009: 60-85.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato**: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003: 42-61. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238> Acesso em: 20 mar 2019.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Campesinato Brasileiro**: uma história de resistência. *RESR*, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014- Impressa em Fevereiro de 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032014000600002&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032014000600002&script=sci_arttext&tlng=pt) >Acesso em: 23/03/2019.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. XX Encontro Anual da Anpocs. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro 1996. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/> Acesso em: 25 mar 2019.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Editora da UnB, 3 ed., vol 1, Brasília, 1994.

ZANIN, Antônio. OENNING, Vilmar. TRES, Naline. KRUGER, Silvana D.. GUBIANI, Clésia Ana. Gestão das Propriedades Rurais do Oeste de Santa Catarina: as fragilidades da estrutura organizacional e a necessidade do uso de controles contábeis. **Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC**, Florianópolis, v. 13, n. 40, p.09-19, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4775/477547153002.pdf>> Acesso em 12/01/20.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA UTILIZADA  
COM OS PRODUTORES DE ALFAFA DE DEZESSEIS DE NOVEMBRO/ RS**

Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo Programa de Pós-  
Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas

Prezado agricultor, o objetivo geral desta pesquisa é analisar como as racionalidades se manifestam no processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa, no município de Dezesseis de Novembro/RS.

|                         |       |
|-------------------------|-------|
| Número do Questionário: | Data: |
|-------------------------|-------|

**Caracterização da Unidade Familiar**

- 1- Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_  
2- Localidade: \_\_\_\_\_

**3- Identificação do núcleo familiar**

| Seq. | Grau de parentesco | Ocupação | Tempo dedicado | Atuação na atividade | Idade | Escolaridade |
|------|--------------------|----------|----------------|----------------------|-------|--------------|
| a)   |                    |          |                |                      |       |              |
| b)   |                    |          |                |                      |       |              |
| c)   |                    |          |                |                      |       |              |
| d)   |                    |          |                |                      |       |              |
| e)   |                    |          |                |                      |       |              |
| f)   |                    |          |                |                      |       |              |

Observações: Seq: Sequência.

**Grau de Parentesco:** 1) Gestor 2)Esposo (a) 3)Filho/Filha, 4)Genro/Nora, 5)Cunhado/Cunhada, 6) Irmão(ã) 7) Pai/Mãe 8) Outro. Qual?

**Ocupação:** 1) Agricultor 2) Assalariado Rural Permanente 3) Assalariado Temporário rural 4) Assalariado Temporário Urbano 5) Assalariado Urbano 6) Do Lar 7) Comerciante 8) Estudante 9) Aposentado 10) Pluriatividade 11) Prestação de Serviço 12) Outros.

**Tempo Dedicado para a Agricultura:** 1) Integral 2) Metade do Tempo 3) Eventual 4) Nenhum.

**Tempo que atua na atividade agropecuária:** em anos

**Idade:** em anos

**Escolaridade:** 1) Analfabeto 2) Ensino Fundamental Incompleto 3) Ensino Fundamental completo 4) Ensino Médio incompleto 5) Ensino Médio completo 6) Nível Técnico incompleto 7) Nível Técnico completo 8) Nível Superior Incompleto 9) Nível Superior completo 10) Pós-Graduação Incompleta 11) Pós-Graduação completa.

3. Atividades produtivas desenvolvidas na propriedade (em nível de importância financeira)?

- 1ª: \_\_\_\_\_  
2ª: \_\_\_\_\_  
3ª: \_\_\_\_\_

4ª: \_\_\_\_\_

5ª: \_\_\_\_\_

6ª: \_\_\_\_\_

4 – Existe também a produção para autoconsumo/subsistência:

- a.  Sim b.  Não

5. Principal fonte de renda: a.  Alfafa b.  Outra, Qual? \_\_\_\_\_

6- Como é feita a comercialização dos produtos produzidos no estabelecimento? (Poderá ser assinalada mais de uma alternativa):

- a.  Cooperativa  
 b.  Agroindústria  
 c.  Comercialização direta  
 d.  Empresas privadas  
 e.  Setor público  
 f.  Não Vende  
 g.  Outra. Qual? \_\_\_\_\_

7-Área total da Propriedade (em Hectares):

- a.  Própria: \_\_\_\_ ha. b.  Arrendada: \_\_\_\_ ha.

8- Como ocorreu a posse da terra: (Poderá ser assinalada mais de uma alternativa):

- a)  Herança \_\_\_\_ ha  
 b)  Compra por conta própria \_\_\_\_ ha  
 c)  Compra por meio de Crédito Financeiro \_\_\_\_ ha  
 e)  Doação \_\_\_\_ há

09- Qual é a renda bruta mensal da família, em média, durante o decorrer do primeiro semestre de 2019 (Soma das rendas agrícolas e não- agrícolas).

- a)  Até 2 salários mínimos  
 b)  Mais de 2 até 5 salários mínimos  
 c)  De 6 a 10 salários mínimos  
 d)  De 11 a 15 salários mínimos  
 e)  De 16 a 20 salários mínimos  
 f)  Mais de 20 salários mínimos

10- Mão de obra utilizada na propriedade: (Poderá ser assinalada mais de uma alternativa)

- a.  Apenas familiar.  
 b.  Familiar e assalariada temporária. Quantos assa. temp.? \_\_\_\_ pessoas.  
 c.  Familiar e assalariada permanente. Quantos ass. perm.? \_\_\_\_ pessoas.  
 d.  Diaristas e.  
 e.  Outra. Qual? \_\_\_\_\_.

11- Recebe assistência técnica na propriedade?

- a.  Sim b.  Não

Obs: Se a resposta for Não, pule para a questão 13.

**12-** De que tipo de entidade recebe assistência técnica? (Poderá ser assinalada mais de uma alternativa)

- a.  Emater
- b.  Cooperativa
- c.  Universidade
- d.  Empresa privada
- e.  Sindicato
- f.  Secretaria Municipal de Agricultura
- g.  Sistema 5S
- h.  Med. Veterinário
- i.  Outra. Qual? \_\_\_\_\_

**13-** Possui:

Computador:  Sim  Não

Internet:  Sim  Não

Obs: se você respondeu “não” na questão de número 13, NÃO responda a questão de número 14.

**14-** Para que fins utiliza a internet: (Poderá marcar mais de uma alternativa)

- a.  Pesquisar assuntos gerais
- b.  Preços de produtos e insumos
- c.  Previsão do Tempo
- d.  Redes Sociais
- e.  Noticiário
- f.  Outro , Qual? \_\_\_\_\_

**15-Sobre a produção de alfafa**

Quantidade de hectares de alfafa? \_\_\_\_\_

Produz alfafa há quanto tempo? \_\_\_\_\_

#### **Sobre o Processo de Tomada de Decisão:**

- 1) Quando é preciso tomar decisões a respeito da produção de alfafa e outras atividades que envolvem a propriedade, quem é responsável pelo processo de tomada de decisão?
- 2) As decisões são tomadas individualmente ou com a família?
- 3) O que você, entrevistado, considera mais importante ao tomar decisões?

#### **Sobre as orientações na Tomada de Decisão:**

##### **Instrumental**

- 4) Quanto ao uso de tecnologia como maquinários, insumos, fertilizantes e outros, você costuma investir na produção de alfafa?
- 5) Quando faz investimentos o que leva em consideração?

- 6) A questão econômica é o principal motivo que o leva produzir alfafa?
- 7) De quanto em quanto tempo a alfafa gera renda para a família?
- 8) Como você avalia a renda gerada pela alfafa?

### **Social**

- 9) Quando as decisões são tomadas, o bem-estar da família é considerado?
- 10) É uma tradição em sua família produzir alfafa?
- 11) Trabalhar juntamente com a família é um fator positivo ou negativo? Por que?
- 12) Dezesesseis de Novembro ser a “Capital Nacional da Alfafa” interferiu na sua decisão em relação a produzir ou não a forrageira.
- 13) Você exerce alguma função e/ou participação na comunidade local ou municipal?

### **Expressiva**

- 14) Como você considera a profissão de agricultor: motivo de orgulho ou um trabalho penoso, difícil?
- 15) Você e sua família gostam de trabalhar na agricultura?
- 16) Como você avalia o fato de ser proprietário e ter autonomia para desempenhar suas funções?

### **Intrínseca**

- 17) Você gosta de ser produtor de alfafa?
- 18) Como você interpreta o fato de ter independência para realizar suas tarefas?
- 19) Você já pensou em abandonar a agricultura e buscar outra atividade?
- 20) Quanto à qualidade de vida no seu trabalho, considera que você e sua família possuem qualidade de vida? Explique os motivos.

Gostaria de falar mais alguma coisa sobre o seu processo de tomada de decisão?

## **APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

“O processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa: uma análise no município de Dezesseis de Novembro/ RS”

Prezado participante, Convido-lhe a participar da pesquisa intitulada “O processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa: uma análise no município de Dezesseis de Novembro/ RS”, a qual está sendo desenvolvida pela aluna TATIANE FENNER DE BARROS, discente do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Cerro Largo, sob a orientação do Professor Dr. Carlos Eduardo Ruschel Anes e coorientação da Professora Dra. Dionéia Dalcin.

O objetivo geral do estudo é compreender o processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa, no município de Dezesseis de Novembro/RS, o qual possibilitará uma maior compreensão das características das famílias produtoras de alfafa, identificado as orientações que influenciam e as racionalidades intrínsecas neste processo.

Sua participação tem importância relevante para a realização da pesquisa, considerando que tem muito há contribuir para o avanço e qualidade da mesma. No entanto esclareço que a sua participação não é obrigatória cabendo a sua pessoa, decidir ou não, fazer parte desta pesquisa.

Também informo- lhe que é de sua liberdade desistir da participação deste estudo no momento em que considerar necessário. Em nenhum momento você será constrangido ou penalizado por não querer mais participar, assim como é de sua livre e espontânea vontade colaborar desde o início com a pesquisa. Ressalto que você não será remunerado por isso, sua participação é como voluntário (a).

Atesto a garantia de sua integridade durante a coleta de dados, confidencialidade e privacidade quanto aos dados coletados, prezando sempre pelo não constrangimento do entrevistado (a). Em caso de dúvidas ou esclarecimentos, você participante, pode requer em qualquer momento, informações sobre a pesquisa, durante ou mesmo após ser finalizada.

A sua participação consiste em responder a um ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO dividido em 2 partes, a primeira contendo 15 questões as serem respondidas e a segunda parte com 20 questões, podendo se for da sua vontade, fazer



colocações caso considere necessário sobre algo que não tenha sido perguntado pela entrevistadora e possa interessar e qualificar a pesquisa.

A entrevista será realizada pela pesquisadora em sua unidade familiar mediante a assinatura desse termo. O tempo de duração da pesquisa será de aproximadamente uma (1) hora.

A entrevista será gravada para a transcrição das informações e somente com a sua autorização. Assinale a seguir conforme sua autorização:

Autorizo gravação  Não autorizo gravação

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, porém terão acesso ao material mesmo somente a pesquisadora, orientador e coorientadora, ninguém mais além dessas 3 pessoas, sendo que ao final da pesquisa os documentos respondidos ficarão armazenados durante 5 anos em local seguro e após devidamente destruídos. A pesquisadora será responsável por esse armazenamento e destruição dos mesmos, após o período mencionado acima.

Os resultados desta pesquisa poderão ser divulgados em eventos, publicações científicas e na dissertação, mantendo sigilo dos dados pessoais. A devolutiva dos resultados do estudo aos produtores de alfafa do município de Dezesseis de Novembro/ RS ocorrerá através de parceria com a Secretaria de Agricultura do município e a Emater, através da entrega de uma cópia impressa da dissertação as esses órgãos. Também como devolutiva aos participantes, será disponibilizado a cada um deles o link com endereço eletrônico da dissertação final armazenada no banco de dados da biblioteca da UFFS pra que tenham acesso a mesma após sua defesa final.

O benefício da sua colaboração nesta pesquisa é o de auxiliar no estudo para que se possa compreender o processo de tomada de decisão dos produtores de alfafa de Dezesseis de Novembro/RS através da identificação das orientações e racionalidades neste processo, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento socioeconômico do município.

A participação na pesquisa poderá causar riscos que envolvem aspectos psicológicos e morais. As pessoas ao serem entrevistadas poderão de algum modo, se sentirem constrangidas ou ofendidas com alguma pergunta referente ao tema proposto pela pesquisa. Caso isso ocorra, perguntar-se-á ao entrevistado se deseja não responder determinada pergunta e continuar respondendo a partir da próxima pergunta ou então se preferir poderá encerrar a entrevista naquele momento imediato. Se ele optar por encerrar a entrevista sem responder todas as perguntas não serão utilizados nenhum dado coletado com esse entrevistado e o mesmo não fará parte da amostra.

Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra como o pesquisador. Não receberá cópia deste termo, mas apenas uma via. Desde já agradecemos sua participação!

DEZESSEIS DE NOVEMBRO - RS, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019.

---

TATIANE FENNER DE BARROS - Pesquisador Responsável

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome completo do (a) participante: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Contato com o (a) pesquisador(a) responsável: Tel: (55) 9 9698-5288 e-mail: tfennerdebarros@gmail.com Endereço para correspondência: Vila Nova Florida, Interior, Dezesseis de Novembro, CEP: 97845000. Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS Tel e Fax - (0XX) 49-2049-3745 E-Mail: cep.uffs@uffs.edu.br Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 Chapecó - Santa Catarina – Brasil.

**ANEXO A – RELAÇÃO DOS PRODUTORES DE ALFAFA DE DEZESSEIS DE  
NOVEMBRO E ÁREA PLANTADA**

| <b>N</b> | <b>Área em Hectares</b> | <b>LOCALIDADE</b>            |
|----------|-------------------------|------------------------------|
| 1        | 1                       | Laranjal                     |
| 2        | 3                       | Rincão São João              |
| 3        | 17                      | Nova florida                 |
| 4        | 4                       | Esquina Biotônico            |
| 5        | 3                       | Sede                         |
| 6        | 2,5                     | Rincão São João              |
| 7        | 2                       | Esquina Biotônico            |
| 8        | 5                       | Rincão dos Araújo            |
| 9        | 1                       | Serra                        |
| 10       | 2                       | João de Castilhos            |
| 11       | 3                       | Rincão dos Ledur             |
| 12       | 2                       | Sede                         |
| 13       | 3                       | Tabuleiro                    |
| 14       | 2                       | Nova Florida                 |
| 15       | 5                       | Rincão São João              |
| 16       | 3                       | Nova                         |
| 17       | 6                       | Bom Retiro                   |
| 18       | 20                      | Esquina Biotônico            |
| 19       | 4                       | Tabuleiro                    |
| 20       | 7                       | Bacião                       |
| 21       | 2                       | Bom Retiro                   |
| 22       | 4                       | Bom Retiro e Rincão São João |
| 23       | 20                      | Bom Retiro                   |
| 24       | 8                       | Nova Florida                 |
| 25       | 4                       | Esquina Biotônico            |
| 26       | 3                       | Esquina Biotônico            |
| 27       | 2                       | Esquina Biotônico            |
| 28       | 1                       | Bacião                       |
| 29       | 10                      | Esquina Biotônico            |
| 30       | 1                       | Tabuleiro                    |
| 31       | 1                       | João de Castilho             |
| 32       | 2                       | Nova Florida                 |
| 33       | 1                       | Tabuleiro                    |

|    |      |                    |
|----|------|--------------------|
| 34 | 2    | Tabuleiro          |
| 35 | 2    | Tabuleiro          |
| 36 | 2    | Rincão São João    |
| 37 | 8    | Esquina Biotônico  |
| 38 | 6    | Esquina Biotônico  |
| 39 | 6    | Nova Florida       |
| 40 | 3    | João de Castilho   |
| 41 | 4    | Joao de Castilhos  |
| 42 | 3    | Nova Florida       |
| 43 | 4    | Palma              |
| 44 | 10   | Rincão dos Araújo  |
| 45 | 12   | Esquina Biotônico  |
| 46 | 6    | Esquina Biotônico  |
| 47 | 1,5  | João de Castilhos  |
| 48 | 2    | João de Castilhos  |
| 49 | 15   | João de Castilhos  |
| 50 | 20,5 | Rincão São João    |
| 51 | 8    | Esquina Biotônico  |
| 52 | 0,5  | Bom Retiro         |
| 53 | 3    | Saltinho           |
| 54 | 2    | João de Castilhos  |
| 55 | 2    | Esquina Biotônico  |
| 56 | 3    | Ouro Verde         |
| 57 | 1    | Rincão dos Araújo  |
| 58 | 3    | Esquina Biotônico  |
| 59 | 1    | Tabuleiro          |
| 60 | 4    | Esquina Biotônico  |
| 61 | 1    | Nova Florida       |
| 62 | 6    | João de Castilhos  |
| 63 | 4    | Nova Florida       |
| 64 | 10   | Nova Florida       |
| 65 | 1    | Nova Florida       |
| 66 | 3    | Sede               |
| 67 | 2    | Serra São Jerônimo |
| 68 | 3    | Esquina Biotônico  |
| 69 | 2,5  | Nova Florida       |
| 70 | 5    | Bom Retiro         |
| 71 | 2    | Laranjal           |
| 72 | 10   | Nova Florida       |

|    |              |                     |
|----|--------------|---------------------|
| 73 | 5            | Esquina Biotônico   |
| 74 | 2            | Rincão dos Hoffmann |
| 75 | 2            | Tabuleiro           |
| 76 | 8            | Esquina Biotônico   |
| 77 | 3            | Esquina Biotônico   |
| 78 | 8            | Serra São Jerônimo  |
| 79 | 1            | Esquina Biotônico   |
|    | <b>367,5</b> |                     |

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura de Dezesseis de Novembro/ RS, 2019.